

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO-CCSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: SABERES CULTURAIS E EDUCAÇÃO NA  
AMAZÔNIA**

**LUCIENE BARBOSA TEIXEIRA**

**CEDENPA COMO MOVIMENTO NEGRO POLÍTICO-  
EDUCATIVO E EPISTÊMICO: CONTRIBUIÇÕES PARA A  
TESSITURA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E  
DEMOCRÁTICA**

**LUCIENE BARBOSA TEIXEIRA**

**CEDENPA COMO MOVIMENTO NEGRO POLÍTICO-  
EDUCATIVO E EPISTÊMICO: CONTRIBUIÇÕES PARA A  
TESSITURA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E  
DEMOCRÁTICA**

Dissertação apresentada do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, como requisito para obtenção de título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Saberes culturais e educação na Amazônia.

**Orientador:** Prof. Dr. Sérgio Roberto Moraes Corrêa.

**BELÉM – PARÁ**

**2024**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) de acordo com o  
ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade do Estado do Pará**

---

T266c Teixeira, Luciene Barbosa CEDENPA como movimento negro político-educativo e epistêmico: contribuições para a tessitura de uma educação antirracista e democrática / Luciene Barbosa Teixeira. — Belém, 2024. 178 f.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Roberto Moraes Corrêa

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) –

Universidade do Estado do Pará, Campus I - Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE), 2024.

1. CEDENPA. 2. Movimento negro. 3. Educação. 4. Antirracismo e democracia.  
I. Título. CDD 22.ed. 370
-

**LUCIENE BARBOSA TEIXEIRA**

**CEDENPA COMO MOVIMENTO NEGRO POLÍTICO-  
EDUCATIVO E EPISTÊMICO: CONTRIBUIÇÕES PARA A  
TESSITURA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E  
DEMOCRÁTICA**

Data de Defesa: 30/09/2024.

**Banca Examinadora**

\_\_\_\_\_ -Orientador

Prof. Dr. Sérgio Roberto Moraes Corrêa (PPGED – UEPA).

Dr. Em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

\_\_\_\_\_ -Avaliador (a) interno (a)

Prof. Dr. João Colares da Mota Neto (PPGED – UEPA).

Dr. Em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

\_\_\_\_\_ -Avaliador (a) externo (a)

Profa. Dra. Maria Albenize Farias Malcher (IFPA - *Campus Belém*).

Dra. Em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

\_\_\_\_\_ -Avaliador (a) externo (a)

Profa. Dra. Joana Carmen do Nascimento Machado (SEDUC – PA)

Dra. Em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

## Dedicatória

Às nossas ancestrais que um dia lutaram para que hoje nós, mulheres negras, estivéssemos neste lugar, na academia, estudando e contribuindo com a mudança e reparação de nossos ancestrais.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiro a Deus, o universo e a espiritualidade, por este momento.

Aos meus pais Rosa Carmem Barbosa e Luiz Ernesto de Jesus Teixeira, que mesmo à distância, sempre estiveram emanando energias positivas.

A Rosane do Espírito Santo Vieira, pela amizade, compartilhamentos e ensinamentos, além de um lugar para morar e me guiar em busca de meus sonhos e objetivos.

In memória as minhas avós Raimunda Barbosa e Doraci Teixeira, pelas memórias e ensinamentos deixados.

In memória ao meu tio Ari Barbosa, por todos os ensinamentos e por sempre acreditar em mim.

Ao meu orientador Prof. Dr. Sérgio Roberto Moraes Corrêa, pelos diálogos, conhecimentos e amorosidades, na efetivação desse sonho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED-UEPA), por toda dedicação a nós discentes, em tudo que precisamos nessa caminhada.

Ao nosso corpo docente pela dedicação, conhecimento e tempo dado a nós, minha imensa gratidão.

A minha turma de mestrado, turma 18, esse sonho não seria capaz sem vocês.

A minha parceira de orientação Michelly Fernandes da Silva, pela companhia, pelo aprendizado e compartilhamento, minha gratidão.

Aos amigos, Jessyan Willian, Welison Alan, Beatriz Siqueira, Alberto Bordalo, pelos momentos compartilhados, incertezas, conhecimentos, por assim dizer crescimento.

Ao CEDENPA por ter aberto suas portas e aceitado construir esse trabalho conosco, nossa gratidão pelo aprendizado e descoberta desse importante movimento educador.

À banca examinadora, Prof. Dr. João Colares da Mota Neto, Profa. Dra. Maria Albenize Farias Malcher e Profa. Dra. Joana Carmen do Nascimento Machado, que aceitaram contribuir com nossa pesquisa.

À Neide Baia Pinheiro Lourenço, por ter aceitado fazer parte dessa pesquisa, ter me emprestado seus livros, minha imensa gratidão.

Ao Amilton Gonçalves Sá Barreto, por ter dedicado um pouco de seu tempo e ter feito parte desse trabalho, minha imensa gratidão.

À Joana Carmem do Nascimento Machado, por ter dedicado mais que um tempo, ter me dado importantes elementos, me emprestados seus livros, minha imensa gratidão.

À Flora Cristine Scantleblery, por ter me emprestado seus livros que me ajudaram demasiadamente nessa pesquisa, minha imensa gratidão.

TEIXEIRA, Luciene Barbosa. **Cedenpa como movimento negro político-educativo e epistêmico: contribuições para a tessitura de uma educação antirracista e democrática.** Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2024.

## RESUMO

Esta pesquisa de mestrado estuda o Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA), compreendido aqui como movimento político-educativo e epistêmico, focando em suas contribuições para uma sociedade e educação antirracista e democrática. Esse movimento nasce no contexto da ditadura civil-militar no Brasil e vem atuando no Estado do Pará e fora do estado até hoje, desenvolvendo ações em diversas frentes, dentre elas a educacional. Como objetivo geral, essa pesquisa consiste em identificar e analisar as contribuições e desafios do CEDENPA, como movimento político-educativo e epistêmico, na construção de uma educação antirracista e democrática na sociedade brasileira, em particular no contexto amazônico. Os objetivos específicos são: Apresentar um breve panorama da trajetória do CEDENPA, por meio de suas lutas e resistências sociais, que demarcam o surgimento de um movimento político-educativo antirracista e democrático; Identificar se o repertório de luta e resistência do CEDENPA tem conseguido influenciar os espaços sociais e se projetar neles, em particular nas escolas e políticas de educação do Pará, tendo em vista uma educação antirracista e democrática; Cartografar saberes e processos educativos com base nas experiências de luta do CEDENPA em um horizonte de uma educação antirracista e democrática; Investigar os desafios vistos pelo CEDENPA para construção de educação antirracista e democrática na sociedade brasileira. Como método, a pesquisa se assentou no materialismo histórico-dialético, numa perspectiva que permita um diálogo e traga as contribuições do pensamento social e educacional de Léila Gonzalez, de Nilma Lino Gomes e de Zélia Amador. A pesquisa é de abordagem qualitativa, que usa a pesquisa documental e entrevista narrativa. Em relação a alguns dos resultados da pesquisa, foi possível identificar o CEDENPA como um movimento social negro, além de político, educativo e epistêmico, que emerge das margens e, em cada momento histórico, busca se situar e atua criticamente como um sujeito coletivo pensante e atuante frente aos grandes problemas da sociedade brasileira, em particular do estado Pará, como o racismo. Esse problema apresenta-se como nuclear em seu repertório, contudo, para o movimento, ele não pode ser compreendido e combatido fora de uma crítica ao capitalismo, bem como ao patriarcalismo e colonialismo, exigindo uma práxis interseccional e descolonial. Nesse sentido, a contribuição do movimento à luta pelo reconhecimento étnico-racial compreende a instituição escolar como território de poder importante a ser ocupado nessa causa, mas não pode se reduzir a ela. A disputa se faz, também, na esfera do Estado por políticas públicas antirracistas, bem como em outras dimensões da sociedade. Assim, o CEDENPA vem dando uma importante contribuição à luta antirracista e, conseqüentemente, ao processo de democratização da sociedade brasileira a partir de seu protagonismo na Amazônia, expressando, por conseguinte, um movimento profundamente educativo numa perspectiva contra-hegemônica.

**Palavras – Chave: CEDENPA. Movimento Negro. Educação. Antirracismo e Democracia.**

## **Abstract**

This master's research studies the Center for Studies and Defense of Black People in Pará (CEDENPA), understood here as a political-educational and epistemic movement, focusing on its contributions to an anti-racist and democratic society and education. This movement was born in the context of the civil-military dictatorship in Brazil and has been operating in the State of Pará and outside the state to this day, developing actions on several fronts, including education. The general objective of this research consists of identifying and analyzing the contributions and challenges of CEDENPA, as a political-educational and epistemic movement, in the construction of anti-racist and democratic education in Brazilian society, particularly in the Amazonian context. The specific objectives are: To present a brief overview of CEDENPA's trajectory, through its struggles and social resistance, which mark the emergence of an anti-racist and democratic political-educational movement; Identify whether CEDENPA's repertoire of struggle and resistance has managed to influence and project itself in social spaces, particularly in schools and education policies in Pará, with a view to anti-racist and democratic education; Mapping knowledge and educational processes based on this experience of CEDENPA's struggle within an anti-racist and democratic education horizon; Investigate the challenges seen by CEDENPA in building anti-racist and democratic education in Brazilian society. As a method, the research was based on historical-dialectical materialism, from a perspective that allows dialogue and brings the contributions of the social and educational thought of Lélia Gonzalez, Nilma Lino Gomes and Zélia Amador. The research has a qualitative approach, using documentary research and narrative interviews. In relation to some of the research results, it was possible to identify CEDENPA as a black social movement, in addition to being political, educational and epistemic, which emerges from the margins and, in each historical moment, seeks to situate itself and acts critically as a thinking collective subject. and active in the face of major problems in Brazilian society, particularly in the state of Pará, such as racism. This problem presents itself as nuclear in its repertoire, however, for the movement, it cannot be understood and combated outside of a critique of capitalism, as well as patriarchalism and colonialism, demanding an intersectional and decolonial praxis. In this sense, the movement's contribution to the fight for ethnic-racial recognition includes the school institution as a territory of important power to be occupied in this cause, but cannot be reduced to it. The dispute is also taking place at the State level for anti-racist public policies, as well as in other dimensions of society. Thus, CEDENPA has been making an important contribution to the anti-racist struggle and, consequently, to the process of democratization of Brazilian society based on its leading role in the Amazon, expressing, therefore, a deeply educational movement from a counter-hegemonic perspective.

**Keywords: CEDENPA. Black Movement. Education. Anti-racism and Democracy.**

## LISTA DE SIGLAS

- ABPN** – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
- CEDENPA** – Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará
- DCNERER** – Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais
- ERER** – Educação das Relações Étnico-Raciais
- GEAM** – Grupo de Estudos Afro-Amazônico
- GEPPSEMA** – Grupo de Estudos e Pesquisa em Pensamento social e Educacional das margens Amazônicas
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFPA** – Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Pará
- IFSC** – Instituto Federal Catarinense
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MCDR** – Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial
- MNU** – Movimento Negro Unificado
- NEAB** – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
- OAB** – Ordem dos Advogados do Brasil
- PPGED** – Programa de Pós-Graduação em Educação
- PUC-Minas** – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
- SECAD** – Secretária de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade
- SME** – Secretária Municipal de Educação
- TEN** – Teatro Experimental do Negro
- UCDB** – Universidade Católica dom Bosco
- UEL** – Universidade Estadual de Londrina
- UEM** – Universidade Estadual de Maringá
- UEMS** – Universidade Estadual do Mato Grosso do sul
- UEPA** – Universidade Federal do Estado do Pará
- UEPG** – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- UERJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UESB** – Universidade Estadual do sudeste da Bahia
- UFAC** – Universidade Federal do Acre
- UFBA** – Universidade Federal da Bahia

**UFC**- Universidade Federal do Ceará  
**UFES** – Universidade Federal do Espírito Santo  
**UFF** – Universidade Federal Fluminense  
**UFGD** – Universidade Federal da Grande Dourados  
**UFMS** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
**UFMT** – Universidade Federal do Mato Grosso  
**UFOP** – Universidade Federal de Ouro Preto  
**UFPA** – Universidade Federal do Pará  
**UFPE** – Universidade Federal de Pernambuco  
**UFPR** – Universidade Federal do Paraná  
**UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
**UFS** – Universidade Federal de Sergipe  
**UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina  
**UFU** – Universidade Federal de Uberlândia  
**UFV** – Universidade Federal de Viçosa  
**UFVJM** – Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri  
**ULBRA** – Universidade Luterana do Brasil  
**UNB** – Universidade de Brasília  
**UNEMAT** – Universidade do Estado de Mato Grosso  
**UNESP** – Universidade Estadual de São Paulo  
**UNICAMP** – Universidade Estadual de Campinas  
**UNIFAP** – Universidade Federal do Amapá  
**UNINOVE** – Universidade Nove de Julho  
**UNIRIO** – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
**UNISANTOS** – Universidade Católica de Santos  
**UNISC** – Universidade de Santa Cruz do Sul  
**UNITAU** – Universidade de Taubaté  
**URCA** – Universidade Regional do Cariri  
**USP** – Universidade de São Paulo  
**UTP** – Universidade Tuiuti do Paraná

## LISTA DE IMAGENS

Figura 2: Casa do CEDENPA oficial .....	106
Figura 3: Alunos na escola Afro/Amazônica Ori de Erê do CEDENPA.....	109
Figura 4: Faixada atual do CEDENPA.....	110
Figura 5: Quadro memória .....	111
Figura 6: Memória da fundação do CEDENPA.....	111
Figura 7: Memória dos Militantes do CEDENPA, colaboradores e apoio indireto ...	112
Figura 8: Memória dos Militantes do CEDENPA, colaboradores e apoio indireto ...	112
Figura 9: Memória dos trabalhadores comunitário e novos militantes .....	113
Figura 10: Capa do livro sobre o 7º Encontro de Negros do Norte e Nordeste .....	114
Figura 11: Chamada para o encontro do Norte e Nordeste .....	114
Figura 12: Cartilha do CEDENPA de novembro de 1987 .....	115
Figura 13: Capa da primeira cartilha.....	116
Figura 14: Livro cartilha do CEDENPA 1988 .....	117
Figura 15: Livreto de dez anos do Cedenpa.....	118
Figura 16: Livro Redário.....	118
Figura 17: Livro da breve história dos 30.....	119
Figura 18: Banda Afro Axé Dudu .....	150
Figura 19: Quilombo da praça da república/ ritual das candeias .....	151
Figura 20: Quilombo da Praça da República .....	152

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Temáticas relacionadas ao Movimento Negro identificadas no Banco de teses e dissertações da CAPES .....	66
Tabela 2: Trabalhos sobre a Política de Cotas e as Ações Afirmativas.....	68
Tabela 3: Pesquisas antirracistas .....	72
Tabela 4: Pesquisas com a perspectiva decolonial .....	77
Tabela 5: Trabalhos com a concepção étnico-racial .....	80
Tabela 6: Trabalhos sobre a contribuição de autores (as) negros (as) e MN .....	84
Tabela 7: Trabalhos sobre a Política quilombola.....	86
Tabela 8: sobre a Lei 10.639/2003 .....	88
Tabela 9: Pesquisas que envolvem o Movimento Negro e Política Educacional.....	92
Tabela 10: Quantitativo de trabalhos vistos no banco de teses e dissertações da Capes .....	101
Tabela 11: Interlocutores/ colaboradores da pesquisa.....	120

## Sumário

1 ABORDAGEM PRELIMINAR.....	15
1.1 Genesis da Pesquisa: percurso de vida e configuração do fenômeno de estudo .....	15
1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	19
2 EXPLORANDO O REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO: AVANÇOS, DESAFIOS E INOVAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	39
2.1 As relações étnico-raciais e educação e o lugar da produção intelectual negra na sociedade brasileira.....	39
2.2 A produção intelectual negra no Brasil: contribuições para a história e memória de negros e negras brasileiras pensadores (as).....	44
2.3 Apontamentos do Movimento Negro Após os Anos 2003.....	53
2.4 Principais Marcos do Movimento Negro no Pará.....	57
2.5 Avanços, Desafios e Perspectivas do Movimento Negro na Atualidade.....	59
2.6 Território e Identidade Negra: O Movimento Negro Além Das Fronteiras.....	63
3 MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO POLÍTICA ANTIRRACISTA NO BRASIL: UM PANORAMA BREVE A PARTIR DE UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	66
3.1 POLÍTICA DE COTAS E AÇÕES AFIRMATIVAS.....	67
3.3 AÇÕES ANTIRRACISTAS.....	72
3.4 decolonialidade e educação.....	77
3.5 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	80
3.6 CONTRIBUIÇÕES DE NEGROS (AS) PARA FORTALECIMENTO IDENTITÁRIO.....	83
3.7 POLÍTICA ESCOLAR QUILOMBOLA.....	86
3.8 LEI 10.639/2003.....	88
2.9 MOVIMENTO NEGRO E POLÍTICA EDUCACIONAL.....	92
4 MOVIMENTO NEGRO EM AÇÃO: MEMÓRIA DO CEDENPA NO PARÁ.....	103
4.1 ENTREVISTAS E DADOS PRESENTES.....	120
4.1.1 Campo político educativo, vivências e racialização de práticas antirracista e afro diáspóricas.....	121
4.1.3 Demandas e conquistas para uma perspectiva antirracista e democrática....	141
5 Considerações Finais.....	155
Referencias.....	159
.....	162

ANEXOS.....	176
APÊNDICE .....	177

## 1 ABORDAGEM PRELIMINAR

### 1.1 GENESIS DA PESQUISA: PERCURSO DE VIDA E CONFIGURAÇÃO DO FENÔMENO DE ESTUDO

*PORQUE A TOMADA DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA ME COLOCOU NUM OUTRO PATAMAR DE CONHECIMENTO DE MIM MESMA. DA MINHA HISTÓRIA, DA HISTÓRIA DOS MEUS ANCESTRAIS. DA HISTÓRIA DO NEGRO, DA HISTÓRIA DA ÁFRICA. (JOANA CARMEM DO NASCIMENTO MACHADO, 2024).*

Este trabalho é desenvolvido por esta pesquisadora, que vai se descobrindo como mulher negra ao longo de sua caminhada acadêmica. Nascida na cidade de Ponta de Pedras – PA, na ilha de Marajó, com proximidade com rios e igarapés desse lugar. Filha de pai pescador, Luiz Ernesto Teixeira, e de mãe dona de casa, Rosa Carmem Barbosa. Desde cedo com sonhos e objetivos a buscar. A partir dos meus 17 anos, o sonho era o mesmo: passar no vestibular e ter uma formação superior. Mas, para a maioria de nós, isso era (e ainda é) apenas um sonho distante.

Então, com meus 19 anos, a oportunidade única de mudar de realidade vem com um pedido familiar de ir morar com uma prima/tia, Rosane Vieira, em Belém, capital do estado do Pará. Esclareço que apesar de não ser tão longe da capital Belém, a viagem de barco dura em média três horas, fato que dificulta o acesso, de muitos de nós, à formação superior. Atualmente a cidade de Ponta de Pedras conta com um polo Parfor pela Universidade Federal do Pará<sup>1</sup> (UFPA) desde o ano de 2010 (curso de Licenciatura em Matemática). Então, para aqueles que não pretendem estudar a Licenciatura em Matemática, quando termina o ensino médio, a tendência é sair para estudar em Belém.

Mas, surge uma pergunta: quem reúne condições e oportunidades para mudar de cidade? Muitas vezes o desejo e o sonho existem, mas as condições e oportunidades não. Ademais, se para quem está nessas cidades amazônicas pequenas, como essas da região do Marajó, as dificuldades já são grandes, imaginemos para quem vem dos territórios indígenas, quilombolas e rurais-ribeirinhos, as dificuldades estruturantes são ainda maiores, o que reflete o retrato abissal de desigualdade da sociedade brasileira, marcada por vários brasis, em especial esses *brasis profundos, das margens* (Corrêa, 2021, 2022).

Assim, nosso sonho ideal quase sempre é adentrar as universidades públicas do Estado, como UFPA e UEPA. Depois de três tentativas para o vestibular, a conquista e oportunidade vieram. Entrei no curso de Licenciatura em Geografia pelo

---

<sup>1</sup> Dados coletados no site da UFPA, polo Ponta de Pedras – PA.

Instituto Federal de Ciências e Tecnologia do Pará (IFPA), no ano de 2015. Algo a salientar é que, numa família de cinco irmãos, fui a primeira a experienciar e materializar esse sonho, objetivo.

Vale destacar, a contribuição da formação em Licenciatura em Geografia para vida e trajetória acadêmica, pois, em contato com as questões e problemáticas sociais, ao longo desse período certas preocupações vêm acompanhando-me como, as formas de ensinar e aprender.

Outra contribuição foi a do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), presente no IFPA *Campus* Belém (durante a graduação em Geografia), fazendo-me enxergar e perceber a princípio uma história única (uma vivência de mulher negra, pobre, que tem dificuldade de entrar e permanecer na universidade), no entanto percebo ao longo da caminhada que faço parte desse coletivo maior, de uma estrutura histórica mais ampla da sociedade brasileira. E como pobre, negra e vinda das margens Amazônicas presencio e sinto dificuldades imensas de chegar a esse espaço acadêmico.

Além disso, esse espaço academicista tão difícil de entrar, é também árduo de permanecer, pois na maioria das vezes é necessário ir em busca de conhecimentos mínimos para tentar se nivelar ao conhecimento dos colegas de turma, haja vista que alguns já trazem uma certa base de assuntos, que não é a realidade do todo.

Então, este trabalho fundamenta-se em pesquisas anteriores desenvolvidas por meio de literaturas, que versam sobre a questão étnico-racial brasileira, assim como o caminhar acadêmico permeado e inspirado por proximidades com as questões de ensino e de educação, como também com as questões territoriais. Em vista disso, os primeiros contatos com essa temática racial se dão ainda enquanto bolsista do NEAB – IFPA (*campus* Belém), durante o período de graduação.

Desse modo, participei do projeto intitulado: “Em busca de pistas e provas da escravidão negra no Brasil: uma parceria com a comissão nacional da verdade da escravidão negra no Pará da (OAB)”. Essa pesquisa consistia em catalogar dados sobre a escravização negra no Pará, os índices de negros escravizados na região e o tipo de atividade desenvolvida por eles. Isso foi possível graças aos dados encontrados nas cartas, por meio de objetos e pelas memórias repassadas de

geração a geração sobre o fato. Assim, foi produzido um Relatório Parcial da Comissão da Verdade da Escravidão no Brasil (OAB – PA) (2015)<sup>2</sup>.

Sendo assim, os estudos afro-brasileiros possibilitaram-me uma aproximação, em particular, com minha história de vida e também um certo interesse de querer saber um pouco mais sobre esse processo de escravização negra que permeia a situação familiar com a herança negra, mas que com o tempo foi sendo perdida, à medida em que percebemos uma realidade particular que também atinge um coletivo maior que não sabe sobre suas heranças ancestrais. Desse modo, é que ao adentrar o espaço acadêmico mais avançado de mestrado, trouxe questionamentos e tentativas tanto de compreender melhor esses processos, bem como de contribuir para a construção e reconhecimento dessa história, memória e identidade ancestral.

Um fator relevante para este olhar atualmente, se dá pela oportunidade de fazer parte e conhecer o NEAB e compreender sua importância para a sociedade e a instituição escolar IFPA *campus* Belém que se constitui meio ímpar, pois, um núcleo de estudos desse em uma instituição de ensino vem a ser um dos grandes avanços sobre a questão negra no Brasil, à medida em que se configura um local de resistência e persistência de escrita e reescrita de uma história que não pode ser contada por uma visão única, mas que é preciso fazer emergir de baixo com histórias invisíveis e apagadas, reconstruindo, reescrevendo e contraditando com aquilo que foi dito e posto como único pela historiografia e pelas ciências humanas e sociais hegemônicas eurocêntrica. Por isso, podemos considerar esse espaço como um lugar importantíssimo para os discentes que têm contato desde cedo com essas questões e passam a se enxergar e se reconhecer como negros e negras em uma sociedade estruturalmente racista, que ao longo do tempo lida com essa questão de forma mascarada e estigmatizada.

Ainda refletindo sobre os caminhos que me trouxeram a este tempo presente e essa visão de pesquisa, não poderia deixar de fora a formação de especialista em ensino de geografia no ano de 2019 a 2021. Esse momento foi uma forma de retorno aos estudos étnico-raciais. Pois, por um tempo busquei foco sobre o ensino e

---

<sup>2</sup> Relatório Parcial da comissão da verdade Estadual sobre a escravidão negra no Brasil – OAB – PA. Helena do Socorro da Rocha (org.). 2015. Belém – PA. Este relatório faz parte e foi produzido pelo núcleo de estudos afro-brasileiros do IFPA *campus* Belém. Com ele poderemos contemplar os indícios que demonstram a escravização negra no Pará e seus resquícios presentes na história e memória de remanescentes de quilombos.

aprendizagem, mas nesse momento em específico retorno aos estudos sobre as questões raciais, mais que isso, associando esses conhecimentos à área de ensino e formação na geografia.

Nesse horizonte de estranhamento, de (re)descoberta e aprofundamento da formação e da formação social do Brasil, já no mestrado em educação e, em particular, no Grupo de Estudos e Pesquisa em Pensamento Social e Educacional das Margens Amazônicas (GEPPSEMA), mergulhei nessa temática e busquei aprofundar essas pesquisas anteriores, tomando direcionamento pelos movimentos sociais negros/quilombolas e suas lutas pela afirmação e reconhecimento territorial e sua relação com processos educativos que emergem desses movimentos e sua importância para edificação de uma sociedade e educação antirracista e democrática.

Desse modo, esta pesquisa tem como questão-problema a seguinte pergunta: ***ao se ler o CEDENPA como movimento político-educativo, que contribuições e desafios podem ser identificados, por meio de suas lutas e resistências sociais, para a construção de uma educação antirracista e democrática na sociedade brasileira, em particular no contexto amazônico?***

Nesse sentido, buscamos saber as contribuições que CEDENPA traz para a discussão e reparação no que tange a lutas e resistências sociais, na perspectiva de tratar da educação antirracista e democrática no estado do Pará, mas que ao mesmo tempo se projeta para o cenário nacional sendo fonte de inspiração para os outros estados, ao passo que percebemos ao longo desse trabalho que o CEDENPA cuidará de propor mecanismo, cartilhas e livros que toquem nessa reparação com que o negro se apresenta na sociedade brasileira.

Em vista disso, nosso objetivo geral consiste em: identificar e analisar as contribuições e desafios do CEDENPA, como movimento político-educativo, na construção de uma educação antirracista e democrática na sociedade brasileira, em particular no contexto amazônico.

Dessa maneira, os objetivos específicos são:

- Apresentar um breve panorama da trajetória do CEDENPA, por meio de suas lutas e resistências sociais, que demarcam o surgimento de um movimento político-educativo antirracista e democrático;

- Identificar se o repertório de luta e resistência do CEDENPA tem conseguido influenciar e se projetar nos espaços sociais, em particular nas escolas e políticas de educação do Pará, tendo em vista uma educação antirracista e democrática;
- Cartografar saberes e processos educativos com base nessa experiência de luta do CEDENPA num horizonte de uma educação antirracista e democrática;
- Investigar os desafios vistos pelo CEDENPA para construção de educação antirracista e democrática na sociedade brasileira.

O trabalho é composto de quatro capítulos: no capítulo um, ele versa sobre a introdução, os caminhos metodológicos que utilizamos nessa pesquisa. No capítulo dois uma breve passagem sobre o referencial teórico, assim como, alguns marcos que consideramos importantes trazer nesse primeiro momento enunciativo. No capítulo três, trata-se do estado do conhecimento, em que fazemos um traçado de como estavam compostas as pesquisas no Brasil acerca da temática, apontando seus avanços, limitações e desafios que se abrem nesse campo de pesquisa. No capítulo quatro, apresenta-se a trajetória do CEDENPA, os interlocutores e colaboradores, contribuições e discussões do movimento.

A pesquisa se assenta no materialismo histórico dialético, numa perspectiva que permita um diálogo e traga as contribuições do pensamento social e educacional de Lélia Gonzalez, de Nilma Lino Gomes e de Zélia Amador. A pesquisa é de abordagem qualitativa, que usa pesquisa documental/bibliográfica e entrevista narrativa, dessa maneira, resolvemos trabalhar com esse tipo de dado buscando compreender como o CEDENPA se articula ao longo dos anos, por meio das bibliografias existentes, além disso, adicionando as entrevistas para darem mais consistência na resposta de nossa problemática. Alguns dos nossos resultados consistem na contribuição do movimento desde a década de 1980 na luta e resistência étnico-racial, a inserção dele no âmbito escolar demarcando esse espaço, a atuação em outras áreas, buscando a efetivação dessa luta antirracista.

## 1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Inicialmente, tínhamos a intenção de desenvolver o nosso trabalho de pesquisa na comunidade quilombola de Abacatal, no Pará, com o objetivo de entender os “saberes e processos educativos presentes na luta pelo reconhecimento deste território quilombola”. Até o momento da qualificação de nossa pesquisa em 15 de

maio de 2023 havíamos mantido um contato bem próximo com uma pessoa que se encontrava à frente da comunidade, ela nos informou que precisávamos passar pelo protocolo de consulta, teríamos que solicitar para fazer uma breve apresentação da nossa pesquisa na comunidade, como foi feito naquela ocasião.

No entanto, não foi possível prosseguir com essa pesquisa, devido à recusa da comunidade, que nos encaminhou um e-mail no dia 20 de junho de 2023, em que alegavam o seguinte (“no momento o Território Quilombola do Abacatal, está fechado para dissertações, TCC e teses, sendo somente para os alunos de universidades de dentro do Território”), além disso, (“tendo em vista alguns casos ocorridos no passado de estudos ou pesquisas sem o consentimento do Território, sendo que entramos com processos na justiça”), nessa perspectiva compreendemos o posicionamento da comunidade e o possível entendimento de que a nossa pesquisa poderia ser vista como uma apropriação cultural.

À medida que, historicamente, há um desvio de conhecimentos e uma apropriação de partes da cultura por setores da sociedade que, ao longo dos séculos, vêm tentando se erguer e construir um saber que lhes foi negado. Desse jeito, esse dado nos mostra também um certo descontentamento com a academia, da maneira com que são tratados e usados seus territórios, com certa visão que os objetifica. Percebemos uma certa crítica a esse lugar acadêmico, precisamos compreender que essas pessoas não querem mais ser usados em pesquisas, mas sim, querem falar de si mesmas, construir conhecimentos que elas fazem parte e isso é bem importante na nossa percepção.

Essa posição da comunidade foi justificada, conforme lideranças desse território, pelo fato de pesquisas desenvolvidas *sobre* a comunidade não terem retorno, mostrando um problema grave de extrativismo de conhecimento e de pesquisas que reforçam a posição de objeto de conhecimento dessas populações. Não obstante nossa proposta de pesquisa fosse outra, como apresentamos, respeitosamente compreendemos a posição desta comunidade diante de nossa pesquisa e tivemos que construir um novo projeto, o que não foi fácil redefinir, dado termos menos de um ano para reestruturar projeto, ir a campo, modificar quase tudo nesse período, além disso, nossa vida não se resume a somente aos estudos, há fatores externos que nos impactam, nossa saúde, o psicológico, familiares doentes

tudo isso, moldam nossa vida acadêmica. Foi nessa perspectiva que esse trabalho se configurou.

Diante dos fatos narrados, foi necessário buscarmos, dentro do assunto étnico-racial e educação, outros caminhos para darmos prosseguimento à dissertação de mestrado. Como sempre foi um dos interesses particulares pesquisar essa temática, haja vista o caminhar acadêmico, minhas raízes ancestrais que são negras e considerar um dos elementos importantíssimos para o meu vivenciar dando destaque para esses conteúdos raciais. Assim, chegamos ao CEDENPA, não conhecia ninguém a princípio, ainda em novembro de 2022 foi a primeira vez que fui até lá, pois pensava que esse local poderia dar uma direção para estudar a comunidade quilombola de Abacatal, dessa forma, começa a relação com o CEDENPA, nesse dado momento fui recebida por Neide Baia Pinheiro Lourenço (militante do CEDENPA e compõe a coordenação do CEDENPA), que apresentou-me o local, conversou comigo, falou sobre como começou o CEDENPA, ainda no período da ditadura civil-militar e o quão novo era um lugar em que havia pessoas negras reunidos para adquirir conhecimento, aprender sobre como se posicionar diante de episódios de racismo e discriminação, ou seja, as contribuições que esse movimento tem para a sociedade. Nesse sentido, na proposta anterior de pesquisa trazíamos um pouco sobre o movimento negro e, em especial, o CEDENPA no Pará, e por perceber a relevância e contribuição que o movimento tem tanto para a educação, quanto para sociedade brasileira, em particular para o estado do Pará, é que resolvemos nos debruçar nessa pesquisa vinculada ao PPGED-UEPA.

Ao passo que, consideramos a relevância que o CEDENPA vai adquirindo para o cenário nacional, diante da perspectiva de contribuir ativamente para que as pessoas negras possam se posicionar politicamente diante das questões raciais enfrentadas no Brasil, assim como significativamente atuar para impulsionar de maneira educativa, além disso na forma epistêmica, pois o CEDENPA produziu e produz conhecimentos e saberes ao longo de sua trajetória.

Em concordância com Gomes (2018), Arroyo (2012) e Corrêa (2017, 2019), partimos do pressuposto de que os movimentos sociais interpelam tanto a sociedade sobre seus problemas, quanto os instrumentos teóricos e conceituais de análise, o que nos sugere reconhecer sua grande importância e contribuição como sujeitos coletivos educativos. Esse prisma é a chave de leitura, que lemos o CEDENPA e

situamos essa pesquisa num contexto político de avanço da extrema direita e de ameaça à democracia na sociedade brasileira e no mundo, assim como num quadro de resistência contra o racismo, o capitalismo, o patriarcado, o sexíssimo etc.

Desse modo, considerando estarem presentes no nosso Estado desde a década de 1980, contribuindo para o combate ao racismo e à discriminação de pessoas negras, assim como modificações, no que tange à perspectiva educacional, foi percebido movimentação de mudanças paradigmáticas quanto a história do negro e sugestões que, como serão vistas mais para frente de uma outra reescrita da história que surge por meio de cartilhas, de ações como eventos, encontros, debates que o CEDENPA fez e continua fazendo, para discussão de tais assuntos.

A justificativa de desenvolvimento dessa pesquisa se constitui dentre alguns fatores do papel exercido pela escola no sentido de, ainda ser um ambiente hegemonicamente controlado e dominante, mas é nela que há uma diversidade, contradições de classe, raça, gênero e sexualidade, territorial. Desse modo, consideramos um dos caminhos para modificações raciais efetivamente.

A escola carrega consigo alguns reflexos que são ainda um retrato que não surgem neste tempo presente, mas sim, vem acompanhado pelo tempo histórico de longa duração, em que as marcas do processo de modernização-colonial se expressam na estrutura da sociabilidade brasileira de hoje, atravessada pelas problemáticas de classe, raça e gênero (Gonzales, 2018), com forte expressão na instituição escolar.

Uma outra noção diz respeito como é percebida a questão racial na escola, onde em alguns casos, há uma programação que geralmente acontece no dia 20 de novembro por ocasião do dia da consciência negra, como se tais problemáticas fossem específicas de ocorrer somente nesse dia. É importante ter o entendimento de que deve ser abordada essa temática sempre que necessário, corroborando para que esse tipo de comportamento não seja mais aceito, não podendo mais existir esse tipo de posicionamento no ambiente escolar e na sociedade em geral. A escola se constituiu como uma importante conquista da modernidade, mas precisa ser descolonizada, a fim de contribuir com o processo de constituição de uma sociedade e educação antirracista e democrática (Gomes, 2018).

Sendo assim, um outro fator que justifica a relevância desta pesquisa se dá pelo Movimento Negro, ao longo dos anos ter conseguido se projetar no país diante

das problemáticas que cercam a perspectiva racial, de gênero, de classe, de etnia, não deixando quieto que episódios não condizentes com uma sociedade que respeita a diversidade seja aceito e bem-vindo. Desse modo, percebemos uma contribuição ímpar de meios legais fortalecendo a causa negra nacional.

Em vista disso, um outro fator, se constitui no pressuposto de que o movimento social<sup>3</sup> educa, por meio de suas lutas e resistências sociais e, por conseguinte, tem muito a interpelar sobre os problemas da sociedade e apontar caminhos outros possíveis (Arroyo, 2012; Gohn, 2001; Gomes, 2017). O Movimento Negro, como bem cunhado por Nilma Lino Gomes (2017), é por excelência educativo.

Sendo assim, a escolha e delimitação do nosso fenômeno de pesquisa se deu pela contribuição desse movimento para a educação antirracista no estado, na inserção e discussões sobre negros e negras na sociedade, a luta desempenhada ao longo de seus 44 anos de história, memória e vivências que constituem esses protagonismos no estado, que se projeta para o Brasil.

Em suma, o esforço de compreensão crítica de aspectos de cunho político, na perspectiva antirracista e democrática advindas do protagonismo desse movimento negro, nos instiga tanto a reconhecer e refletir sobre a sua relevante dimensão educativa, quanto a imagem que podemos construir, a partir das margens amazônicas em face de seus dilemas e desafios histórico-estruturais de educação e democracia.

Assim, na presente quadra histórica, pode-se supor e considerar que alguns desses problemas históricos e estruturantes, como o racismo, foram superados em nossa sociedade, haja vista como ele se constituiu e se enraizou na sociedade brasileira de forma muito singular e sutil (Ramos, 2010; Nascimento, 2000; Gomes, 2018). O movimento real da história mostra conquistas de direitos e avanços importantes das classes e grupos sociais subalternos na sociedade brasileira,

---

<sup>3</sup> Nos embasamos nas concepções da autoria Maria da Glória Gohn, em que ela diz que: O paradigma latino-americano concentrou-se, em sua quase totalidade, nos estudos sobre os movimentos sociais libertários ou emancipatórios (índios, negros, mulheres, minorias em geral); nas lutas populares urbanas (nas associações de moradores e nas comunidades de base da igreja), e nas lutas pela terra, na área rural. As teorias que orientam a produção a respeito foram a dos paradigmas europeus, tendo predominância nos anos 70 a vertente marxista e nos anos 80 a abordagem dos Novos Movimentos sociais. Os estudos baseados nas teorias marxistas destacaram certas categorias: hegemonia, contradições urbanas e lutas sociais. Os estudos que aplicam o paradigma dos Novos Movimentos Sociais às categorias sociais da autonomia e da identidade tiveram maior destaque. (Gohn, 1997, p. 15).

sobretudo com a Constituição de 1988 e políticas públicas de ação afirmativa e outras, contudo, o preconceito e a discriminação estão muito vivos e presentes no Brasil, ganhando ainda mais força política e ideológica em contexto de avanço do neoliberalismo e da extrema direita e de autoritarismo no mundo e na sociedade brasileira em particular (Corrêa, 2021, 2022).

Desse modo, ao se dar destaque a esses assuntos, estamos projetando discussões e modos de encarar e rever tais assuntos sob o ponto de vista de quem historicamente sofre com essa violência e foi silenciado em contar sua história: a população afrodescendente. No tocante a essa ferida aberta que é a escravização dessa população (além da indígena) no Brasil e suas consequências, é preciso, como sugere Walter Benjamin (2001), varrer a história a contrapelo para narrar, escrever e conhecer outras histórias a partir dessas margens e desses silêncios. Isso é um importante caminho para escrever outras histórias do subterrâneo na sociedade brasileira.

Outrossim, conquistas como a Lei 10.639/2003, um importante marco histórico e político da luta advinda do movimento negro no país, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996). Com a inserção de tornar obrigatório o Ensino Afro-brasileiro e Indígena<sup>4</sup> em todo o ensino básico brasileiro, sendo um ponto de partida para trabalhar aspectos da construção de um Brasil que leva em consideração a contribuição desses povos para o nosso país.

Desse modo, o método apresentado neste trabalho é fundamentado no materialismo histórico-dialético, o qual se alinha intimamente com a abordagem de pesquisa, buscando assinar criticamente as contradições da sociedade e da educação brasileiras a partir do ponto de vista das classes e grupos sociais subalternos, em

---

<sup>4</sup> No inciso primeiro desta lei há uma prerrogativa de torna obrigatório “o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”, desse modo a lei vem a contribuir para que desde a escola seja priorizado a abordagem do assunto, com o segundo inciso prevendo que estes conteúdos sejam ministrados em todo o currículo escolar, dando prioridade para as áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras, vejamos quando a lei prioriza certas áreas de conhecimento ela não está excluindo as outras áreas, assim como há uma responsabilidade implícita de que todo educador conheça a lei e faça valer o que ela prevê, considerando que ela se faz presente desde de 2003.

Assim, uma ramificação que surge com esta lei será da inclusão da temática indígena com a Lei.11.645/2008, que modifica a Lei.10.639/2003. Desse modo, a lei de cotas Lei 12.711, de prevê a reserva de 50% das vagas em universidades e institutos federais para estudantes negros, indígenas e com renda per capita de até um salário mínimo e meio, são algumas das ramificações que saem da lei 10.639/2003.

particular do movimento negro, buscando articular as dimensões de classe, raça e gênero (Gonzalez, 2018). Assim, esse método tem, também, suas limitações para tratar de temas e problemas dessa envergadura da sociedade brasileira, contudo, raça e gênero/sexualidade, como lembra Lélia Gonzalez (2018), não podem se separar da análise do capitalismo dependente (Rios, 2022). Como apontado por Lélia:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas.... Nem parece preto. (Gonzalez, 1984, p.224). (Grifos da autora).

Dessa forma, utilizaremos também das concepções de Lélia Gonzalez acerca das contradições e peculiaridades presentes na sociedade brasileira. “Dessa forma, as massas foram totalmente destituídas do poder, tendo sofrido um processo de empobrecimento. Os afetados incluíam a maior parte da população negra do Brasil”. (Gonzalez, 2020, p. 102).

Ao focarmos no Movimento Negro no Pará, analisamos sua perspectiva política-educativa e os desafios que enfrenta na implementação de suas demandas sociais e educacionais. Para embasar nossa análise, recorreremos a Lélia Gonzalez e outros autores negros brasileiros que poderão nos auxiliar a trabalhar com o método.

Com base nas leituras de Lefebvre (1961) e Lélia Gonzalez (2020) observamos que aspectos de seu método são relevantes, seja em virtude da realidade da sociedade contemporânea, ao destacar as contradições existentes nas diversas camadas sociais, assim como para além disso elementos da interseccionalidade levantados por Lélia Gonzalez, como a relação classe e gênero e capitalismo. Em que:

Se formuló, además, en relación con una realidad social nueva, que sintetiza en ella las contradicciones de esa sociedad moderna: el proletariado, la clase obrera. Ya en sus obras de juventud, Marx comprobó que el progreso técnico, el poder sobre la naturaleza, la liberación del hombre respecto de ella y el enriquecimiento general provocaban en la sociedad “moderna”, es decir, capitalista, esta consecuencia contradictoria: la servidumbre, el empobrecimiento del proletariado. Durante toda su vida continuó el análisis y siguió el proceso de esta situación; mostró que esa contradicción implicaba una sentencia de muerte contra una sociedad determinada: la sociedad capitalista. (Lefebvre, 1961, p. 3).

Dessa maneira, o método marxista dialético nos incentiva a constantemente contrapor os diversos fatores divergentes na balança da análise. Busca-se uma abordagem que considere os elementos expressos dialeticamente, ou seja, que

reconheça a existência de dois lados de uma mesma questão. O objetivo é chegar a um ponto-chave após a análise e discussão dos fatos. Assim:

Cabe insistir na perspectiva crítica de Marx em face da herança cultural de que era legatário. Não se trata, como pode parecer a uma visão vulgar de “crítica”, de se posicionar frente ao conhecimento existente para recusá-lo ou, na melhor das hipóteses, distinguir nele o “bom” do “mal”. Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites— ao mesmo tempo em que faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais. (Neto, 2011, p. 18).

Nesse contexto, é crucial adotar uma perspectiva mais holística do método em questão. Isso implica não apenas fazer uma análise dialética dos diferentes elementos, mas também considerar os aspectos interligados que vão desde a situação política e social até o contexto histórico específico a ser examinado. Sem essa abordagem abrangente, seria impossível compreender plenamente a complexidade desse arcabouço teórico. Em vista disso:

De manera que el marxismo surgió con la sociedad “moderna”, con la gran industria y el proletariado industrial. Aparece como la concepción del mundo que expresa ese mundo moderno, sus contradicciones y sus problemas, para los que aporta soluciones racionales. (Lefebvre, 1961, p. 3).

Assim, consideramos importante incorporar essa metodologia ao nosso trabalho, aproveitando as diversas abordagens que ela nos oferece. Nesse contexto, o método marxista é aplicável aos aspectos da realidade social, especialmente na análise crítica da vida social capitalista, que é amplamente marcada por contradições. Não obstante, ele sozinho não consiga dar conta de uma realidade específica como a brasileira, por isso aproveitamos a categoria desenvolvida por Gonzalez, em que ela abarca características únicas nossas, como nosso português falado, que traz elementos africanos os quais ela denomina de “pretuguês”:

Ao contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o T pelo D para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: *América Ladina* (não é por acaso que a *neurose cultural* brasileira tem o racismo o seu sintoma por excelência). Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os “pretos” e “pardos” do IBGE) são *ladino-amefricanos*. (Gonzalez, 2020, p. 115).

Em vista disso, pensemos, o sistema capitalista busca incessantemente pôr a culpa em alguém dos reflexos de seus problemas e de sua destruição da sociedade, do meio ambiente e tudo que ele toca vira restos, pó. Há, sem dúvida, aspectos que o ser humano se torna o algoz de certas situações ambientais, mas há de convir que ele por si só, um grupo pequeno não seria capaz de realizar grandes mudanças no ambiente, mas sim, como podemos perceber o advento da indústria foi capaz de

realizar essas grandes modificações, que não são só no campo do meio ambiente, mas sim, no campo social e econômico.

Em que, no contexto do nosso estudo, exploraremos essas questões ao examinar a concepção político-educativa do movimento social em questão. Entendemos esses elementos de dominação e exploração impulsionadas pelo capitalismo, mas no Brasil há algo singular para além disso, o racismo, exercendo tanto poder quanto o sistema capitalista. Em que, “Enquanto denegação de nossa ladino-amefricanidade, o racismo “à brasileira” se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer (“democracia racial” brasileira). (Gonzalez, 2020, p. 115). Em vista disso, Rios e Klein (2022) analisam a obra de Gonzalez e nos transmitem aspectos mais evidentes do método desta autora que se destaca nessa visão de que para além do sistema capitalista, aqui no Brasil estamos assentados numa sociedade de divisão de classes, em que a escravização foi e é um fator de delimitação da sociedade, ao passo que enquanto amefricanos e afrodescentes que somos, fazemo-nos e compomos essa sociedade de classes nessa dinâmica, basta observarmos como ocorre as divisões sociais da sociedade brasileira. Quase sempre quem está no topo, é alguém branco, com um patrimônio alto, com melhores salários e melhor qualidade de vida, o mesmo não ocorre com parte da sociedade negra, os empregos e salários não são os mesmos, ou, mesmo nem emprego formal é uma dimensão como percebemos nos últimos anos. Assim:

Dito de outra forma, a estrutura sócio-ocupacional, ou mesmo as divisões das classes sociais seriam organizadas pela lógica racial da sociedade. As consequências desse argumento vão muito além do pressuposto de que o racismo é funcional ao capitalista para a divisão da classe trabalhadora. Não se trata apenas de afirmar que nessas sociedades capitalistas o racismo impediria a unidade da classe trabalhadora, trata-se antes de assinalar uma consequência ainda mais forte do efeito do racismo no sistema capitalista, qual seja: a sua interdependência. (Rios; Klein, 2022, p. 818).

Consideramos importante nos apoiarmos nas concepções e percepções de Lélia e paralelamente de Marx, que poderemos ter uma dimensão maior a ser trabalhada em nossa pesquisa, pois Gonzalez traz a perspectiva amefricana nossa. Destarte:

Especialmente a partir de 1852, ele se dedica obsessivamente ao estudo da sociedade burguesa: analisa documentação histórica, percorre praticamente toda a bibliografia já produzida da economia mundial, leva em conta os avanços científicos que rebatem na indústria e nas comunicações e considera as manifestações das classes fundamentais (burguesia e proletariado) em face da atualidade. (Neto, 2011, p. 36).

Em resumo, Marx desenvolveu uma abordagem notável ao aplicar seu método, buscando compreender as dinâmicas sociais para além de uma simples categorização baseada apenas na questão social. Ele compreendeu a amplitude de sua análise, reconhecendo a influência da visão capitalista, das relações de classe e da economia. Essa ótica mais abrangente permitiu a Marx ir além das superficialidades e adentrar nas complexidades da estrutura social, proporcionando uma análise mais profunda e significativa. Ou seja:

Para el marxismo, como se verá más claramente en lo que sigue, la relación de la acción con la teoría es por completo diferente. El marxismo aparece ante todo como expresión de la vida social, práctica y real, en su conjunto, en su movimiento histórico con sus problemas y sus contradicciones, lo que incluye también, por consiguiente, la posibilidad de superar la estructura actual. Las proposiciones referentes a la acción política dependen abierta y racionalmente de las proposiciones generales. Son teorías políticas subordinadas a un conocimiento racional de la realidad social, y por lo tanto a una ciencia. Desde este punto de vista el marxismo se presenta, pues, como una sociología científica con consecuencias políticas, mientras que la concepción del mundo que se opone a él es una política justificada abstractamente por una metafísica. (Lefebvre, 1961, p. 4).

Assim sendo, Lefebvre (1961) nos aponta a contribuição de predecessores que reconhecem e enfatizam a importância do fator econômico para a compreensão e contribuição para o método marxista, haja vista que esse fator vem a ser um dos pontos que mais contribuem para a geração das contradições atuais que se passam no âmbito social. Desse modo, ele diz-nos que:

conviene no olvidar que la palabra “marxismo”, que ha pasado a ser de uso corriente, contiene una especie de injusticia; el “marxismo” fue desde sus comienzos el resultado de un verdadero trabajo colectivo en el que se desplegó el genio propio de Marx. La contribución de Federico Engels no puede ser silenciada y puesta en segundo plano. Fue Engels en particular quien llamó la atención de Carlos Marx sobre la importancia de los hechos económicos, sobre la situación del proletariado, etcétera. (Lefebvre, 1961, p.5).

Com base nisso, é crucial reconhecer a grande influência dos fatores econômicos nas problemáticas que permeiam a sociedade capitalista atual. No entanto, é importante notar que esses fatores não surgiram apenas no presente, eles têm sido estabelecidos ao longo do tempo. Portanto, é imprescindível olhar para o passado como fonte de compreensão das questões atuais, o que é um princípio fundamental do materialismo histórico dialético. Assim:

Marx enfatiza a existência de uma “relação desigual do desenvolvimento da produção material face à produção artística” e assinala ainda a dificuldade para clarificar “de que modo as relações de produção, como relações jurídicas, seguem um desenvolvimento desigual”. (Neto, 2011, p.38).

Diante disso, a aplicação metodológica de Marx nos proporciona uma compreensão dos elementos que se manifestam de forma desigual em um ambiente social marcado pela distinção e contradição. Um dos aspectos mais distintivos abordados pelo autor é a dimensão econômica, que constitui um dos núcleos das contradições sociais. Ao mesmo tempo, esse aspecto econômico permeia a sociedade de forma geral, contribuindo para a compreensão dessa dinâmica social. Por isso:

Se le debe la comprensión neta y clara de la importancia de los fenómenos económicos y la afirmación neta y clara de que esos fenómenos requieren un estudio científico, racional, efectuado metódicamente, acerca de hechos objetivos y determinables. Esto se denomina materialismo histórico, fundamento de una sociología científica (ambos términos son equivalentes y designan dos aspectos de una misma investigación). (Lefebvre, 1961, p.5).

Ademais, Marx em “o capital” indica que a economia, por meio do papel do capital econômico, gera dados que se configuram e operam em favor desse elemento, beneficiando tendenciosamente um grupo seletivo da sociedade. Esse grupo, em prol de seus interesses, cria meios que frequentemente não trazem benefícios para a sociedade como um todo. Assim:

o capital transgredir não apenas os limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e de luz solar. Avança sobre o horário das refeições e os incorpora, sempre que possível, ao processo de produção, fazendo com que os trabalhadores, como meros meios de produção, sejam abastecidos de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. O sono saudável, necessário para a restauração, renovação e revigoramento da força vital, é reduzido pelo capital a não mais do que um mínimo de horas de torpor absolutamente imprescindíveis ao reavivamento de um organismo completamente exaurido. (Marx, 2013, p. 427).

Portanto, a contribuição marxista no que diz respeito ao método se insere em um período marcado pela emergência moderna do modelo capitalista, no qual a pessoa comum não apenas carecia de direitos, mas também era sobrecarregada com muitas obrigações. Nesse contexto, as leis trabalhistas estavam apenas começando a ser estabelecidas, visando compreender as dinâmicas necessárias para uma produção que considere a totalidade do ser humano. Marx argumentava que o indivíduo necessita de tempo livre para dedicar ao estudo, ao lazer e até mesmo ao ócio criativo, a fim de alcançar uma compreensão mais plena de si mesmo e do mundo. Além disso, é importante compreender que nem sempre há a necessidade ou obrigação de ocupar determinados espaços, mas essa ideia foi promovida pelo ideal

capitalista, incentivando desde cedo a busca por reconhecimento e sucesso em um determinado lugar ou posição.

Os princípios que norteiam as ideias materialistas dialéticas partem de elementos da realidade humana, considerando a constante presença de contradições na sociedade. Quando se trata de relações sociais, é inevitável reconhecer as múltiplas facetas de pensamentos e ideias que permeiam esse meio. É por isso que se observa uma relação contraditória e dualista trazida por este método, que busca compreender e analisar essas contradições como parte intrínseca da dinâmica e estrutura da sociedade capitalista moderna. Destarte:

Considerado en toda su amplitud, como concepción del mundo, el marxismo se denomina materialismo dialéctico. Sintetiza y unifica, en efecto, dos elementos que Marx halló separados y aislados en la ciencia y en la filosofía de su tiempo: materialismo filosófico, ciencia ya avanzada de la naturaleza, por una parte; y, por otra, esbozó de una ciencia de la realidad humana, dialéctica de Hegel, es decir, teoría de las contradicciones. (Lefebvre, 1961, p. 6).

Exatamente, baseado na concepção dialética do método, o objetivo é justamente enfrentar e analisar concepções distintas, muitas vezes opostas, a fim de contrapô-las e, eventualmente, alcançar uma síntese ou meio comum. Esse processo de confronto e reconciliação de ideias divergentes é fundamental para uma compreensão mais profunda e abrangente da realidade social. Assim:

Toda discusión, todo esfuerzo por avanzar en el conocimiento se realizan mediante la confrontación de tesis opuestas: el pro y el contra, el sí y el no, la afirmación y la crítica. Esto es suficientemente conocido, suficientemente claro para que se lo admita sin mayores dificultades. (Lefebvre, 1961, p. 6).

Desse jeito, no método dialético, as contradições não são consideradas apenas por si mesmas, mas sim em relação ao contexto mais amplo e aos fundamentos subjacentes. Não se trata simplesmente de identificar contradições por sua própria existência, e sim de compreender suas origens, seus fundamentos e suas implicações para uma análise mais completa da realidade. É essencial apresentar um fundamento plausível ao lidar com a diversidade de perspectivas e contradições que surgem no processo dialético. Portanto:

Las contradicciones en el pensamiento humano (que se manifiestan a cada instante y en todas partes) plantean un problema esencial. Se originan, al menos parcialmente, en las deficiencias de ese pensamiento, que no puede captar simultáneamente todos los aspectos de una cosa y debe destruir (analizar) el conjunto para comprenderlo. Pero esta unilateralidad de todo pensamiento no basta para explicar las contradicciones; hay que admitir que las contradicciones tienen un fundamento, un punto de partida en las cosas mismas. (Lefebvre, 1961, p. 7).

Sob esse viés, o método dialético apresentado por Lefebvre (1961) e desenvolvido por Marx enfatiza a importância de olhar para a totalidade do fenômeno em estudo. Isso significa considerar todas as perspectivas, mesmo que sejam contraditórias, para compreender plenamente as complexidades e as inter-relações que compõem a realidade social. Ao adotar essa abordagem holística, é possível captar as nuances e os aspectos dinâmicos dos processos sociais, permitindo uma análise mais profunda e abrangente. Desse modo:

Marx fue el primero en adoptar y emplear de manera coherente el método dialéctico. Metódicamente, al estudiar una realidad objetiva determinada, analiza los aspectos y los elementos contradictorios de esa realidad (teniendo en cuenta, por consiguiente, todas las nociones contradictorias entonces conocidas, pero en las que no se sabía ver la parte de verdad que contenían). (Lefebvre, 1961, p. 7 e 8).

Por esse ângulo, há que se ter em conta também a dimensão maior que contempla o método por está incluso no trato dos fenômenos sociais é um método que trabalha com a realidade e por isso podemos dizer que ele busca seus fundamentos na realidade da valorização moral, como podemos perceber a seguir: “El marxismo afirma que actualmente es necesario crear una nueva ética, liberada de la alienación ideológica; se niega a establecer valores fuera de lo real. Y por lo tanto busca en lo real el fundamento de las valoraciones morales.” (Lefebvre, 1961, p. 15).

Nesse sentido, o que vem sendo pensado para abordagem desse método materialista histórico dialético, como forma de enfoque das causas sociais, como o rompimento com as perspectivas capitalistas e a imposição da causa trabalhadora, ainda é muito simplória, haja vista a necessidade de empregos e se manter trabalhando sendo pontos a que o proletariado desconsidera ou nem considera as perversidades desse sistema de produção que não tem por foco e condição o trabalhador. Assim:

En su condición de clase oprimido, el proletariado aceptó largo tiempo los valores morales que le fueron impuestos y lo mantenían sometido: resignación, humildad, aceptación pasiva, etcétera. Como parte integrante de la clase sojuzgada, el proletariado hallaba en la moral una compensación ficticia y una recompensa ilusoria: era un pobre "meritorio", un "bravo y honesto trabajador", siempre que aceptara sin discusión los estrechos límites de su actividad. (Lefebvre, 1961, p. 16).

Por esse lado, o marxismo, em contraste com o capitalismo, coloca o trabalhador, ou seja, o proletariado, no centro de sua análise. Ele busca compreender os motivos e as condições da sociedade capitalista, sob uma perspectiva da classe trabalhadora, dominada, que necessita conhecer sua condição de classe explorada e

dominada, seus direitos e deveres, suas habilidades e qualificações, e não ser tratada como coisa, uma peça da máquina capitalista de produção e de acumulação. O marxismo reconhece a humanidade do trabalhador, com suas emoções, razões e necessidades, e busca garantir que ele não seja explorado como uma máquina, mas sim respeitado e valorizado como um ser humano completo. Em vista disso:

El marxismo no se interesa en el proletariado en la medida en que es débil, sino en la medida en que es una fuerza; no porque es ignorante, sino porque debe asimilar y enriquecer el conocimiento; no porque la burguesía lo haya sumido en lo inhumano, sino en la medida en que lleva en sí mismo el porvenir del hombre, y rechaza como inhumana esta vanidad burguesa. (Lefebvre, 1961, p. 16).

Logo, ao trabalhar com o método dialético, nosso objetivo é explorar as múltiplas finalidades e concepções que ele abarca, especialmente no que diz respeito aos fatores e elementos do social e do cotidiano humano. Reconhecemos que há uma diversidade de pensamentos e de ideias que influenciam e moldam a realidade, e utilizar a perspectiva dialética nos permite delinear melhor o fenômeno de estudo. Assim também compreender para além do que Marx e Lefebvre expõem, as percepções de Gonzalez acerca dessa dinâmica, haja vista a proximidade da autora com tais discussões nos fazendo refletir por exemplo as questões de raça, cor, gênero dentro das concepções capitalistas, como exemplo a seguir:

No conjunto da produção de Lélia Gonzalez, a exploração “de classe” também é substituída por “exploração econômica”, e se desdobra no uso do termo “superexploração”, apropriado para pensar formas mais intensas de exploração da população. A superexploração está diretamente relacionada à condição de tripla discriminação a que está submetida a classe trabalhadora negra, em particular a mulher negra. Em seu pensamento, as condições materiais e históricas são determinantes para entender a dinâmica da superexploração e os agentes afetados por tal processo. Podemos dizer que, em seu pensamento, a interdependência entre raça, gênero e classes são os determinantes causais da condição de superexploração. Sendo assim, segundo sua linha de raciocínio, o acúmulo dessas determinações sobre as mulheres negras – extensivo também às mulheres indígenas – seria visível na dinâmica da força de trabalho, seja em seu recrutamento, na alocação em postos de trabalho, ou nos rendimentos (no valor relativo dos salários). Das consequências de sua (má) inserção no mercado capitalista tais mulheres viveriam em condições precárias e, em muitos casos, em condições análogas à escravidão. Sendo assim, o ponto chave da superexploração, para Gonzalez, faz-se retratar não apenas nas condições desiguais a que está submetida a classe trabalhadora, mas sobre seus efeitos perversos para além do mundo do trabalho, como as condições de moradia, de vida, além da exploração sexual. (Rios; Klein, 2022, p. 820).

Em vista disso, Rios e Klein (2022) apresentam dados importantes para pensarmos e refletirmos a realidade latino-americana, mais especificamente brasileira, nesse bojo constitui-se de um cenário único nosso, em que, a herança da

escravização negra é latente, não somente nas mentes, como um fenômeno psicológico, mas se baseia deveras em um panorama sentido e visto, à medida que, nos apontam para a superexploração levantada por Gonzalez em seus escritos diante da visão marxista, a autora trabalha a dinâmica brasileira, da classe trabalhadora, grande maioria negra (segundo o IBGE 2024 56,7% da população é negra). Então, essa visão de Gonzalez é por volta da década de 80, porém, ainda vivenciamos um pouco desta dimensão, claro que houve modificações, no entanto ainda assim, a classe trabalhadora negra ainda é muito explorada pelo sistema capitalista de produção e conseqüentemente pela burguesia.

Nesse sentido, realçamos o fato de que esses processos encontram-se intrinsecamente relacionados em sua abordagem. A associação que Gonzalez coloca entre exploração, dominação e opressão dá conta de explicar o mundo do trabalho, seus impactos para outros âmbitos da vida social, com conseqüências flagrantes no ordenamento das relações sociais cotidianas. (Rios; Klein, 2022, p. 828).

Diante do exposto, podemos analisar as complexidades e contradições presentes na sociedade de forma mais abrangente e aprofundada, buscando uma compreensão mais completa dos processos sociais e das relações humanas. Para além da perspectiva dialética do método também considerando o que a categoria de *amefricanidade* cunhada por Lélia em nosso país de origem vem contribuir para abarcarmos o cenário brasileiro, em que:

As implicações políticas e culturais da categoria de amefricanidade (Amefricanity) são, de fato, democráticas, exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A América como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos ioruba, banto e ewe-fon. Em conseqüência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de pan-africanismo, négritude, afrocentricity etc. (Gonzalez, 2020, p. 122).

Nesta perspectiva e diante do tipo de trabalho trazido por nós, optamos pela pesquisa qualitativa, haja vista que, considerando ser um estudo que versa sobre elementos sociais, de grupo, que se traduzem em fatores não palpáveis matematicamente falando. Assim, usamos a autora Minayo (2001) como base nesta dissertação. A qual nos afirma que:

é necessário afirmar que o objeto das ciências Sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e

coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. (Minayo, 2001, p. 15).

Em vista disso, a abordagem qualitativa é adequada para lidar com elementos de natureza social, como os conhecimentos político-educativos que permeiam o CEDENPA. No nosso caso, esses aspectos são complexos e multifacetados, dificultando uma análise puramente quantitativa. Para compreender plenamente esses fatores, é necessário capturar a essência do todo, o processo em sua totalidade. Somente uma análise qualitativa permitirá alcançar essa compreensão abrangente e contextualizada. Desse modo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 2001, p. 21 e 22).

Destarte, entendemos a análise qualitativa ser uma forma de abordagem que vai além somente de quantificar, medir, traçar elementos, ela projeta uma noção mais holística dos dados estudados, na compreensão do fenômeno de estudo nas suas mais diversas nuances. Em vista disso, “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”. (Minayo, 2001, p. 22). Sendo assim, associado ao método dialético essa abordagem é a que melhor se aplica ao nosso trabalho.

Neste trabalho, no primeiro momento foi realizado uma breve pesquisa documental e bibliográfica com o objetivo de investigar o contexto histórico relacionado à origem do CEDENPA como movimento negro no Pará, suas lutas e resistências sociais. Foi de suma importância ter esse contato com os documentos históricos, como livros materializados a partir de congressos, cartilhas em que o movimento já vinha tratando da perspectiva educacional. Em vista disso, no quesito que se refere à pesquisa bibliográfica consultamos e analisamos trabalhos publicados previamente sobre o tema. Isso inclui livros, artigos acadêmicos, teses, dissertações e outros materiais escritos que abordam o movimento negro na história da Pará.

Na segunda parte desse trabalho, foi realizada três entrevistas com membros estratégicos do CEDENPA, que nos deram um norte para os resultados obtidos.

Essas entrevistas trazem *insights* valiosos sobre as motivações, experiências e perspectivas dos participantes.

Assim sendo, para essa investigação optamos por trabalhar com a observação participante, em que, tive a oportunidade de estar presente em eventos, reuniões, manifestações ou outras atividades organizadas pelo (CEDENPA) ou relacionadas ao Movimento Negro no Pará. Isso nos possibilitou um entendimento mais profundo das dinâmicas sociais, interações e práticas cotidianas dos membros do movimento. Dessa forma:

A técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. (Neto, 2001, p. 59).

Em vista disso, a observação participante emerge como uma abordagem que é uma imersão mais próxima no cenário de pesquisa. Ao contrário de uma pesquisa tradicional, que muitas vezes busca um distanciamento objetivo do objeto de estudo, a observação participante busca uma integração mais direta com o contexto investigado. Essa abordagem oferece uma maneira mais orgânica de compreender as dinâmicas, interações e nuances presentes no campo, proporcionando inspirações valiosas e uma compreensão mais profunda do fenômeno em estudo, “nesse sentido, ele pode desenvolver uma participação no cotidiano do grupo estudado, através da observação de eventos do dia-a-dia.” (Neto, 2001, p. 60). Portanto, a observação participante consiste nessa forma de adentrar em campo fazendo parte do movimento para melhor entender a realidade vivenciada por eles.

No que se refere às entrevistas utilizamos a entrevista narrativa, por justamente trabalhar com a visão de profundidade, pois viabiliza ter uma noção mais detalhada, à medida que, o entrevistado se sente à vontade para aprofundar e falar além de um roteiro de perguntas e respostas, mas uma análise mais abrangente, com uma compreensão mais rica sobre o fenômeno de estudo. Desse modo, também nós apoiamos na concepção de *escrivência*, que trata de uma visão atravessada por uma escrita que perpassa pelos nós, em que as experiências são importantes nessa perspectiva. Consideramos trazer essa visão que consiste em dar importância à vivência dessas pessoas negras para o trabalho, haja vista que, a vivência não se

dissocia da experiência e do aprendizado desses colaboradores da pesquisa. Isso se deu ao deixarmos livre os interlocutores para se expressar. Desse modo:

Nossa escrivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana. Uma condição particularizada que me conduz a uma experiência de nacionalidade diferenciada. (Evaristo, 2020, p. 30-31).

Nesse sentido, trazer essa noção da escrivência para nossa dissertação representação uma contribuição relevante, pois nos possibilitou contemplar um pouco dessa vivência dos interlocutores, que se transmite na fala, expressão e posicionamento político-social.

Em vista disso, além da escrivência optar pela entrevista narrativa permitiu explorar melhor nossos objetivos, visto que é uma abordagem de entrevista que não segue um roteiro rígido, buscando, em vez disso, uma profundidade maior nas discussões. O foco não está apenas em responder perguntas predefinidas, mas também em permitir que os participantes compartilhem suas experiências de forma mais ampla e significativa. Essa abordagem oferece espaço para histórias pessoais, reflexões e descobertas únicas, enriquecendo assim nossa compreensão do tema de estudo. Desse modo:

Na verdade, as narrativas são infinitas em sua variedade, e nós as encontramos em todo lugar. Parece existir em todas as formas de vida humana uma necessidade de contar; contar histórias é uma forma elementar de comunicação humana e, independentemente do desempenho da linguagem estratificada, é uma capacidade universal. Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. (Jovchelovitch; Bauer, 2003, p. 91).

Por esse prisma, podemos perceber a entrevista narrativa como uma técnica essencial para abranger adequadamente o nosso campo de análise, principalmente ao lidarmos com o Movimento Negro. Em que, essas pessoas têm uma riqueza de experiências e perspectivas valiosas a compartilhar. A entrevista narrativa proporciona um espaço aberto e flexível para essas vozes serem ouvidas de forma autêntica e completa. Ao adotarmos essa abordagem, abarcamos não apenas informações superficiais, mas também as nuances, emoções e contextos mais profundos que permeiam o Movimento Negro. Isso permitirá obter uma compreensão mais holística e significativa do tema em questão. Assim:

Comunidades, grupos sociais e subculturas contam histórias com palavras e sentidos que são específicos à sua experiência e ao seu modo de vida. O léxico do grupo social constitui sua perspectiva de mundo, e assume-se que narrativas preservam perspectivas particulares de uma forma mais autêntica. Contar histórias é uma habilidade relativamente independente da educação e da competência linguística embora a última seja desigualmente distribuída em cada população, a capacidade de contar histórias não o é, ao menos é em grau menor. Um acontecimento pode ser traduzido tanto em termos gerais como em termos indexados. Indexados significa que a referência é feita a acontecimentos concretos em um lugar e em um tempo. (Jovchelovitch; Bauer, 2003, p. 91).

Assim, longe de seguir um roteiro rígido que pode limitar a exploração de outras compreensões e visões importantes, a entrevista narrativa busca ir além, permitindo uma investigação mais profunda e holística. Essa abordagem flexível e aberta possibilita não apenas a coleta de informações, mas também a compreensão das histórias e experiências subjacentes à comunidade do Movimento Negro. Ao evitar a superficialidade e dar espaço para narrativas mais completas, autênticas e obter uma visão mais abrangente e genuína desse movimento social e suas vivências. Logo:

Narrações são ricas de colocações indexadas, a) porque elas se referem à experiência pessoal, e b) porque elas tendem a ser detalhadas com um enfoque nos acontecimentos e ações. A estrutura de uma narração é semelhante à estrutura da orientação para a ação: um contexto é dado; os acontecimentos são sequências e terminam em um determinado ponto; a narração inclui um tipo de avaliação do resultado. (Jovchelovitch; Bauer, 2003, p. 92).

Portanto, a entrevista narrativa representa uma tentativa de compreender uma totalidade maior, adotando uma visão holística do fenômeno em estudo. Ao permitir que os entrevistados(as) compartilhem suas histórias de forma aberta e não estruturada, essa abordagem possibilita a emergência de diversos fatores e aspectos que podem ser cruciais para uma compreensão mais profunda da realidade em questão. Essa forma de compreensão mais ampla e contextualizada é muito importante, pois nos permite capturar não apenas os eventos superficiais, mas também os contextos, sentimentos e significados subjacentes que moldam a experiência e a percepção das pessoas envolvidas. Ao adotarmos essa abordagem, buscamos promover um entendimento mais autêntico e completo do Movimento Negro. Atrelado a isso trabalhando com a perspectiva da escriturabilidade temos uma abordagem mais dinâmica que perpassa aspectos da vida e experiência.

Por isso, nunca pensaria a Escriturabilidade como possibilidade de domínio do mundo. Mas como uma pulsação antiga, que corre em mim por perceber um mundo esfacelado, desde antes, desde sempre. E o que seria escrever nesse mundo? O que escrever, como escrever, para que e para quem escrever? Escriturabilidade, antes de qualquer domínio, é interrogação. É uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o

mundo desconsidera. Escrivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida. Um mundo que busco apreender, para que eu possa, nele, me autoinscrever, mas, com a justa compreensão de que a letra não é minha. (Evaristo, 2020, p. 35).

Além disso, para complementar a parte metodológica fizemos uso da análise de conteúdo de Bardin (1977), a qual prima pela, “a análise de conteúdo com mensagens (comunicação).” (Bardin, 1977, p. 46). Significa dizer que além de analisar o conteúdo em si, esse tipo de abordagem busca compreender a mensagem transmitida pelo interlocutor, a fim de entender a totalidade de sua mensagem. Numa busca pelo dito e o não dito.

Assim, a análise de conteúdo diferentemente da análise somente documental, a “análise de conteúdo, é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem.” (Bardin, 1977, p. 46). Desse modo, ela é uma forma de ir além do que está dito, mas também entender o que está nas entrelinhas dos dados.

Além disso, ao optar pela análise de conteúdo de Bardin, utilizamos uma parte específica disso, que é a categorização, em linhas gerais uma forma de classificação, que tem fatores comuns ou próximos. Em que:

*A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. (Bardin, 1977, p. 117).*

Nesse ponto de vista, a categorização permitiu encontrar fatores que estavam de acordo com o que definimos em nossos objetivos prévios, haja vista que, estavam relacionados com a classificação estabelecida. “A categorização tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental), fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos”. (Bardin, 1977, p.119). Dessa forma, por este modo foi possível visualizarmos os dados por meio da categorização.

A seguir percorreremos um pouco sobre o referencial teórico, em que, trataremos inicialmente sobre as relações étnico-raciais e educação e o lugar da produção intelectual negra na sociedade brasileira, neste tópico fazemos um breve passeio na história e paralelamente buscamos trazer autores negros e suas concepções acerca

da perspectiva racial, assim como é visto a produção negra e o lugar dele na sociedade.

## **2 EXPLORANDO O REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO: AVANÇOS, DESAFIOS E INOVAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO**

### **2.1 AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO E O LUGAR DA PRODUÇÃO INTELECTUAL NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

A história da população negra brasileira está diretamente relacionada com a imposição e implantação do sistema-mundo moderno-colonial pelo “velho mundo” (Ocidente) no “novo mundo” (América), que inventou isso que chamamos de “Brasil”, assentado numa base econômica escravista (indígenas e africanos), expressão concreta da violência, em suas diversas formas, produzida por esse sistema dominante.

Como expressão dessa violência, além da dominação sobre e da superexploração sobre essa força de trabalho, principalmente negra, levando a sua coisificação, podemos mencionar, também, o processo de miscigenação como parte dessa engrenagem e da conformação da singularidade da formação histórica da sociedade brasileira (Amaral, 2014; Fernandes, 2020; Moura, 2020; Ribeiro, 1996) contradizendo interpretações dominantes e influentes no Brasil, que tentam desviar e suavizar essa relação de poder e de violência, como faz Gilberto Freyre (2001).

É nesse tempo que se inicializam as misturas culturais, de permanência de crenças africanas mesmo de forma escondida. Vale ressaltar que consideramos marcante a escravidão para constituição do país, no entanto, os povos africanos já tinham toda uma história anterior ao seu estabelecimento em solo brasileiro. Então, a escravização negra pode ser considerada como essa parte sombria de nossa sociedade e historiografia. Se considerarmos que os negros não tinham nenhum direito, eram expostos aos trabalhos degradantes desse sistema e além disso sofriam vários tipos de castigos. Nessa condição e contexto específico, o negro era tratado como coisa e mercadoria, à medida que eles tinham certo valor financeiro, por isso, em muitos casos, eram utilizados como moeda de troca. Assim:

A lógica desse tipo de comércio iniciava no século XV e XVI, com a captura dos negros nas colônias europeias na África, em seguida transportados pelo oceano e comercializados aos grandes escravagistas, estes transformaram o tráfico em um lucrativo setor do comércio colonial que enriquecia tanto os escravagistas quanto ao império, a exemplo do Português. (Amaral, 2014, p. 83).

Em vista disso, o tráfico de negros nas Américas, e especialmente na colônia brasileira, foi amplamente justificado pela perspectiva de lucro, que beneficiava um grupo específico desse sistema, que não eram os negros, sendo reduzidos à condição de coisa, mercadoria e mão de obra escrava. Seus trabalhos foram principalmente nas lavouras de cana-de-açúcar, os negros eram inseridos como força de trabalho escrava, explorados em condições desumanas e sujeitos a uma brutalidade sem precedentes. Esse comércio desumano não apenas sustentava economicamente os interesses coloniais, mas também perpetuava a opressão e a degradação da comunidade negra, relegando-os a uma existência marcada pela dor, sofrimento e pela exploração. Logo:

Estava assim montado o esquema que justificaria a captura de negros da África. Navios negreiros ou tumbeiros carregados de negros aprisionados saíam da África com destino às colônias portuguesas no Brasil, as viagens, da forma como eram feitas, não possuíam boas condições para a sobrevivência humana. (Amaral, 2014, p. 83).

Como podemos perceber o transporte de negros e negras às colônias brasileiras tornavam-se um dos pontos de extrema desumanidade para com esse povo, de modo que essas pessoas estavam expostas às condições mais degradantes de vida: a insalubridade era grande. Justamente por conta de toda essa condição desumana de tratamento, estavam mais propensos a contrair doenças. Parte considerável de negras e negros escravizados não chegavam vivos ao fim da viagem.

O povo negro (era colocado) vai sendo colocado estrategicamente para servir a dois sistemas que é o comércio (comercialização de escravos negros pelos colonos na condição de mercadoria) e a escravização propriamente (escravo, sem direitos, com muito trabalho nas lavouras, na casa grande, trabalho desenvolvido por mulheres e na cana de açúcar). Desse modo, a mão de obra negra findada esse período de escravidão, não é em sua grande maioria incorporada para o trabalho assalariado como Florestan Fernandes afirma:

Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. Em certas situações históricas-sociais – como parece suceder com a cidade de São Paulo na época considerada –, essa responsabilidade se tornou ainda mais penosa e difícil, dadas as possibilidades que poderiam ser realmente aproveitadas em sentido construtivo pelo negro. (Fernandes, 2008, p. 35-36).

Nesse sentido, não podemos perder de vista mesmo oficialmente o negro não sendo incorporado à sociedade para o trabalho assalariado, ainda assim é inegável o quanto eles foram os pilares para a construção desse país, já que trabalharam arduamente para erguer o que temos hoje de território nacional.

Dessa forma o africano ou negro foi incorporado à sociedade brasileira, sem direitos, mas com muitos deveres para criar uma nação próspera nos trópicos da América do Sul, o que refletirá na sua ausência do cenário econômico e político desta nova nação. Talvez, isso explique a secular ausência das comunidades de quilombos na história oficial, das políticas sociais, do quase desconhecimento de sua existência e de sua invisibilidade no seio da sociedade. (Amaral, 2014, p. 86).

Não obstante, o quilombo e o próprio Movimento Negro representam espaços onde as heranças culturais dos negros e negras são preservadas ao longo das gerações, sendo essa transmissão oral uma forma poderosa de resistência e re-existência, representando a continuidade de uma luta contra as injustiças e opressões sofridas ao longo da história. Assim:

La palabra resistencia viene del latín resistencia, nombre de cualidad del verbo resistere, que significa mantenerse firme, persistir, oponerse reiteradamente sin perder el puesto. Está comuesto de re, que hace referencia a intensificación de la acción, reiteración o vuelta atrás y el verbo sistere, establecer, tomar posiciones, asegurar en sitio. (Hurtado; Porto-Gonçalves, 2022, p. 4).

Deste jeito, a resistência dos negros escravizados, sua recusa em aceitar passivamente um sistema tão perverso, é o que possibilitou essa re-existência, permitindo que eles mantivessem sua identidade e cultura apesar das adversidades. Assim:

Re-existencia, escrita también como r-existencia o reexistencia, como concepto emerge en el contexto latinoamericano y su uso se há difundido sobre todo em discusiones académicas, pero nace o se há inspirado em el seno de las luchas sociales. Movimientos sociales com sus estrategias de territorialización y re-territorialización cotidiana, cuestionam lo establecido, renuevan las formas de analizar e interpretar la realidad y conducen una revisión de la teoría, para encontrar otras formas de expresar lo que está sucediendo en los territorios, en las disputas históricas y cotidianas. (Hurtado; Porto-Gonçalves, 2022, p. 3).

Em vista disso, a re-existência em parte será um dos mecanismos que se materializam por meio de visões e transmissões ancestrais por meio da história oral, essas heranças culturais, transmitidas pelos “griôs” e outros guardiões da tradição, são testemunhas vivos da resiliência e da força do povo negro, alimentando a luta por justiça e igualdade até os dias de hoje. Desse modo:

[...]falar de ancestralidade e, portanto, de uma pedagogia afrocentrada, é falar de um saber negro que vem pelo mar, pelo Atlântico, pela travessia dos povos

escravizados de parte do continente africano e vai resultar no desenvolvimento econômico, na formação cultural, na estética, na ética e em muitos dos valores civilizatórios presentes na atual sociedade. (Pimenta; Passos; Silva, 2022, p. 161).

A ancestralidade nos remete a elementos passados, a pessoas, histórias e memórias antigas, mas que guardam valor, resiliência e outros conhecimentos. Desse modo, voltamo-nos a esses saberes ditos ancestrais, materializados por meio da história de uma comunidade, de uma sociedade particular, que as mantém e repassa para as próximas gerações, assim foi no passado e podemos no presente ter a contemplação ainda de algumas dessas memórias. Como:

Os elementos para Pedagogia da ancestralidade partem de uma estratégia pedagógica ligada as questões sócio-históricas e culturais. Uma ontologia de consciência africana em que o sujeito negro se constrói em sua imanência e em sua transcendência e a futuridade de ser que dialoga com a anterioridade e a futuridade, inclusive no processo de transmissão de saberes. (Pimenta; Passos; Silva, 2022, p. 167).

A resistência por meio da ancestralidade é um dos elementos bem importantes para o povo negro, no entanto ainda hoje, enfrentamos uma série de desafios no que diz respeito às questões étnico-raciais, com a persistência do preconceito sendo um fator significativo em nossa sociedade, como destacado por Soares (2020, p. 137).

Assim:

os mais de 130 anos da abolição da escravatura confundem-se com os anos de racismo, exclusão e perseguição sofridos pela população negra em distintos graus, épocas e espaços. Todavia, os diversos mecanismos de luta e organização constituem os marcos do protagonismo e das resistências negra mediante as condições deletérias de sua humanidade, no percurso histórico que compreende o escravismo, e o pós-abolição excludente e inacabado.

Essa realidade ressalta a necessidade contínua de enfrentarmos e superarmos as barreiras do racismo e da discriminação, trabalhando para construir uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária para todos.

Logo, na contemporaneidade, temos os espaços físicos representados pelos quilombos e os quilombolas remanescentes, ou seja, os cidadãos que ainda hoje estão lutando por representatividade (forma com que os negros são apresentados nos variados lugares, espaços da sociedade) tentando ao máximo desvincular a imagem estereotipada do negro (muitas vezes apresentado como marginal vindo de classes

inferiores). Outro fator diz respeito à discriminação ainda presente em nossa sociedade, além da dívida histórica<sup>5</sup> que ainda não foi totalmente sanada.

O processo de pós-abolição da escravidão no Brasil revela uma realidade distinta, de extrema desigualdade e falta de amparo para com os negros e negras recém-libertos. Para Lélia Gonzalez há uma certa percepção de dominador e dominado, um controle exercido no tempo de colonização que se manifesta para além desse período, como se eternamente ainda vivêssemos naqueles tempos e moldes.

Em que:

Quando se analisa a estratégia utilizada pelos países europeus em suas colônias, verifica-se que o racismo desempenhará um papel fundamental na internacionalização da “superioridade” do colonizador pelos colonizados. E ele apresenta, pelo menos, duas faces que só se diferenciam enquanto táticas que visam ao mesmo objetivo: exploração/opressão. Refiro-me, no caso, ao que comumente é conhecido como racismo aberto e racismo disfarçado. (Gonzalez, 2020, p. 117-118).

Sob essa ótica, privado de recurso financeiro, moradia e acesso a serviços básicos, esses seres humanos foram deixados à própria sorte após a abolição, sem políticas efetivas de reparação ou inclusão social por parte do Estado Brasileiro. Florestan Fernandes traz um traço marcante desse aspecto, a não incorporação do negro no sistema capitalista de produção, ou em alguns casos, a condição de trabalhos subvalorizados. Fernandes (2008) postula que:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepara-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva. (Fernandes, 2008, p. 29).

Como resultado, muitos negros foram forçados a viver condições precárias, enfrentando dificuldades extremas para sobrevivência em sua sociedade que continuava a marginalizá-los. Para Guerreiro Ramos, as manifestações desiguais na sociedade brasileira eram sobretudo um sintoma da cor, em que, brancos e pretos

---

<sup>5</sup> Refere-se ao momento pós-abolição da escravidão, em que, não houve um tratamento adequado para os negros recém libertos, foram deixados à própria sorte, sem darem-lhe o mínimo necessário para sobreviver nessa sociedade, lhe excluindo dos sistemas de trabalhos. Isso constitui uma herança que se perpetua nos dias atuais, seja pela superpopulação pobre e negra nas favelas, nos lugares impróprios de moradia, isso não é uma escolha, mas sim, o que sobrou para eles.

eram separados pela cor de sua pele, pelos cargos valorizados determinados a brancos e menos favorecidos a pretos. Logo:

A princípio, o autor considerava que o preconceito de cor era mais um sintoma das desigualdades na oportunidade educacionais, culturais e econômicas gestadas pelo regime de classes sociais do que um problema racial em si mesmo. Mas, posteriormente, Guerreiro Ramos admite a existência do preconceito racial, designado por ele como se tratando de preconceito de cor. Os estudos sobre o negro o conduziram não apenas a revisitar a literatura antropológica e sociológica produzida no Brasil sobre o tema, como também a pensar a nação brasileira. (Shiota, 2014, p. 97).

Assim, Abdias do Nascimento traz o aspecto com relação sobre o mascaramento de que se traduz por meio do mito da democracia racial, da visão de que todos têm os mesmos direitos e acessos na sociedade brasileira, o que não é uma verdade absoluta. Desse jeito:

A sociedade dominante no Brasil praticamente destruiu as populações indígenas que um dia foram majoritárias no país, essa mesma sociedade está às vésperas de completar o esmagamento dos descendentes africanos. As técnicas usadas têm sido diversas, conforme as circunstâncias, variando desde o mero uso de armas, às manipulações indiretas e sutis que uma hora se chama assimilação e outro hora aculturação ou miscigenação; outras vezes é o apelo à unidade nacional, à ação civilizadora, etc. etc.; etc. Com todo esse cortejo genocida aos olhos de quem quiser ver, ainda há quem se intitule de cientista social e passe à sociedade brasileira atestados de “tolerância”, “benevolência”, “democracia racial” e outras qualificações virtuosas dignas de elogios. (Nascimento, 1978, p. 107).

Desse modo, a reinserção do negro como humano e componente desta sociedade de classes, vai ser de forma complicada, haja vista, a frentes utilizadas serem, por meio da concepção de “democracia racial”, o mascaramento do preconceito racial, e assim como o não amparo efetivamente ao negro recém liberto.

A seguir trataremos sobre alguns intelectuais negros e negras que contribuíram de alguma maneira para certas visões atrelados à raça e racismo fosse revista, e que outros aspectos fossem analisados para além da cor da pele, desse modo, optamos por trazer-los em nosso trabalho.

## 2. 2 A PRODUÇÃO INTELECTUAL NEGRA NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA E MEMÓRIA DE NEGROS E NEGRAS BRASILEIRAS PENSADORES (AS)

A produção intelectual negra no Brasil vem sendo cada vez mais re-existente e importante para a contribuição do pensamento social dentro e fora do país e do continente latino-americano, contudo, ainda é desconhecida e invisibilizada (Medeiros da Silva; Queiroz, 2022), posto que isso é, também, parte de uma geopolítica de silenciamento e apagamento do conhecimento de dados povos e grupos sociais subalternos, promovida e imposta pelo sistema-mundo moderno-colonial (Quijano,

2005, 2010), bem como resultante de uma estrutura e dinâmica, também, de colonialismo interno (Gonzalez; Casanova, 2006).

Em face dessas contradições e distorções no tocante a produção intelectual negra no país e dada a problemática aqui abordada nessa pesquisa, é que elegemos como relevante trazer uma reflexão sobre esse tema/problema, a fim de ilustrar, de forma resumida e breve, essa produção intelectual, que só mais recentemente tem ganhado um pouco mais de atenção e reconhecimento da pesquisa nacional. No entanto, entendemos que esse reconhecimento recente dessa produção intelectual (bem como o conjunto de políticas afirmativas no país) é resultante da luta e resistência histórica do movimento negro em nível nacional, assim como parte de um movimento mais global do Sul por justiça cognitiva e social (Lander, 2005; Santos; Menezes, 2010).

Podemos, assim, considerar como uma luta em processo de reconhecimento dessas figuras nacionais que tanto contribuíram, seja para constituição do país que aos poucos trata melhor da questão negra brasileira, seja na concepção desempenhada pela própria representatividade negra, tão importante para se reconhecer e se enxergar negro num país tão desigual e ao mesmo tempo singular, de diversidades de raça, cor, gênero e etnias. É um reconhecimento também impulsionado pelo movimento negro no âmbito nacional, mas que se projeta para além disso, a nível global por exemplo, representando uma justiça cognitiva e social para estas pessoas pretas que nos antecederam.

Por isso, para esse cenário trouxemos Guerreiro Ramos (1915-1982) intelectual, sociólogo brasileiro, militante do seu tempo, que desenvolveu trabalhos tanto nacionais, quanto internacionais. Vale destacar que, não obstante, as contribuições e estudos da maioria dos negros brasileiros são pouco explorados, pois pouco se conhece desses autores, se claro, não fizer parte de um círculo que é o acadêmico. O que muitos de nós somente tivemos essa oportunidade de conhecê-los por termos adentrado esse outro espaço que é dos estudos de mestrado, se não, continuaríamos a desconhecê-los. Assim, Guerreiro Ramos tem seus trabalhos engajados à questão negra com reflexões válidas sobre a causa, mas que como iremos perceber, seus estudos ultrapassam o tempo, e se formos analisar os debates levantados por ele, ainda são muito atuais. Assim ele nos aponta que:

O tema das relações de raça no Brasil chega, nestes dias, a um momento polêmico. Até aqui se tem falado numa antropologia e numa sociologia do

negro. Hoje, condições objetivas da sociedade brasileira colocam o problema do “branco” e aqueles estudos “antropológicos” e “sociológicos” rapidamente perdem atualidade. (Ramos, 1995, p. 216).

Em vista disso, um ponto relevante de seus estudos e de toda uma observação sobre como os trabalhos se pautam em somente a causa do negro, os colocando na maioria das vezes como objetos análises. Guerreiro Ramos nos faz entender que é importante o estudo do branco também, muitas vezes não sendo ponto de reflexão de muitos pesquisadores. Por isso: “Guerreiro Ramos dedicou-se ao estudo da questão racial no Brasil entre a segunda metade da década de 1940 e o primeiro lustro da década de 1950, período quando seus trabalhos relativos ao tema foram publicados”. (Shiota, 2014, p. 74). Sendo dessa maneira bem relevante seu incentivo para se estudar às questões raciais brasileiras.

Desse modo, sua compreensão acerca do problema do branco na sociedade brasileira reflete-se nos prismas de cunho social, racial, econômico, educacional, enfim. “A partir do diagnóstico da questão racial como um problema de origem econômica, cultural e educacional não propriamente racial, a luta dos negros deveria se voltar contra a desigualdade existente em relação aos brancos”. (Shiota, 2014, p. 76). Sobre esse panorama, podemos considerar como uma grande sacada desse autor brasileiro, colocando no palco das discussões o problema do branco, haja vista que, nessa natureza, dificilmente se discute sobre o branco brasileiro, ele quase sempre com esse ar de superioridade que o sistema colonial lhe deixou de herança, na maioria das vezes está bem colocado em empregos, ocupa os “melhores” lugares e *status* na sociedade e não precisa passar pelos preconceitos raciais enfrentados pela grande maioria negra. Nessa ótica:

Há hoje uma contradição entre as ideias e os fatos de nossas relações de raças. No plano ideológico, é dominante ainda a brancura como critério de estética social. No plano dos fatos, é dominante na sociedade brasileira uma camada de origem negra, nela distribuída de alto a baixo. (Ramos, 1996, p. 216).

Em síntese, uma outra concepção apontada por Guerreiro Ramos trata da noção de redução sociológica apontada por ele, à medida em que as questões nacionais devem ser vistas sob a ótica brasileira, dessa forma reduzindo-o ao que foi nosso processo colonizador e como nos constituímos enquanto nação. Assim:

À luz de uma sociologia indutiva, isto é, de uma sociologia cujos critérios sejam induzidos da realidade brasileira, e não imitados da prática de sociólogos de outros países, à luz de uma sociologia científica, o que tem chamado no Brasil de “problema do negro” é reflexo da patologia social do “branco” brasileiro, de sua dependência psicológica. (Ramos, 1996, p. 236).

Desse jeito, Guerreiro Ramos assume esse caráter do problema do branco que mais à frente vai servir de base para as concepções e discussões sobre a branquitude, assim como as concepções acerca da redução sociologia apontadas pelo autor, que serão de grande valia para compreender os fenômenos brasileiros. Desse modo, ele assume uma noção de que no Brasil existe certa divisão que é percebida nas discussões de raça, mas que se expandem a outros aspectos, como classe social, como também é trazido por ele, sobre essa diferença entre regiões, com destaque ao nordeste brasileiro, não esquecendo que é local por onde se inicia o processo de colonização brasileira.

Além disso, na publicação de *contatos raciais no Brasil*, na primeira edição do veículo de comunicação *Quilombo* (1948), Guerreiro Ramos admite a presença do “preconceito de raça” na sociedade brasileira a qual não seria estratificada por divisão de casta. O preconceito de raça e a segregação que dele deriva, dizia respeito à realidade norte-americana e sul-africana, ao passo que, no Brasil a miscigenação obnubilava sua presença, sendo mais adequado o conceito de preconceito de cor. A questão do racial é matizada pelo autor, vista pela sua particularidade, conforme as diferenças marcantes no Brasil: em alusão às regiões do país, às diferenciações de classe social e entre o meio rural e meio urbano. (Shiota, 2014, p. 77 e 78).

Por conseguinte, o segundo autor negro representativo no Brasil trouxemos para nosso trabalho Abdias do Nascimento (1914-2011) que teve papel relevante no país principalmente num tom de denúncia de como os negros eram representados ou não eram, como a fatídica vez que ele vê no teatro brancos sendo mascarados de negros maquiados, e para ele, foi algo que o fez lutar bastante para que essas mudanças viessem a acontecer e deixassem de estereotipar os negros em nossa sociedade.

Dessa forma, na reflexão sobre o espaço de experiência de Abdias Nascimento, flagramos a persistente discriminação promovida pelo racismo estrutural presente na sociedade brasileira da primeira metade do século XX, o qual perpassou boa parte do seu processo formativo, considerando as experiências na escola (em todos os seus níveis), no Exército, na vida profissional e, acima de tudo, na sua atuação como ativista político do movimento negro. Já o horizonte de expectativas revela o intelectual engajado na disseminação de saberes emancipatórios, que ansiavam pela transformação da sociedade brasileira, a partir da afirmação de valores e práticas sintonizadas, como a liberdade de expressão, a igualdade racial e social, a dignidade humana e a democracia política. (Vieira; Correa, 2022, p. 2).

Em síntese, ele buscava e ansiava por mudanças nesse cenário social brasileiro, a fim de que refletissem sobre tudo que o negro faz é fruto dessa imposição branco colonizadora deixada por esse sistema no Brasil, claro que não tomamos como

uma totalidade, haja vista que, se hoje compreendemos isso, no passado houveram pessoas que se rebelaram contra, entenderam isso e lutaram para que esses fatores fossem mudados, não esquecendo que é um processo longo e contínuo e que as mudanças ocorrem de maneira mais lenta quando nos referimos as questões raciais brasileiras, devido dentro outros a visão impregnada do “mito da democracia racial”, muito refletida por este autor brasileiro e questionada por ele. Posto isso:

sem exceção, tudo o que sobrevive ou persiste da cultura africana e do africano como pessoa no Brasil, é a despeito da cultura branco-europeia dominante, do “branco” brasileiro, e da sociedade que, há séculos, reina no país. Os africanos e seus descendentes, os verdadeiros edificadores da estrutura econômica nacional, são uns verdadeiros coagidos, forçados a alienar a própria identidade pela pressão social, se transformando, cultural e fisicamente, em brancos. (Nascimento, 1978, p. 123).

Assim sendo, Abdias do Nascimento nessa noção inaugura o (TEN) - Teatro Experimental do Negro, com razões bem claras e motivos bem definidos de como ele almejava ver essas mudanças da forma de representação do negro brasileiro. Em que, ele prevê alguns modos que rompessem com a visão estereotipada no negro na representação nacional. Dessa forma:

Para confrontar o desafio implícito na situação descrita nas páginas precedentes, fundamos em 1944, no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro-TEN-com os seguintes objetivos básicos: a) resgatar os valores da cultura africana preconceituosamente marginalizados à mera condição folclórica, pitoresca ou insignificante; b) através de uma pedagogia estruturada no trabalho de arte e cultura, tentar educar a classe dominante “branca”, recuperando-a da perversão etnocentrista de se autoconsiderar superiormente européia, cristã, branca, latina e ocidental; c) erradicar dos palcos brasileiros o ator branco maquilado de preto, norma tradicional quando o personagem negro exigia qualidade dramática do intérprete; d) tornar impossível o costume de usar o ator negro em papéis grotescos ou estereotipados: como moleques levando cascudos, ou carregando bandejas, negras lavando roupa ou esfregando o chão, mulatinhas se requebrando, domesticados Pai Joões e lacrimogêneas Mãe Pretas; e) desmascarar como inautênticas e absolutamente inúteis a pseudocientífica literatura que focalizava o negro, salvo raríssimas exceções, como um exercício esteticista ou diversionista: eram ensaios apenas acadêmicos, puramente descritivos, tratando de história, etnografia, antropologia, sociologia, psiquiatria, etc., cujos interesses estavam muito distantes dos problemas dinâmicos, que emergiam do contexto racista da nossa sociedade. (Nascimento, 1978, p. 129).

Destarte, podemos perceber resumidamente que ao longo dos seus 97 anos Abdias do Nascimento esteve à frente de lutas em prol de um combate às discriminações enfrentadas pelos negros na sociedade. Revendo as formas e modos representados pelos negros no Brasil, podemos perceber o quão importante foi seu caminhar para as discussões levantadas na atualidade, pois se discute ainda hoje os lugares dos negros. Claro que já avançamos muito nessa perspectiva e nisso

podemos ver que muitas coisas já estão bastante diferentes na sociedade. Desse jeito:

Abdias Nascimento é representado neste estudo como um intelectual negro que, para além da sua experiência irredutível como indivíduo, representou parte da história dos negros no combate à discriminação racial no Brasil. Nesse sentido, a análise da sua trajetória nos permite compreender os mecanismos sociais que possibilitaram a formação, a ascensão social e o protagonismo cultural e político de um homem oriundo de um grupo historicamente marginalizado. Buscamos, assim, identificar como o acesso ao conhecimento, seja na sua forma escolarizada ou apreendido na experiência social, converte sujeitos oprimidos em agentes políticos que protagonizam resistência. (Vieira; Correa, 2022, p. 3).

Desse modo, prosseguindo com a abordagens de intelectuais negros brasileiros resolvemos trazer para esse trabalho também Lélia Gonzalez (1935-1994) grande intelectual brasileira que teve destaque tanto em âmbito nacional, quanto internacional com discussão acerca da questão racial nacional, feminista negra. “Lélia de Almeida Gonzalez foi uma figura extremamente importante para o debate sobre as questões de raça, gênero e classe”. (Ratts; Rios, 2010, p. 12). Nesse sentido, seu legado perpassa em muitos outros aspectos nacionais. Como podemos perceber: “Já no caso das sociedades de origem latina, temos o racismo disfarçado ou, como eu classifico, o racismo por *denegação*”. (Gonzalez, 2020, p. 118).

Lélia Gonzalez, problematiza o racismo brasileiro ocorrendo de forma dissimulada, camuflada, como ela bem declarava, é um racismo que é negado sua existência quando ao menos sabemos que ele ocorre e muito em nossa sociedade, mesmo ela já tendo apontado isso em 1988, ano em que foi escrito o artigo, entendemos que não é algo que mudou tanto nesse sentido, ele, o racismo, continua a existir na sociedade, um pouco menos, mas, está lá. Em vista disso:

Antes de mais nada, é preciso dizer que escrever a biografia de Lélia Gonzalez não é fazer “resgate” de uma pessoa negra que se tornou conhecida no Brasil e no exterior. É bem mais que isso, pois essa intelectual ativista faz parte de um esforço coletivo de legitimação intelectual protagonizado pelo movimento negro e feminista no processo de redemocratização do Brasil. (Ratts; Rios, 2010, p. 12).

Assim, podemos observar o papel meritório que essa mulher negra brasileira desempenha para as gerações atuais. É impressionante que, mais de 29 anos após sua morte, muitos de nós apenas tenhamos vindo a conhecer sua biografia e suas contribuições mais recentemente, no meu caso, quando adentro o espaço de mestrado, que irei ter contato com concepções de Lélia. Porque nossos autores negros, nossas referencias demorarão muito a chegar nesse lugar, surge como um

apagamento dessas pessoas e de suas ideias e teorias que demorarão a chegar na academia. Logo:

Lélia Gonzalez é verbete do *Dicionário de mulheres do Brasil, da Enciclopédia da diáspora africana e da Enciclopédia Encarta africana*. Alguns de seus artigos são citados em trabalhos contemporâneos escritos em português, inglês, espanhol e francês, os quais abordam as relações raciais e de gênero. Desde o ano de 1999, como veremos, vasto material tem sido produzido sobre as ideias e a vida dessa ativista. (Ratts; Rios, 2010, p. 12).

Isto posto, não podemos esquecer seu ideal de autodesignarmos *amefricanos*, pois ela acreditava que temos muito mais em comum com os latino-americanos, à medida em que a predominância africana fora da África é bem grande em nosso país, por isso: “Assumindo nossa amefricanidade, podemos ultrapassar uma visão idealizada, imaginária ou mitificada da África e, ao mesmo tempo, voltar o nosso olhar para a realidade em que vivem todos os amefricanos do continente”. (Gonzalez, 2020, p. 124). Desse jeito:

Por tudo isso, e muito mais, acredito que politicamente é muito mais democrático, culturalmente muito mais realista e logicamente muito mais coerente nos identificarmos a partir da categoria de amefricanidade e nos autodesignarmos amefricanos: de Cuba, do Haiti, do Brasil, da República Dominicana, dos Estados Unidos e de todos os outros países do continente. (Gonzalez, 2020, p. 124).

Assim, resolvemos também trazer um pouco sobre a contribuição de outra autora negra brasileira. Sueli Carneiro nasceu nos anos de 1950 e desempenhou um papel bem relevante na sociedade brasileira principalmente no que tange à perspectiva negra, feminista e antirracista. Desse modo, “Conhecida por sua luta antirracista, feminista e atuação em Geledés – Instituto da Mulher Negra (fundado em 1988)”. (Santana, 2022, p. 1). Ela vai fazer parte da criação de outros mecanismos importantes para a luta negra como podemos perceber a seguir:

[Sueli] fortaleceu seu espírito combativo de resistência ao racismo e de enfrentamento à ditadura militar. Como uma resposta às sistemáticas violências raciais, em 7 de julho de 1978, nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo, os Quatro Cavaleiros ajudaram a organizar um ato público contra o racismo, que inaugurou a criação do então chamado Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR). (Santana, 2022, p. 2).

Nesse sentido, podemos perceber que essa autora vai ter certa preocupação não somente com questões raciais nacionais, mas também com a mulher negra. Outra realidade bastante diferenciada para o dado período em que ela começa a se debruçar sobre esses estudos, não esquecendo que antes dela Lélia Gonzalez já estava com

seus estudos caminhando, sendo dessa maneira duas referências feministas para nos auxiliar. Assim:

Ainda que Carneiro não fosse militante do MNU, ela esteve no ato como apoio de base. O contato com o movimento foi decisivo para a formação do pensamento antirracista de Carneiro, que entendeu a articulação entre racismo e capitalismo no Brasil. Porém, ela percebia que o sexíssimo era algo presente no interior do movimento. Se o MNU e os Quatro Cavaleiros trouxeram uma nova perspectiva de se pensar a questão racial no Brasil, aliando raça e classe, foi somente com Lélia Gonzalez que a questão ganhou contornos mais complexos com a articulação de raça, classe e gênero. (Santana, 2022, p. 2).

Assim, podemos ver que mesmo não trazendo todos os autores negros que contribuíram para avançarmos essas questões ainda assim, resolvemos trazer estas e estes que ainda são bem conhecidos e discutidos por nós até o presente.

Uma outra autora negra que consideramos de grande relevância acadêmica e militante do Movimento Negro na figura de representante e cofundadora desse espaço de estudos, de construções de conhecimentos, saberes, de lutas antirracistas (o CEDENPA), que também levou esses aspectos para seu ambiente de trabalho, na Universidade Federal do Pará - (UFPA) como professora emérita e recebeu em 2023 o título de Doutor Honoris causa pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Seu nome é Zélia Amador de Deus, com especial destaque para o movimento negro no Estado do Pará, ao longo de seus 75 anos, sua vida e trajetória têm sido fundamentais para a constituição do movimento no Pará, sendo uma das fundadoras do CEDENPA, que é referência no nosso estado.

No dia 24 de outubro de 2019, Zélia Amador de Deus completou 70 anos de vida. Sourense de nascimento e belenense por vivência, Zélia é considerada, na atualidade, a intelectual negra mais importante da Região Norte do país, tendo sido escritora homenageada na 23ª Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes (maior evento literário da Pan-Amazônia), evento realizado nos meses de agosto e setembro de 2019, na cidade de Belém do Pará, Brasil. (Monteiro, 2020, p. 266).

A professora Zélia Amador, mulher e intelectual negra da Amazônia, tem ocupado um papel muito relevante na luta antirracista. Produtora e escritora de diversos livros que versam sobre a temática racial. Ela é uma das propulsoras e incentivadoras da inserção das cotas nas universidades, isto é, ocupa um lugar de destaque no debate das políticas afirmativas na sociedade brasileira, em particular na região amazônica.

É um prazer conhecer um pouco mais sobre essa autora negra paraense, cuja vida foi profundamente influenciada pelo Movimento Negro e tem desempenhado um papel significativo na luta contra o racismo no Pará. Assim sendo:

[...] a história de Zélia é parte inseparável da história do movimento negro brasileiro, da luta junto ao Estado e instituições afins, em prol da garantia dos direitos das populações afro amazônicas e suas culturas, da luta contra o racismo no meio acadêmico, com destaque à conquista de cotas raciais para negros nas universidades e, mais especificamente, na Universidade Federal do Pará (UFPA). (Monteiro, 2020, p. 266).

Em vista disso, Zélia tem contribuído com o movimento a partir de suas escritas que perpassam a causa racial, a discriminação e o racismo, assim (Aleixo, 2020, p. 3), nos mostra que:

[...] o Centro, chamado comumente pela sigla CEDENPA: veio de uma reunião de ativistas negras e negros. Formado em 1980, busca combater o racismo no estado do Pará, por meio de ações educativas das mais diversas ordens. Surgiu da necessidade de romper com a visão do senso comum de que não há negros no estado, pois a maior parte da população teria supostamente de origem indígena. Entre a atuação do CEDENPA àquela altura, Amador de Deus cita pesquisas sobre a situação do negro no Pará, produção de material didático para as séries do ensino fundamental mais específicos sobre a questão racial, encenação teatral da peça *Face, negra face*, além da parceria do centro com outras organizações da sociedade civil, afim de ampliar suas ações.

Desse modo, como poderemos perceber “Até o ano de 2010, temos o texto apresentado no Grupo de Trabalho Africanidades e Negros na sociedade Amazônica, intitulado *Regidos pelo signo da violência: as dores do racismo e da discriminação racial*, a autora se debruça sobre o conceito de racismo. Por meio de Fanon, Memmi, Balandier, [...]. (Aleixo, 2020, p. 3). Assim, não obstante a existência de uma profunda geopolítica desigual do conhecimento (Lander, 2005), principalmente em se tratando das margens amazônicas (Corrêa, 2020), Zélia tem sido referência para trabalhos que versam sobre a temática racial não só no estado do Pará, mas também seu pensamento tem circulado e alcançado “outras paragens” de nossa brasilidade, assim como é inegável o quanto essa mulher e intelectual negra tem sido referência para nós estudantes que estamos começando nossos primeiros passos neste mundo acadêmico. Desse modo:

Por ainda não ser nacionalmente conhecida como deveria, acho importante elencar mais alguns de seus feitos: Zélia foi uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) – maior e mais antiga célula do movimento negro na Região Norte. Entre os anos de 1980 e 1990 atuou, via CEDENPA, junto às comunidades quilombolas do Pará, em prol do reconhecimento e titulação dos quilombos. No meio acadêmico, Zélia exerce, há mais de quarenta anos, a função de professora (atualmente emérita) da UFPA, instituição social. Ainda na UFPA, no de 2002, junto com outros

professores e discentes, fundou o primeiro Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da região Norte do país – o Grupo de Estudos Afro-amazônico (GEAM/UFPA), e também a Casa Brasil- África, órgão universitário destinado à produção e divulgação de conhecimento sobre os países africanos, e também à afirmação de parcerias entre a UFPA e universidades africanas. (Monteiro, 2020, p. 265).

Em síntese, consideramos sua trajetória de vida e história de grande importância para o Movimento Negro e posteriormente o que se segue, que são as reivindicações e mobilizações de políticas de cunho social e racial que tangem a perspectiva étnico-racial.

Como exemplo as continuidades e de tantos autores negros que vem contribuindo para esse pensamento negro, como as ideias e concepções de Gomes (2017), por meio do movimento negro educador e reverberações disso.

## 2. 3 Apontamentos do Movimento Negro Após os Anos 2003

Assim, o período pós-2003 marca uma série de conquistas para o povo negro, conquistas estas que foram possíveis graças à luta e perseverança do Movimento Social Negro no Brasil. Este movimento esteve na vanguarda da busca por direito, respeito e representatividade para esse segmento historicamente marginalizado e penalizado na sociedade brasileira. Nessa perspectiva, vemos a relevância da Lei 10.639/2003, destaque ao “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”. (Brasil, 2003, p.1). Essa política pública no campo da educação brasileira e no sentido mais amplo da sociedade é uma conquista de extrema relevância para combater o racismo e a democratização das relações raciais. Pode-se dizer que é uma das grandes políticas que contribuem para a causa étnico-racial no Brasil, que fez 20 anos em 2023, no entanto, somente tornar obrigatório esse estudo sobre a História e Cultura Afro-brasileira não tem sido suficiente para enfrentar esse problema estruturante do racismo.

Ainda assim, pode-se afirmar que foi um marco muito importante para que pudéssemos dar muitos passos à frente no que diz respeito à perspectiva étnico-racial. A seguir, poderemos contemplar o que foi inserido com a Lei 10.639/2003 na (LDB/96) por meio dos incisos:

§1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional,

resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (Brasil, 2003, p. 1).

No ano de 2004, a Resolução Nº 1 de 2004 corrobora com aspectos que não estavam definidos na Lei 10.639/2003. Apontado abaixo como sendo pedidos do Movimento Negro para:

Todos estes dispositivos legais, bem como reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas, a que conteúdos devem conduzir. (Brasil, 2004, p. 2).

Em vista disso, as solicitações do Movimento Negro nesse período passam por aspectos de cunho material, econômico, social, político, educacional e cultural, ou seja, referem-se a elementos que atendam a demanda negra no Brasil, tendo em vista reparação histórica pelo que estes sofreram e sofrem no pós-escravidão, assim como na contemporaneidade. Destaca-se, por outro lado, que mesmo com abolição da escravização negra no território brasileiro, os negros e negras lutaram para serem vistos e aceitos em nossa sociedade. Na verdade, eles continuam lutando até hoje, uma vez que o preconceito racial e a discriminação ainda perduram em nossa sociedade.

A demanda por reparações visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explicitadas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações. (Brasil, 2004, p. 3).

Sobre esse prisma, a Resolução Nº 1 de 2004 nos diz que,

Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino. (Brasil, 2004, p. 3).

Desse modo, o primeiro passo dado foi admitir que, além da desigualdade social, há desigualdade étnico-racial no Brasil, pois, ainda, na mente de um considerável número de pessoas, todos eram tratados de forma igual, quando, na verdade, podemos dizer que tal imaginário ganha novos contornos e vigor com ideia implantada de “democracia racial” (Ramos, 2011; Fernandes, 2020; Gonzalez, 2018).

Falácia esta que impossibilitou a revisão de tratamento dado aos negros em nossa história e sociedade. Assim:

Reconhecer exige que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual. (Brasil, 2004, p. 3 e 4).

Nessa perspectiva, o Movimento Negro traz à tona a questão da valorização dos elementos deixados e trazidos pelos negros escravizados no país, seja na cultura, na alimentação, elementos que provém da sua ancestralidade e da África, de forma ou outra influenciou na formação da identidade brasileira (Moura, 2023).

Desse modo, o Movimento Negro também trata, prioritariamente, da revisão e reorientação a respeito do tratamento dado aos negros em nossa sociedade, quase sempre desigual, haja vista o processo histórico vivido por esses grupos, inclusive reforçada por certa ciência social hegemônica que se recusa a tratar dessa problemática (Moura, 2023). A falta de oportunidade no mercado de trabalho, que atinge não somente a população negra, em particular as mulheres negras, mas também outros grupos sociais que constituem a classe trabalhadora brasileira.

Os diferentes grupos, em sua diversidade, que constituem o Movimento Negro brasileiro, têm comprovado o quanto é dura a experiência dos negros de ter julgados negativamente seu comportamento, ideias e intenções antes mesmo de abrirem a boca ou tomarem qualquer iniciativa. Têm, eles, insistido no quanto é alienante a experiência de fingir ser o que não é para ser reconhecido, de quão dolorosa pode ser a experiência de deixar-se assimilar por uma visão de mundo que pretende impor-se como superior e, por isso, universal e que os obriga a negarem a tradição do seu povo. (Brasil, 2004, p. 5).

Nessa concepção, é comum considerar que a compreensão da perspectiva negra está intimamente ligada a características físicas, como cor da pele, traços fenotípicos e faciais. No entanto, é crucial reconhecer que esse sentido vai além do aspecto físico e incorpora também aspectos significativos. Por exemplo:

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política. Por isso, o é quem assim se define. Em segundo lugar, cabe lembrar que preto é um dos quesitos utilizados pelo IBGE para classificar, ao lado dos outros-branco, pardo, indígena- a cor da população brasileira. Pesquisadores de diferentes áreas, inclusive da educação, para fins de seus estudos, agregam dados relativos a pretos sob a categoria negros, já que ambos reúnem, conforme alerta o Movimento Negro, aqueles que reconhecem sua ascendência africana. (Brasil, 2004, p. 6).

No ano de 2008, temos a reformulação da Lei 10.639/2003 por meio da Lei Nº 11.645/2008, a qual além de trazer a perspectiva étnico-racial, insere também a

questão indígena, outros povos à margem da sociedade brasileira, que sofreram (e sofrem) tanto quanto os negros. A seguir temos as alterações feitas na (LDB/96):

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira. (NR). (Brasil, 2008, p. 1).

Dando prosseguimento aos documentos oficiais e sua relevância, contribuições e reivindicações pelo movimento negro, podemos dizer que o grupo sempre esteve lutando em prol da concepção negra. É válido ressaltar que o movimento não é homogêneo em sua totalidade, haja vista que há tensões internas e diferentes pontos de vistas. Mas assim, tem-se uma preocupação com a população negra brasileira. No Parecer (CNE/CP nº 2/2015) há elementos bem significativos a se dar atenção, como:

Considerando que a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática do ensino público; a garantia de um padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros, constituem princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino; (BRASIL, 2015, p. 1).

Notamos, então, muitos avanços relevantes à causa negra na atualidade e sua contribuição para o processo de democratização inacabado da sociedade e educação brasileiras. Por isso, é considerável lembrar quem foram os protagonistas por trás disso e revelar outras histórias submersas. De fato, todas as conquistas e melhorias, até hoje obtidas são resultados das parcerias da união desempenhada pelo Movimento Negro, que sempre lutou e luta pela igualdade de direitos entre “negros e brancos”, e ainda foi responsável pelo tratamento de legislações pertinentes que zelem sobre essa perspectiva, como também na inserção de meios afirmativos e retrativos da questão racial no Brasil, que não se alude somente a cor, mas abarca o caráter social. Por isso, esse movimento é fundamental na tessitura de uma educação

e sociedade anticolonial, antirracista, antipatriarcal e anticapitalista, que vem se forjando a partir das margens brasileiras.

#### 2.4 PRINCIPAIS MARCOS DO MOVIMENTO NEGRO NO PARÁ

A atuação do movimento negro vem se modificando e se adaptando ao longo do tempo e se dá em meio à luta pelo direito em diversos campos da sociedade, dentre eles educação, saúde, trabalho, moradia, agrário, ambiental, tendo em vista o reconhecimento de seus direitos, de amparo e revisão de tratamento a negros, como também na política de ações afirmativas. Em vista disso, em âmbito nacional, vivenciamos avanços e desafios, provenientes disso, a exemplo da Lei Nº 10.639/2003 e a Lei Nº 11.645/2008, que fizeram alterações na LDB/96, visando a democratização da educação e à melhoria do ensino da cultura, da história africana e afro-brasileira e indígena.

Por isso, a ação desse movimento é vista na efetivação das Leis e dos meios legais de atendimento principalmente à causa racial. No Estado do Pará em 2007, sanciona-se a Lei nº 6.941/ 2007 que “estabelece políticas à população negra do Estado do Pará, visando o combate às desigualdades sociais e à discriminação racial e dá outras providências” (Pará, 2007, p. 1).

Dessa maneira, no “Art.1º Ficam estabelecidas políticas públicas à população negra do Estado do Pará, visando o combate às desigualdades sociais, que contarão com dotações orçamentárias e observação das determinações da presente Lei” (Pará, 2007, p. 1). Por conseguinte, as melhorias buscadas pelo Movimento Negro são principalmente amparadas por meio de Leis. Estas podem cobrar de fato e de direito a efetivação do combate às formas de discriminação, de intolerância e de racismo.

Em vista disso, ao se observar a referida Lei, percebe-se que muitos artigos foram vetados e que, também, esta não vem detalhando, por exemplo, de que forma essas políticas voltadas aos negros serão feitas e como serão fiscalizadas.

Destarte, após mais de uma década dessa Lei, surge no Pará a Lei nº 9.341/2021, que “Institui o Estatuto da Equidade Racial no Estado do Pará, bem como adota os preceitos da Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010 e altera a Lei Estadual nº6.941, de 17 de janeiro de 2007”. (Pará, 2021, p. 1). Portanto, por meio desta Lei poderemos cobrar o que foi definido.

Assim sendo, a causa racial luta para que haja igualdade de oportunidades e de direitos no corpo social. Desse modo, o Estatuto da Equidade Racial no Pará projeta grandes perspectivas, no que se refere ao direito à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, bem como a livre liberdade de crença religiosa e ao livre exercício de cultos religiosos, ao acesso à terra e à moradia adequada e ao trabalho. Preliminarmente falando, há fatores bem significativos de amparo legal, como apresentados a seguir, demarcando o debate e enfrentamento da desigualdade de forma interseccional: raça, classe e gênero, o que reflete uma importante conquista do movimento social negro em pautar isso na esfera do Estado e da sociedade, colocando em outro patamar o debate da desigualdade e da formulação de políticas públicas no Pará.

Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:

I-discriminação racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

II-desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;

III-desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;

IV- População negra: o conjunto de pessoas que se autodeclara pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga;

V- Políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;

VI- ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades; (Pará, 2021, p. 1).

Desse modo, a Lei nº 9.341/2021 prevê no artigo segundo o cumprimento da (lei) mesma por parte do Estado, como também a sociedade civil. No sentido de garantir o reconhecimento da igualdade de oportunidades aos envolvidos no processo. A exemplo, as manifestações de cunho religioso, político e culturais. Como veremos a seguir:

Art. 2º É dever do estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas e ambientais defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais. (Pará, 2021, p. 2).

Em vista disso, é assegurado aos negros por intermédio desta Lei o cumprimento de direitos que sejam de cunho político, das ações afirmativas e de enfrentamento às desigualdades raciais e sociais, como podemos entrever a seguir:

Art. 4º A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural, ambiental do país será promovida, prioritariamente, por meio de:

I-inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social;

II-adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;

III-modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades decorrentes do preconceito e da discriminação racial;

IV-promoção de ajustes normativos para aperfeiçoar o combate à discriminação racial e às desigualdades étnicas em todas as suas manifestações individuais, institucionais e estruturais; (Pará, 2021, p. 2).

Como vemos, esta legislação é recente, portanto deveremos aguardar um tempo para sua efetivação. No entanto, vislumbramos todas as melhorias e amparos legais promovidos por ela, no intuito de um tratamento racial mais adequado e igualitário aos negros no Estado do Pará. Do mesmo modo:

Art. 9º A população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade, do Estado e da sociedade brasileira.

Art. 10º Para cumprimento do disposto no art. 9º, sem prejuízo de participação em iniciativas do governo federal, o governo estadual e as prefeituras municipais adotarão as seguintes providências:

I-promoção de ações para viabilizar e ampliar o acesso da população negra ao ensino gratuito e às atividades esportivas e de lazer;

II-apoio à iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra;

III-desenvolvimento de campanhas educativas, inclusive nas escolas, para que a solidariedade aos membros da população negra faça parte da cultura de toda a sociedade;

IV-implementação de políticas públicas para o fortalecimento da juventude negra paraense. (Pará, 2021, p. 4).

Não obstante, por meio destes marcos legais teremos uma melhor qualidade de vida para população negra, haja vista esses meios atenderem a quase todos os âmbitos da sociedade, com a finalidade de extinguir todas as formas de preconceito e de discriminação associadas aos negros no Estado do Pará.

## 2.5 AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO NEGRO NA ATUALIDADE

No tempo presente, deparamo-nos com os desafios, discussões e melhorias a que se refere a causa racial no Brasil. No entanto, esse processo é contínuo, haja vista os pormenores que os negros enfrentaram e continuam a passar em nossa sociedade tão pacífica para uns e tão opressora para outros. Dessa forma:

A perspectiva da diferença colonial requer um olhar sobre enfoques epistemológicos e sobre as subjetividades subalternizadas e excluídas. Supõe interesse por produções de conhecimento distintas da modernidade ocidental. (Oliveira; Candau, 2010, p. 23).

Trata-se necessariamente de uma leitura que atinge meios mais profundos da causa, entendendo que o racismo e a discriminação não são elementos opressores que surgiram a pouco tempo no corpo social. Mas sim, vêm sendo arrastados desde o período colonial. Momento em que negros eram tratados como mercadorias e por isso também havia essa relação, a qual os colocava como seres inferiores aos brancos colonizadores. Então: “Contestando as concepções de que diversos povos não-ocidentais seriam não-modernos, atrasados e não-civilizados, decolonizar-se cumpre papel fundamental do ponto de vista epistemológico e político”. (Oliveira; Candau, 2010, p. 24).

Em vista disso, no momento presente temos notado perspectivas de tratamento para questão racial, como exemplo a decolonialidade. A qual desempenha o papel de traçar, de mostrar e de rever os povos negros e indígenas o que produziram e cultivaram formas outras de conhecimentos, mas, foram invisibilizados e apagados por elites que os encobriu. Desse modo:

A atuação da militância e de acadêmicos e intelectuais ligados ao Movimento Negro, como Abdias do Nascimento, levou, portanto, a uma problematização e rediscussão da identidade brasileira, inserindo novos temas e questões a essa discussão, mormente a questão racial. Em contrapartida, essa articulação levou a um processo de resignificação identitária, através da reivindicação de uma identidade de uma consciência racial negra. (Silva; Trapp, 2010, p. 92).

Por conseguinte, dialogar especificamente sobre a revisão da identidade nacional, tão intrínseca, se refere somente a nossa realidade, haja vista nossa formação ser um mesclo de povos, culturas, etnias. À medida em que o colonizador impusera seus costumes e ritos, há também a contribuição por meio dos povos originários estabelecidos em nosso país.

A ligação com a África torna-se central para o Movimento Negro também no sentido de resignificar a identidade. A designação afro, por exemplo, tornou-se adjetivo para práticas e adscrições identitárias. Na década de 80, o discurso de ligação com a África se popularizou. Esse discurso, que começou a ser reivindicado na final década de 70, com a formação do próprio MNU, consolida-se no contexto pós-Durban. (Silva; Trapp, 2010, p. 93).

À vista disso, compreendemos o quão significativo fora a declaração de Durban na África do Sul em 2001, servindo de base para debates acerca da discriminação, preconceito, xenofobia e intolerância correlata, ainda tão presentes em alguns países.

Infere-se que essa declaração nos deu um panorama para as abordagens locais e nacionais e internacionais. Dessa forma:

Tendo ouvido os povos do mundo e reconhecendo suas aspirações por justiça, por igualdade de oportunidade para todos e cada um, no gozo de seus direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, de viver em paz e em liberdade e o direito à participação em condições de igualdade, sem discriminação econômica, social, cultural, civil e política. (Declaração de Durban, 2002, p. 3).

Por esse motivo, a declaração de Durban será também levada em consideração pelo Movimento Negro nacional, ampliando sua luta para além do âmbito nacional, e supostamente o que vem depois, no caso a Lei 10.639/2003 (que trata da obrigatoriedade do ensino da África, cultura e afro-decência brasileira). Então, podemos afirmar que esta declaração é um pano de fundo de muitas discussões daquele momento, assim como nos dias de hoje, pois o preconceito, a discriminação, a intolerância, a xenofobia e a intolerância correlata ainda se apresentam no corpo social. Assim sendo:

Vários são os pontos de inflexão e mudança que podem ser apontados no contexto pós-Durban. O exemplo mais sintomático nesse processo são as políticas de ações afirmativas, a partir de Durban, como a principal bandeira do Movimento Negro. A questão das chamadas “cotas” passou a constituir ponto central na agenda do Movimento. Além disso, a efetiva implementação de ações afirmativas para negros-como no vestibular da UERJ, em 2002, portanto logo após a conferência-levou a que uma das principais demandas do Movimento Negro, qual seja, a da existência de um debate público sobre a questão racial no Brasil, ocorresse em grande amplitude. (Silva; Trapp, 2010, p. 95).

Por conseguinte, o período após a declaração de Durban marca um novo momento para o Movimento Negro, uma vez que parte de elementos que levem em consideração a ancestralidade Africana, bem como fatores que absorvessem a beleza presente na cultura e a aceitação da condição de ser negro. Em resumo:

O Movimento Negro organizado “africanizou-se”. A partir daquele instante, as lides contra o racismo tinham como uma das premissas a promoção de uma identidade étnica específica do negro. O discurso tanto da negritude quanto do resgate das raízes ancestrais norteou o comportamento da militância. Houve a incorporação do padrão de beleza, da indumentária e da culinária africana. (Domingues, 2007, p.116).

Por esse motivo, apresenta-se em discussão e revisão noções até o momento não problematizadas, como é o caso a seguir: “desencadeou um processo de questionamento dos nomes ocidentais como única referência de identidades dos negros brasileiros[...]recém-nascidas, passaram a ser registradas com nomes africanos sobretudo de origem ioruba”. (Domingues, 2007, p. 116). Percebe-se na

realidade uma falta de identificação de alguns “negros” com sua ancestralidade negra. Isso, entretanto, é reflexo de uma visão hegemônica euronortecêntrica que associou o negro como algo negativo.

Em resumo, ao longo do tempo, características associadas à identidade negra foram frequentemente suprimidas, sem que essa questão fosse questionada. Isso é evidente quando consideramos o padrão de beleza feminino, que por muito tempo foi influenciado por ideais externos, como o cabelo alisado. Há alguns anos, cabelos cacheados ou afro eram frequentemente considerados inadequados, já que não tínhamos modelos de mulheres negras que aceitassem e celebrassem suas características naturais. No entanto, hoje, ao adentrarmos em determinados espaços com nossos cabelos naturais, notamos que despertam atenção e curiosidade, como se fossem algo extraordinário. Nesse sentido:

Portanto, é possível definir o movimento negro como a luta da comunidade negra pela efetivação de seus direitos, contra a discriminação e a segregação racial, econômica e cultural resultantes da formação social e econômica da sociedade ocidental. (Jorge et al, 2016.2).

Resumidamente, o Movimento Negro objetiva adentrar nos espaços de cidadania e que os negros tenham um tratamento adequado em nossa sociedade, assim: “como elemento propulsor de mudanças, de exercício da cidadania e de uma nova cultura política[...].ultrapassa os mecanismos comuns de participação popular, projetando-se além de ideia de movimento de resistência ou movimento marginal”. (Jorge et al, 2016.7).

O Movimento Negro vem atuando com a finalidade de buscar tratamento mais igualitário, no tocante às ações de afirmação e de reparação do povo negro, como também a correção das desigualdades raciais e sociais ainda presentes no corpo social. Em síntese:

A correção das desigualdades raciais, a promoção da igualdade de oportunidades, e a remoção dos obstáculos ao exercício dos direitos fundamentais formam o núcleo dos objetivos das ações afirmativas, cujo conceito é: o conjunto de programas e medidas especiais adotadas pelo Estado e pela iniciativa privada, para a correção das desigualdades raciais e para a promoção de oportunidades. (Jorge et al, 2016, p. 8).

Por conseguinte, temos um cenário diferenciado nas últimas décadas acerca do debate racial no Brasil, uma vez que o foco principal do Movimento Negro visa a revisão, a atuação e os mecanismos de inserção da problemática negra, dentre elas o racismo, a discriminação, a intolerância correlata. Então:

Nos últimos dez anos, é grande no Brasil o debate a respeito das medidas compensatórias que têm promovido, por meio de políticas públicas, o princípio constitucional da igualdade em todo o país. Quando se fala em medidas voltadas para a promoção da igualdade étnico-racial a discussão é ainda maior. Por este motivo, a criação da SEPPIR reafirmar o compromisso do governo com a construção de uma política voltada aos interesses reais da população negra e de outros segmentos étnicos discriminado. (Jorge et al, 2016, p. 9).

Por fim, os avanços na problematização da causa racial são ações que estão sendo postas, seja pela luta e de resistência negra, por isso destacamos papel ímpar desempenhado pelo Movimento Negro, no amparo e na busca de melhorias aos afro-descendentes brasileiros, com a finalidade de implementar políticas públicas que atendam e deem um tratamento igualitário a negros em nossa sociedade.

## 2.6 TERRITÓRIO E IDENTIDADE NEGRA: O MOVIMENTO NEGRO ALÉM DAS FRONTEIRAS

Os aspectos no que tange à perspectiva do território se referem a elementos que o delimitam e demarcam no espaço, seja por limites territoriais, seja por leis que definem, seja por fatores que permeiam ao poder exercido por atores sociais que desempenham tal fim. Desse modo:

Afirma-se, ainda mais, a dialética no território e, ousaria dizer, a dialética do território já que usado o território é humano, podendo, desse modo, comportar uma dialética. Essa dialética se afirmar mediante um controle “local” da parcela “técnica” da produção e um controle remoto da parcela política da produção. A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo controle sobre a porção de território que as rodeia. Este comando se baseia na configuração técnica do território, em sua densidade técnica e, também, de alguma forma, na sua densidade funcional a que igualmente chamar densidade informacional. Já o controle distante, localmente realizado sobre a parcela política da produção, é feito por cidades mundiais e os seus "reais" nos territórios diversos. (Santos, 1998, p. 17 e 18).

Em vista disso, o território vem sendo modificado, na realidade tem ganhando novas conotações, em que, “o território (transnacionalizado) se reafirma pelo lugar e não só pelo novo fundamento do espaço e mesmo pelos novos fundamentalismos do território fragmentado, na forma de novos nacionalismos e novos localismos”. (Santos, 1998, p. 19). Isso pode ser percebido nos últimos anos, essas modificações e novos conceitos atrelados a percepção de território. Desse modo,

o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (Raffestin, 1993, p. 143).

À vista disso, é importante ressaltar que a noção que abarca o conhecimento de território está intrinsecamente ligada ao conceito de poder, especialmente ao

controle exercido por entidades como o Estado, empresas, grupos de sociedades têm sobre uma determinada área. Assim,

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (Andrade, 1998, p. 213).

Sendo assim, há uma distinção entre o que é o território e o que vem a ser a territorialidade. De modo que, enquanto o território abarca uma demarcação no espaço, de local, uma área específica. A territorialidade vai além dessa relação definida pela noção de território, ela vem a ser o que está dentro desse espaço demarcado, haja vista que a territorialidade é envolvida por sentimentos, por laços afetivos dos que estão envolvidos nesse espaço delimitado pelo território. Por isso, “a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas”. (Andrade, 1998, p. 214). Em vista disso:

As “imagens” territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território de fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. (Raffestin, 1993, 152).

Assim, falar do território e da territorialidade é tocar em pontos que são geradores de conflitos que quase sempre são vistos por disputas que estão envolvidos nesses elementos, tendo em vista os processos de apropriação do território, que gera esse tipo de problema para as pessoas que habitam esses espaços. Desse modo:

Dialeticamente, porém, a expansão do território, ao mesmo tempo em que promovia a ampliação da territorialidade, provocava a desterritorialidade nos grupos que se sentiam prejudicados com a forma e a violência com que era feita. Os indígenas, por exemplo, tomaram conhecimento do processo de espoliação econômica e de desaculturação a que estavam sendo submetidos; os posseiros que já estavam sendo expropriação nas áreas de origem e procuravam acesso à terra naquelas em povoamento, se sentiam novamente espoliados e, naturalmente, reagiam à territorialização a que eram submetidos pelas forças políticas e pelos órgãos de comunicação. E aí, na expansão do território e na consolidação da territorialidade, eles sentiam os choques culturais que os violentavam, como no caso do uso da terra, a diferença entre a concepção da terra como mercadoria e da terra como valor de uso. (Andrade, 1998, p. 214).

Desse jeito, há uma relação no território em que, na maioria das vezes, as empresas nacionais estão inseridas próximas aos territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos, por razão da mão de obra mais barata, assim, elas normalmente travam lutas nesses territórios, e na maioria das vezes elas (empresas) possuem um poder maior do que definido pelo Estado nacional. Assim:

Convém lembrar ainda que o território construído pela empresa se superpõe ao território construído pelo Estado ou pelos estados, apresentando conflitos e complementações. O Estado, sobretudo o autodenominado Estado liberal, está a serviço das empresas e, conseqüentemente, do jogo de interesses e da capacidade de cooptação das mesmas que disputam territórios e mercados. Daí a necessidade de se encarar o território e, conseqüentemente, a territorialidade, como categoria temporária, de vez que no espaço e no tempo nada é permanente, tudo se acha em constante transformação. (Andrade, 1998, p. 220).

Observa-se que ao longo do tempo, esses territórios têm sido cada vez mais delimitados por entidades como o Estado e empresas, resultando na perda de terras e direitos para as comunidades locais. Além da crítica à intervenção externa nesses territórios nacionais, especialmente na Amazônia paraense, é essencial refletir sobre os conflitos diários enfrentados pelos residentes locais. Esses conflitos destacam como a exploração do meio ambiente acarreta a perda de importantes aspectos das relações humanas com a natureza.

Nesse sentido, buscamos transcender as fronteiras territoriais demarcadas puramente de forma geográfica, e refletir sobre uma territorialidade construída e afirmada por meio da mobilização social do Movimento Negro na contemporaneidade. Essa abordagem visa não apenas demarcar um espaço físico, mas também estabelecer uma presença ativa e um posicionamento político diante das demandas sociais emergentes.

### 3 MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO POLÍTICA ANTIRRACISTA NO BRASIL: UM PANORAMA BREVE A PARTIR DE UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ao pesquisar no banco de teses e dissertações da Capes, foram utilizados os seguintes descritores: “Movimento Negro”, “político” e “educativo”, sendo os descritores que mais se adequavam a perspectiva da pesquisa. Para isso foi usado o marco temporal de 2013 a 2023, assim como a categorização de trabalhos que tinham por foco programas de pós-graduação em Educação do país.

Uma observância quanto a esses trabalhos é de que por serem pesquisas voltadas tanto ao campo educacional, quanto das relações raciais, o ponto de referência é Movimento Negro (MN)<sup>6</sup>, pois foi percebido que a maioria dessas abordagens temáticas relacionadas ao Movimento Negro baseava-se nesse avançar de tais discussões.

Foi observado os debates no país que envolvem o campo da educação relacionado à temática étnico-racial. Identificamos, através das pesquisas, que o Movimento Negro desempenha um papel central, influenciando significativamente as políticas e práticas educacionais. As reverberações desse movimento social são evidentes nas diversas iniciativas que visam atender e transformar o campo educacional, como será detalhado a seguir.

A tabela 1 refere-se às temáticas abordadas durante a pesquisa, que tratam direta e indiretamente do Movimento Negro no Brasil e sua relação com a questão educacional. Não estão organizadas em ordem crescente, mas sim em função de sua relevância para a perspectiva racial.

**Tabela 1: Temáticas relacionadas ao Movimento Negro identificadas no Banco de teses e dissertações da CAPES**

Política de Cotas e ações afirmativas
Ações antirracistas
Ações decoloniais
Relações étnico-raciais
Contribuições de negros (as) para fortalecimento identitário
Política Escolar quilombola
Lei 10.639/2003

<sup>6</sup> A partir daqui em alguns momentos trataremos de Movimento Negro pela sigla: MN

Movimento Negro e política educacional

Fonte: organizado pela autora a partir do banco de teses e dissertações da capes, (2013 - 2023).

Foi percebido que dentro do campo de pesquisa sobre política educacional, se adentram outras frentes de trabalhos que se encontram em uma abordagem maior que é o Movimento negro, assim, é o caso das políticas de cotas e ações afirmativas que foram observadas no banco de teses e dissertações da Capes. Os trabalhos a seguir são os que contemplavam tanto a perspectiva da política de cotas, quanto das ações afirmativas, em que, em alguns trabalhos, as concepções aparecem de maneira separada e em outros se complementam. São todos trabalhos desenvolvidos dentro de programas de pós-graduação em Educação no país.

Dentro do campo de pesquisas sobre política educacional, identificamos várias frentes de trabalhos que se inserem em uma abordagem mais ampla relacionada ao Movimento Negro. Entre elas, destacam-se as políticas de cotas e as ações afirmativas, temas recorrentes de teses e dissertações do banco de dados da CAPES. Os trabalhos que analisamos contemplam tanto a perspectiva das políticas de cotas quanto das ações afirmativas. Em alguns casos, essas concepções são tratadas de maneira separada; em outros, elas se complementam. Todos esses estudos foram desenvolvidos em programas de pós-graduação em Educação no Brasil.

### 3. 1 POLÍTICA DE COTAS E AÇÕES AFIRMATIVAS

A caminho desempenhado pelo Movimento Negro, tendo em vista garantir, concretamente maior visibilidade e materialidade às questões raciais na agenda pública do Brasil passa por diversas dimensões da sociedade brasileira: econômica, política, cultural, educacional. Desse modo, muitas discussões e debates ocorreram até que de fato existisse uma política de cotas no país, enquanto os prós e contras de tal realidade, o qual, será especificado nacionalmente com a (Lei nº 12.711, de 20 de agosto de 2012) e atualmente com as mudanças na referida lei com a (Lei nº 14.723, de 2023).<sup>7</sup>

A tabela 2 traz alguns dos trabalhos que discutem as políticas afirmativa e políticas de cotas nas universidades públicas superiores, diante dos desafios para

---

<sup>7</sup> Lei nº 12.711 de 2012, trata da política de cotas no Brasil, a Lei nº 14.723 de 2023 altera a lei de cotas, adentrando as instituições de ensino superior e técnicas, abrangendo, pessoas, pretas, pardas, quilombolas e indígenas.

execução e implementação desse mecanismo de reserva de vagas, para pessoas negras no Brasil.

**Tabela 2: Trabalhos sobre a Política de Cotas e as Ações Afirmativas**

Nº	Autor	Título	Ano	Tipo de pesquisa	IES	Programa	Estado
1	MARCAL, JOSE ANTÔNIO	Políticas afirmativas para negros nas universidades federais entre 2002-2012: processos e sentidos na unb, ufpr e ufba	2016	Tese	UFPR	Programa de pós-graduação em Educação-PPGE	PR
2	DAVID, LUECY VERONICA MENDES GARCIA	Gestão da política de cotas na educação superior: um estudo da implementação, conquistas e desafios na universidade estadual de londrina	2019	Dissertação	UEL	Programa de pós-graduação em Educação PPEdu	PR
3	SILVA, ISIS TOMAS DA	os caminhos das políticas para a população negra no ensino superior: um estudo sobre a organização e a condução das ações afirmativas na universidade estadual de ponta grossa entre os anos de 2013 a 2016	2020	Dissertação	UEPG	Programa de pós-graduação em Educação-PPGE	PR
4	NUNES, ADELINA MALVINA BARBOSA	A Branquitude e o Ensino Superior: Reflexos e desafios na docência	2020	Dissertação	UFOP	Programa de pós-graduação em Educação-PPGE	MG
5	PAULA, BRUNO HENRIQUE DE	Outros saberes, outra docência: professores(as) negros(as) e a emergência da impedância pedagógica no contexto das ações afirmativas'	2020	Dissertação	UFMG	Programa de pós-graduação em educação: conhecimento e inclusão social da Faculdade de Educação da UFMG (PPGE/FaE /UFMG)	MG
6	MELLO, ANA	Políticas de Cotas na Universidade Estadual	2020	Dissertação	UEL	Programa de pós-	PR

	CAROLINA TAVARES DE	de Londrina: Percursos em Contexto de Retrocesso de Direitos'				graduação em Educação-PPedu	
7	EVANGELISTA, JOELMA INES	O perfil socioeconômico dos estudantes negros cotistas da universidade federal de mato grosso do sul'	2020	Dissertação	UFMS	Programa de pós-graduação em Educação-PPGedu	MS
8	CORNELIO, BEATRIZ GOMES	Percepções e vivências de cotistas negras e negros na Universidade Federal de Viçosa: "será que esse espaço é pra mim?"  Dissertação	2020	Dissertação	UFV	Programa de pós-graduação em Educação-PPGE	MG
9	OLIVEIRA, Elina Rodrigues de	O racismo estrutural e as visões de mundo de estudantes cotistas raciais da furg'	2021	Dissertação	UFRGS	Programa de pós-graduação em Educação-PPGEDU	RS
10	VIEIRA, ENILTON FERREIRA	Lei n. 12.711/2012: trajetória histórica, limites da ação afirmativa e aplicabilidade na universidade federal do amapá – unifap (2013 a 2020)	2022	Dissertação	UNIFAP	Programa de pós-graduação em Educação-PPGED	AP
11	FURTADO, TANARA FORTE	Educação das relações étnico-raciais e desestabilização de subjetividades em formação continuada de professoras no curso uniafro/ufrgs (2013-2014)'	2022	Tese	UFRGS	Programa de pós-graduação em Educação-PPGEDU	RS
12	CORTEZ, CARLA MAGALHAES	Acesso e permanência da população negra no ensino superior público: enfrentamentos necessários na unesp de rio claro'	2022	Dissertação	UNESP	Programa de pós-graduação em Educação	SP

Fonte: organizado pela autora a partir do banco de teses e dissertações da capes, (2013 - 2023).

Os trabalhos referentes às políticas de cotas raciais impulsionados pelo Movimento Negro preveem uma reserva de vagas nas universidades públicas que

contemplem a população negra, afro-brasileira, afro-descendente e atualmente abarca os povos indígenas e quilombolas. Com essa política social é possível identificar importantes avanços, contribuindo para enfrentar e romper diversos paradigmas. Desse modo, as políticas de ações afirmativas são de grande contribuição para cidadãos brasileiros. Deste jeito, a seguir poderemos perceber um pouco de como alguns dos trabalhos de dissertações e teses estão investigando tais políticas.

Marçal (2016), em sua tese de doutoramento, trabalha com a implantação de políticas de ação afirmativas com foco para o Ensino Superior público no Brasil no período de 2002 a 2012, antecedendo efetivamente a implantação nacional da lei de cotas no país. Em que, o autor traz discussões acerca dos elementos prós e contra ao estabelecimento de tais políticas.

David (2019), em sua dissertação, apresenta as questões que perpassam o processo de implantação e desenvolvimento de políticas públicas para ações afirmativas, com foco específico nos desafios e dificuldades enfrentadas pelos gestores na implantação das cotas.

Silva (2020) analisa a efetividade da aplicabilidade da política de cotas, como isso corroborou para que pessoas negras adentrassem e fossem inseridas nas instituições públicas superiores.

Nunes (2020) estuda os reflexos da branquitude na docência de Ensino Superior, trabalha com o impacto da execução das políticas de ação afirmativa no ensino superior, foi um trabalho que se voltou para o foco de docentes de ensino superior, seus posicionamentos racializados diante da persistência do sistema branco e patriarcal, e os impactos decorrentes desse posicionamento ou não para a políticas afirmativas no ensino superior público.

Paula (2020) analisa a capacidade formativa das ações afirmativas nos percursos pessoais, acadêmicas e profissionais de docentes negros (as) e, em sua pesquisa trabalha com narrativas trazidas que se traduzem para além das reservas de vagas para comunidade negra no ensino superior.

Mello (2020) pesquisa a política de cotas a partir do viés de como tal mecanismo social tem a prerrogativa de democratização do ensino superior, a autora trabalha justamente com essa ideia como essa democratização impacta na política afirmativa de cotas nas universidades.

Evangelista (2020) analisa como o perfil socioeconômico de discentes contemplados pela política de cotas, diante da premissa de que esse perfil contribui para o acesso desse estudante no ensino superior, sendo um dos fatores influenciadores para a permanência desse aluno.

Cornélio (2020), também, desenvolveu sua pesquisa voltada para discentes agraciados pela política cotas, diferentemente de Evangelista (2020) que trabalha com perfil socioeconômico, a autora trabalha com as vivências desses estudantes, em que suas experiências são percorridas pela questão racial e isso contribui para se fazerem presentes no ensino superior e permanecerem.

Oliveira (2021) dedica-se a um estudo sobre a política de cotas, no que tange as percepções de estudantes universitários que adentram o espaço acadêmico por razão dessa política, mas que ainda assim sentem dificuldades nesse espaço por conta do racismo estrutural.

Vieira (2022), em sua pesquisa, investiga a implementação da ação afirmativa que se institucionaliza por meio da política de cotas (Lei nº 12.711 de 2012), o autor averigua quais são as “aplicabilidades e limites da ação afirmativa”.

Furtado (2022), em sua tese, trabalha com a implementação das ações afirmativas no que concerne à educação no Brasil. A autora volta-se para a concepção do pertencimento racial de educadores que participaram do curso de formação ‘UNIAFRO’.

Cortez (2022) buscou investigar as ações afirmativas diante da perspectiva da política de cotas nesta instituição de ensino, assim como estavam representadas as ocupações de reservas de vagas, do mesmo modo quais eram as formas implementadas para que os discentes contemplados pela política social de cotas pudessem permanecer na instituição de ensino.

Desse modo, apesar de essa legislação ter se materializado no ano de 2012 no país, algumas outras universidades já vinham trabalhando com tal perspectiva, como podemos perceber a seguir:

No Brasil, a UERJ foi precursora desse processo, implementado em 2003 o primeiro Programa de cotas brasileiro. A partir daí inaugura-se no país um período de grandes especulações acerca das consequências desses programas, ao mesmo tempo em que também outras universidades foram incorporando o sistema de cotas ao processo seletivo vigente. (Guarnieri; Silva, 2017, p. 184).

Assim, tal contemplação não chega no campo nacional sem lutas, sem discussões, foi um verdadeiro trabalho árduo dos movimentos sociais, do Movimento Negro, em prol de concretizar essa política. Em vista disso:

Assim, diversos fóruns de discussão foram formados e se tornaram verdadeiros *ringues* compostos por diferentes segmentos e atores sociais (acadêmicos, filósofos, militantes de movimentos sociais, representantes da sociedade civil, entre outros grupos) em torno do embate dicotômico entre os que defendiam as cotas como iniciativa de valorização e inclusão étnico-racial e os que as condenavam como prática discriminatória e inconstitucional. Alastrou-se pelo país o mal-estar gerado pelos possíveis impactos destrutivos de uma política “racializadora” em um país miscigenado como o Brasil. (Guarnieri; Silva, 2017, p. 184).

Diante dessa perspectiva, podemos perceber que a contemplação de pesquisar tais assuntos ainda reflete o quanto a nação brasileira, apesar de ter avançado na problematização e melhorias para a população negra, ainda existem lugares e razões para que se pesquise e problematize essas temáticas que visem a mudança de verdade. Além disso, nos últimos anos houveram retrocessos no cenário político nacional, com o avanço da extrema direita, com os impactos do conservadorismo e a legitimação de fatores como o patriarcado e o racismo foram elementos que impulsionaram tais pesquisas.

Com esses levantamentos, pudemos perceber que esses assuntos estão presentes de forma mais direta ao Movimento Negro, que é o precursor dessa caminhada, assim como desenvolvimento desse campo de pesquisa na atualidade. Em vista disso, o que se segue são os trabalhos que tem por finalidade a contemplação da temática antirracista na atualidade com o objetivo de cobrar, averiguar políticas raciais de combater ao racismo e a discriminação.

### 3.3 AÇÕES ANTIRRACISTAS

Dando prosseguimento ao levantamento de trabalhos e como está o cenário brasileiro de pesquisas que tem por foco a perspectiva do Movimento negro e consequentemente os temas adjacentes dessa vertente, como *as ações antirracistas*. Como podemos perceber a seguir, alguns dos trabalhos, que foram captados ao se pesquisar no banco de teses e dissertações da Capes, na tabela três trazemos estes trabalhos.

**Tabela 3: Pesquisas antirracistas**

Nº	Autor	Título	Ano	Tipo de pesquisa	IES	Programa	Estado
1	ALMEIDA, LIVIA	Políticas públicas para	2019	Tese	UFS	Programa de pós-	SE

	JESSICA MESSIAS DE	educação das relações étnico-raciais em feira de santana-bahia (2006-2016)'				graduação em Educação -PPGED	
2	DIAS, VITOR SADER GUIMARAES	Histórias de Macumba: discursos em disputa nos livros didáticos de história'	2019	Dissertação	USP		SP
3	SANTOS, GILCA RIBEIRO DOS	Fundamento Filosófico da Pedagogia Multirracial: Propostas dos Movimentos Negros do Rio de Janeiro e Santa Catarina (1980-2000)'	2020	Tese	UNINOVE	Programa de pós-graduação em Educação -PPGE	SP
4	MAIA, JORGE LUCAS	Trânsitos Sul-Atlânticos: o Centro de Estudos Afro-Asiáticos e a circulação de referenciais de cultura negra na diáspora africana'	2020	Dissertação	UFRJ	Programa de pós-graduação em Educação -PPGE	RJ
5	BUENO, MARISA FERNANDA DA SILVA	A emergência do discurso da branquitude na legislação brasileira: racismo e educação'	2020	Tese	UNISC	Programa de pós-graduação em Educação -PPGEDU	RS
6	MESQUITA, TAYNA VICTORIA DE LIMA	É preciso mudar os lugares da mesa: um estudo das carreiras militantes de acadêmicos negros na Universidade Estadual de Campinas	2021	Tese	UNICAMP	Programa de pós-graduação em Educação -PPGE	SP
7	SANTOS, MARIO ALVES DOS	"Espera aí, agora somos nós": percepções	2022	Dissertação	UFMT	Programa de pós-graduação em	MT

		sobre racismo, práticas pedagógicas e educação das relações étnico-raciais numa escola de cuiabá-mt (2006-2021)'				Educação-PPGE	
8	FERREIRA, SILVA KELLY NASCIMENTO	A gestão escolar e as relações étnico-raciais: a implementação da lei 10.639/03 no contexto da EJA em duas escolas da rede municipal de educação de Feira de Santana-BA	2022	Dissertação	UFBA	Programa de pós-graduação em Educação-PPedu	BA
9	NASCIMENTO, LUCAS FERREIRO	Coletivos negros universitários: agentes e agendas antirracistas na universidade federal fluminense	2023	Dissertação	UFF	Programa de pós-graduação em Educação-PPGE	RJ
10	ALMEIDA, FABIANA ALVES DE	Educação antirracista na formação inicial de docentes: uma proposta de conscientização	2023	Dissertação	UNITAU	Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté - MPE UNITAU,	SP

Fonte: organizado pela autora a partir do banco de teses e dissertações da capes, (2013 - 2023).

Almeida (2019) pesquisou as políticas públicas no que respeita a educação para relações étnico-raciais, em que ela também relaciona aspectos dessas políticas ao que o Movimento Negro preconiza como uma educação antirracista.

Dias (2020) analisou para além do livro didático, ele busca identificar por meio da raiz das religiões de matriz africana, elementos que se materializam no livro didático, que também são fatores que provém dessa perspectiva racial e na luta antirracista.

Santos (2020) examinou as bases filosóficas das pedagogias multirraciais que perpassam por meio do Movimento Negro e também analisa a base eurocêntrica no campo da educação.

Maia (2020) pesquisou o papel nos estudos africanos, assim como nas lutas antirracistas materializadas “no centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA)”, que se transmite para além de um estudo no Brasil, mas também no continente africano.

Bueno (2020) estudou a problematização no que se refere aos discursos de branquitude presentes na legislação antirracista nacional brasileira, pois esse mecanismo de luta racial, discute e problematiza o privilegio branco e nesse sentido busca meios de modificações deste cenário.

Mesquita (2021) analisou o “ativismo e antirracismo na carreira de militantes/estudantes negros universitários” com respeito a percepção política e visão anterior ao adentrar o espaço acadêmico, instigando a uma participação política institucional.

Santos (2022) trabalha com a concepção das políticas antirracistas no que tange a educadores, visando a uma perspectiva de atendimento de elementos sociais, raciais e culturais. Onde o autor volta-se para a “análise de práticas pedagógicas”, relacionando o racismo e educação para relações étnico-raciais.

Ferreira (2022) pesquisou a análise da gestão escolar, no tocante “a implementação da Lei nº 10.639/2003” mais especificamente relacionada a “educação de jovens e adultos (EJA)”. Desenvolveu uma pesquisa que visa conhecer os “educandos, seus pertencimentos, com relação a perspectiva étnico-racial”, assim como suas “trajetórias de lutas e resistência”.

Nascimento (2023) estudou a “organização e linguagem de coletivos negros universitários (CNU)”, no que concerne à construção de “agenda antirracista relacionada as ações afirmativas” desse coletivo.

Almeida (2023) analisou a “educação antirracista desenvolvida no curso de pedagogia”, no que se refere a concepção na formação superior de um “currículo de

educação antirracista”, assim como a autora busca compreender a percepção dos discentes acerca dessa concepção antirracista.

Os trabalhos vistos nesta busca que têm por características as ações antirracistas, caminham na direção de combater o ódio, o racismo a discriminação, seja de raça, de cor e de religião de matriz africana. Elas se fazem presentes nessas discussões projetando uma reflexão mais profunda desse tipo de posicionamento social, assim como uma busca por uma contribuição positiva dessas ações antirracistas. Nesse sentido:

A medida em que observamos que as políticas de ação afirmativa no campo da educação voltadas para os estudantes negros, configuram uma forma de enfrentarmos as desigualdades raciais, ampliar as oportunidades de inserção desse grupo, já que essas medidas visam à efetivação da justiça distributiva, incentivando o acesso de um grupo sub-representado nas instituições e nas posições de maior prestígio e poder na sociedade. (Miranda, 2018, p. 14)

Em vista disso, dentre as pesquisas acima a que mais se aproximou de nossas discussões foi o trabalho intitulado de “Políticas públicas para educação das relações étnico-raciais em feira de Santana-Bahia (2006-2016), 2019”. Esta pesquisa esteve envolta das ações afirmativas em relação ao campo étnico-racial, mais especificamente da materialidade disso que seria a formação de políticas públicas, em que, é um encaminhamento difícil de ser executado, haja vista que, no país há um processo para tal formulação, que parte de um primeiro momento da demanda, ou seja, daquilo que se busca desenvolver.

Então, Almeida (2019) traçou alguns caminhos para se chegar a essa discussão, apesar do trabalho ser projetado para um espaço local ‘feira de Santana-Bahia’, podemos ter uma ideia de como isso ocorre em âmbito nacional. Desse modo:

[...]considerando antirracismo as diversas experiências e ações empreendidas por ativistas na intenção de denunciar, explicitar e/ou combater manifestações racistas na sociedade brasileira. Na literatura especializada quase sempre a definição dessas manifestações está contida na noção de movimento negro. [...]. (Maciel, 2020, p.2).

Desse jeito, Almeida (2019), em sua tese, buscou identificar as contribuições do MN para formulação dessas políticas públicas raciais, ou melhor, essas demandas fazem parte desse coletivo social para serem implementadas na ponta, no caso a escola.

O que se observa ao ver tais discussões de pesquisas que uma parte considerável dessas demandas sociais é fruto desses coletivos, são eles que projetam muitas das ações que são vistas em âmbito local, mas que percorreram um processo

histórico de criação e implementação para serem posteriormente apresentadas na contemporaneidade.

Seguindo, temos mais uma das temáticas vistas no banco de teses e dissertações da Capes que é a relação de decolonialidade e educação atreladas à perspectiva racial. De modo que, nos últimos anos essa vertente de pesquisa tem ganhado espaço nacional para se discutir, tendo em vista que, é uma maneira de pensamento que leva em consideração mais a proximidade, buscando trazer autores e autoras de uma realidade mais próxima como a contribuição significativa de intelectuais negros na sociedade brasileira.

### 3. 4 DECOLONIALIDADE E EDUCAÇÃO

As pesquisas no tempo presente têm sido influenciadas pelas teorias e discussões decoloniais, que marcam uma virada epistemológica e ontológica no campo das ciências sociais em particular (Miglievich-Ribeiro, 2022), configurando ‘novos’ caminhos para se pensar as discussões étnico-raciais, em que se projetam a partir do Sul Global de conhecimento. São ideias que partem de um coletivo plural e heterogêneo de intelectuais da América Latina com importante contribuição teórica e epistemológica, que têm ajudado a interpelar e reinventar as ciências sociais para além das fronteiras nacionais e regionais (Ballestrin, 2013; Miglievich-Ribeiro, 2022).

Não obstante nenhum intelectual brasileiro ou brasileira conste nessa lista do Grupo Modernidade/Colonialidade (Ballestrin, 2013), contudo, é importante destacar a existência de um rico e pujante pensamento social e educacional crítico produzido nesse país e de relevante circulação na América Latina. Assim, mais recentemente, numa tentativa de aproximar esse diálogo com os estudos pós(de)coloniais, começou-se a evidenciar autoras e autores no âmbito nacional que têm tanto a contribuir com o avanço dos estudos pós(de)coloniais, quanto receberem releituras que enriquecem o pensamento social e educacional brasileiro, a exemplo de Lélia Gonzalez (González, 2018).

Desse modo, na quarta tabela se encontram alguns dos trabalhos que têm por abordagem tal assunto, de que trata das concepções decoloniais associadas à perspectiva étnico-racial brasileira.

#### **Tabela 4: Pesquisas com a perspectiva decolonial**

Nº	Autor	Título	Ano	Tipo de pesquisa	IES	Programa	Estado
1	VAZ, DANIELLE DE DEUS FRANCA GOMES GALVAO	Redes de etnoeducadores no trânsito brasil-colômbia: um estudo a partir das pedagogias decoloniais e interculturalidade crítica'	2017	Dissertação	UNIRIO	Programa de pós-graduação em Educação-PPGEdu	RJ
2	BARBOSA, ELAINE	Aprendizagens Decoloniais A Partir Das Cartas De Mulheres Encarceradas: Um Estudo Sobre O Movimento Negro Educador'	2018	Dissertação	UFRJ	Programa de pós-graduação em Educação-PPGE	RJ
3	GONCALVES, MIRIAN LUCIA	Políticas Públicas De Ação Afirmativa: possibilidades decoloniais no Ensino Superior	2019	Tese	UNICAMP	Programa de pós-graduação em Educação-PPGE	SP
4	STROHER, CARLOS EDUARDO	Privilégio E Sortilégio Da Cor: Marcas Da Branquitude E Do Racismo Nas Relações Étnico-Raciais De Jovens Estudantes Do Vale Do Rio Cai'	2022	Tese	UFRGS	Programa de pós-graduação em Educação-PPGEDU	RS
5	MARQUES, TIAGO SOARES	"Branquitude E Formação De Professores De História: Narrativas E Representações De Docentes Em Universidades Do Rio Grande Do Sul"	2022	Dissertação	ULBRA	Programa de pós-graduação em Educação-PPGEDU	RS

Fonte: organizado pela autora a partir do banco de teses e dissertações da capes, (2013 - 2023).

Vaz (2017) trabalhou com “etnoeducadores negros na América Latina, com uma perspectiva decolonial das lutas antirracistas. A pesquisadora desenvolveu sua análise visando entender as trajetórias acadêmicas desses educadores e as relações com o Movimento Negro.

Barbosa (2017) pesquisou mulheres escritoras privadas de liberdade, por meio do “Instituto de Cultura e consciência Nelson Mandela” que a autora sabia que esse lugar recebeu cartas destas mulheres, na investigação ela busca trabalhar as

“múltiplas formas de aprendizagem nessa instituição” que também faz parte do Movimento Negro.

Gonçalves (2019) buscou discutir políticas de ações afirmativas associadas ao conceito decolonial, diante da contribuição do grupo Modernidade/colonialidade, que consiste em autores decoloniais que iniciam as discussões sobre as produções epistêmica considerando a América latina como palco de produção de conhecimento, em que mais recentemente tem-se voltado para a construção de sabedoria partindo de autores (as) negros (as) nacionais.

Stroher (2022) trabalha com marcadores raciais brancos, no que concerne as relações raciais, em sua pesquisa o autor investigou a questão que permeia a “supremacia branca e os impactos do racismo para estudantes de contexto da colonialidade germânica hegemônica”.

Marques (2022) pesquisou a “branquitude” a partir da “formação de educadores de História, no que se refere a perspectiva dos estudos decoloniais e da branquitude”.

O campo teórico da deconialidade tem sido uma das fontes e frentes de pesquisas bem utilizada na atualidade, haja vista suas discussões, modos de enfrentamento e por ser uma das áreas em crescimento na contemporaneidade. Assim:

O processo de colonização pelo qual os países da América foram submetidos resultou na supressão de saberes e conhecimentos por uma racionalidade científica que nos impossibilitou de conhecer nossas próprias histórias. As populações colonizadas, entre elas indígenas, quilombolas e negros/as, foram privadas das narrativas que constituíram suas identidades sociais, culturais e raciais, através da imposição de um saber considerado superior. (Gaudio; Passos, 2021, p. 93)

Em vista disso, entender o campo de pesquisa da decolonialidade é compreender um caminhar que vem se dando mais recente de valorização de autores (as) negros (as) para a sociedade brasileira por exemplo, um certo reconhecimento daquilo que é produzido mais próximo de nós, como os saberes ancestrais, e legitimar conhecimentos que ao longo dos séculos foram desconsiderados, simplesmente porque o mundo girava em torno de uma visão europeizada. Diante disso, é que vemos essa busca por conhecimentos ‘novos’ para além da visão academicista, mas também um saber que se insurge e emerge do povo como produtor de saberes outros e modos outros de vida. Um outro ponto que diz respeito a isso é a violência ontológica, sofrida por nossos antepassados, de modo a modificarem seus modos de vidas, costumes, suas culturas e saberes. Por isso:

Os pensamentos pós-coloniais e decoloniais serão assumidos como um conjunto amplo e heterogêneo de estudos e proposições elaboradas por diferentes áreas e grupos num esforço coletivo de construir referências epistemológicas que contestam os paradigmas estabelecidos pela modernidade. No entanto, evidenciamos em primeiro plano as ações e os movimentos de resistência da população negra, considerando os mais de 500 anos de luta efetuadas por sujeitos e/ou organizações coletivas em diáspora africana. (Gaudio; Passos, 2021, p. 94).

Desse modo, Gonçalves (2019) discute a permanência ainda do sistema-mundo moderno-colonial capitalista, ou seja, essa concepção centrada na concepção euronortecêntrica, assim como a colonialidade presente ainda na concepção social brasileira. Não obstante, tais concepções estejam em processo de rompimento, alguns lugares já se encontram ocupados e representados por pessoas negras (os) no Brasil. A universidade vem sendo cada vez mais ocupada, claro que vem de um processo longo e árduo, haja vista que, a permanência nesses lugares não ser tão fácil, mas é nesse lugar que, compreende-se na maioria das vezes de onde vem, como chegou e qual é seu lugar, nessa luta demasiadamente desigual e excludente, em que os marcadores de raça, classe e gênero estão intimamente articulados.

Por conseguinte, a seguir trataremos das pesquisas que tiveram por propósito a temática étnico-racial que foram percebidas ao se pesquisar no banco de teses e dissertações da Capes.

### 3.5 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Muito tem-se avançado com as discussões que permeiam o campo das relações raciais na contemporaneidade diante das adversidades que permeiam o campo das temáticas que envolvem essas concepções.

A perspectiva étnico-racial refere-se aos assuntos no tocante a aspectos étnico como próprio nome nos diz de algo que remete a elementos de tom ancestral ao relacionar ao racial, se trata de fatores envoltos as descendentes de raiz afro-brasileira que trazem consigo essas particularidades raciais.

Desse modo, na tabela cinco poderemos ver a busca no banco de teses e dissertações da Capes alguns dos trabalhos captados que tinham por relação o fator étnico-racial, Movimento Negro e política racial, a seguir podemos ver como estão presentes nas discussões atuais no país.

**Tabela 5: Trabalhos com a concepção étnico-racial**

Nº	Autor	Título	Ano	Tipo de	IES	Programa	Estado
----	-------	--------	-----	---------	-----	----------	--------

				pesquisa			
1	ARAÚJO, MARLENE DE	Infância, Educação Infantil E Relações Étnico-Raciais	2015	Tese	UFMG	Programa de Pós- graduação em Conhecime nto e Inclusão Social em Educação- PPGE	MG
2	NUNES, SANDRA MARIA MACIEL	A Implementação Da Lei 10.639/2003 E Seus Desdobramentos No Município De Ribeirão Preto - Sp'	2018	Dissertação	USP	Programa de pós- graduação em Educação- PPGE	SP
3	COSTA, HELOIZA HELENA DA	Relações Étnico Raciais e Educação: em Pauta a Formação de Professores(as)	2019	Dissertação	UFMG	Programa de Pós- graduação em Conhecime nto e Inclusão Social em Educação- PPGE	MG
4	GAUDIO, EDUARDA SOUZA	Perspectiva negra decolonial: a insurgência de intelectuais negros/as em cursos de Pedagogia de universidades do Sul do Brasil.	2021	Tese	UFSC	Programa de pós- graduação em Educação- PPGE	SC
5	MARTINS, WALISSO N CLISTER LIMA.	A Educação Das Relações Étnicoraciais Nos Projetos Pedagógicos Curriculares Do Curso De Licenciatura Em História Da Universidade Federal Do Acre.	2021	Dissertação	UFAC	Programa de pós- graduação em Educação- PPGE	AC
6	ALVES, PAULO TIAGO OLIVEIRA	A Contribuição Do Niger/Neabi No Instituto Federal De Educação, Ciência E	2022	Dissertação	URCA	Programa de Mestrado Profissional em Educação-	CE

		Tecnologia Do Ceará – Campus Juazeiro Do Norte E A Formação Do Professor De Educação Física Na Educação Das Relações Étnico-Raciais				PMPEДУ	
--	--	---	--	--	--	--------	--

Fonte: organizado pela autora a partir do banco de teses e dissertações da capes, (2013 - 2023).

Araújo (2015) trabalha com a concepção de “infância, educação infantil e educação étnico-racial”, com foco principal “no lugar da criança negra” enquanto componentes recebedores das “políticas e práticas da educação infantil na visão de gestores/as, educadoras e mães”. Assim a pesquisadora analisou as vivencias desses discentes na educação infantil.

Nunes (2018) investigou a “educação das relações étnico-raciais por meio da institucionalização da Lei 10.639/2003 na secretária Municipal de Educação (SME) de Ribeirão Preto”, a pesquisadora buscou compreender se as diretrizes curriculares nacionais para as relações étnico-raciais estão sendo desenvolvidas.

Costa (2019) buscou tratar das relações étnico-raciais atreladas a políticas de promoção da igualdade racial no Brasil, diante dos caminhos e lutas desenvolvidas pelo Movimento Negro ao longo dos anos em prol de uma educação antirracista e emancipadora para a sociedade brasileira.

Gaudio (2021) pesquisou elementos contribuintes para a “institucionalização da educação das relações étnico-raciais nos currículos de cursos de pedagogias referentes a três universidades do sul do Brasil. UFSC; UFRGS; UFPR”. O autor buscou entender a implementação da Lei 10.639/2003 e (DCNERE) no ensino superior.

Martins (2022, semelhantemente a André (2022), analisou a educação das relações étnico-raciais com diferencial de que ele trabalhou com “a perspectiva da formação inicial de educadores de História na (UFAC)”.

Alves (2022) pesquisou “a relações étnico-raciais e educação física”, nesse sentido o pesquisador buscou entender o “processo de formação inicial de discentes do curso de Educação Física” no que concerne à formação de “relações étnico-raciais no Instituto Federal de Ceará”.

Em vista disso, passos importantes já foram e estão sendo dados para que tais assuntos sejam palcos de discussões e pesquisas no Brasil e renovações de debate. As relações raciais nas décadas passadas vêm sendo relidas e construídas como verdadeiros lumes, campos de discussões e de mudanças na sociedade brasileira, à medida que, muitas das formas de preconceito e discriminação não são mais bem vistas e vindas de um país que prega a multiculturalidade, entendendo-a como a diversidade étnica presente em nosso território, no qual, todos são recebidos e aceitos da maneira como são. Em vista disso:

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadão, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípua de desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive participação no espaço público. Isto é, em que se formem homens e mulheres comprometidos com e na discussão de questões de interesse geral, sendo capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas, contribuições dos diferentes povos que têm formado a nação, bem como de negociar prioridades, coordenando diferentes, propósitos, desejos, além de propor políticas que contemplem efetivamente a todos. (Silva, 2007, p. 490).

Desse modo, a seguir teremos um panorama ainda das pesquisas que têm foco na contribuição de negros (as) que projetam um fortalecimento identitário nacional, ou seja, quanto mais autores racializados contribuem para a representação de negros (as) na sociedade mais pessoas teremos tentando contribuir para que a perspectiva étnico-racial seja discutida e abordada no país.

### 3.6 CONTRIBUIÇÕES DE NEGROS (AS) PARA FORTALECIMENTO IDENTITÁRIO

Considerando-se as contribuições referentes a autores e autoras negros (a)s tem sido bem relevante, haja vista, contemplarmos esses cidadãos que nos antecederam abrindo esses caminhos de problematização da causa negra, assim temos visto com isso certa influência e fortalecimento identitário permitido por esses autores negros, vela lembrar que a partir da década de 1970 autores como Lélia Gonzalez, Guerreiro Ramos nos antecederam e com maestria levantando e problematizando tais assuntos que até o tempo presente são frutos de nossas discussões e temas de pesquisa, porém, o que mais nos questionamos se dá por mesmo já terem sido levantados tais problematizações, mesmo assim, os assuntos que permeiam a questão racial no Brasil ainda é muito latente o quanto estamos

envoltos de círculo sem fim, e que ainda estamos tentando achar uma saída de fato para tal rompimento.

Desse modo, que a seguir com a tabela seis poderemos contemplar alguns dos trabalhos vistos ao se analisar o banco de teses e dissertações da Capes que vislumbraram abordar a contribuição de autores (as) negras (os) de forma significativa puderam nos anteceder e melhor ainda contribuir para que o fortalecimento identitário, nos representando e podendo mostrar, que sim, a academia é um lugar que de autores negros (as), e é possível fazer ciência a partir disso.

**Tabela 6: Trabalhos sobre a contribuição de autores (as) negros (as) e MN**

Nº	Autor	Título	Ano	Tipo de pesquisa	IES	Programa	Estado
1	RODRIGUES, JOAO MARCOS DE SOUZA	O Movimento Negro E A Educação: Uma Análise Da Revista Da Abpn	2018	Dissertação	UFCG	Programa de pós-graduação em Educação -PPGE	PB
2	SANTOS, ADERALDO PEREIRA DOS	Arma da Educação: cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do professor Hemetério José dos Santos (1870-1930)	2019	Tese	UFRJ	Programa de pós-graduação em Educação -PPGE	RJ
3	OLIVEIRA, EDICLEIA LIMA DE	Trajetórias e identidades de docentes negras na Educação Superior	2020	Dissertação	UFGD	Programa de pós-graduação em Educação - PPGEdu	MS
4	DORNELES, MAURICIO DA SILVA	Protagonismo negro e ações Educativas configuradas no Projeto do centro de referência Afro-brasileiro\CRAB em Porto Alegre\ RS	2021	Dissertação	UFRGS	Programa de pós-graduação em educação - PPGEdu	RS
5	SILVA, LUIZ GUSTAVO SANTOS DA	“O que a gente não registra, o vento leva”: diálogos com intelectuais negros (as) da Bahia	2022	Tese	UERJ	Programa de pós-graduação em Educação - ProPEd	RJ
6	CAREGNATO, LUCAS	Intelectualidade negra feminina: análise das trajetórias acadêmicas e	2022	Tese	UNISINOS	Programa de pós-graduação em Educação	RS

		militantes de Petronilha Gonçalves e silva e Nilma Lino Gomes				- PPGEDU	
--	--	---	--	--	--	----------	--

Fonte: organizado pela autora a partir do banco de teses e dissertações da capes, (2013 - 2023).

Rodrigues (2021) pesquisou o aspecto educador do Movimento Negro, no que diz respeito a “revista (ABPN) – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros”, baseando-se na ideia de movimento educador de Gomes (2017).

Santos (2019) analisou a “trajetória do professor Hemetério José dos Santos”, acerca do “protagonismo desse intelectual negro no período de (1870 a 1930)”. O autor visou investigar o tempo histórico desse intelectual, sua forma de combate ao racismo, assim como as concepções política educativas influenciadas por ele.

Oliveira (2020) analisou o percurso de educadores negros universitários, em que seu foco se voltou para além dessa dimensão educativas, mas que elementos e experiências que atravessaram suas identidades ao longo dessa caminhada como educador universitário.

Dornelles (2021) pesquisa sobre a política-educativa desempenhada por protagonistas negros (as) na materialização de tais políticas que partem do centro de referência afro-brasileira. Desse modo, sendo melhor contemplado tal abordagem haja vista a proximidade que há com tais assuntos por estes protagonistas.

Silva (2022) estudou a intelectuais negros (as) pertencentes a “associação de pesquisadores (as) negros (as) da Bahia/ABPN”, no que se refere ao “repertórios políticos-culturais”, para o pesquisador suas lutas afins foram um dos elementos que permitiram com houvesse um coletivo maior para lutas raciais.

Caregnato (2022) pesquisou a trajetória das “intelectuais negras Petrolilha Beatriz Gonçalves e silva e Nilma Lino Gomes”, no que diz respeito suas militâncias enquanto educadoras que trabalham com a perspectiva da educação antirracista e a questão racial no Brasil.

Então, falar de contribuição/representação negra (o) na sociedade brasileira requer entender que isso é um fenômeno que se constituirá a partir das décadas de 1970 e 1980 em diante, seja pelo impulso dos movimentos sociais, a inserção política do próprio Movimento Negro nacional se construindo como meio produtor de saberes/conhecimentos, assim como a representação de autores (as) negros para o país. Assim, na atualidade temos autores nos representando, como as ideias e concepções

da autora Nilma Lino Gomes, com a contribuição para se pensar em seu livro (2017) o MN como esse formulador de saberes e conhecimento, em que ela cunhou a concepção de Movimento Negro educador

Enquanto sujeito político, esse movimento produz discursos, reordena enunciados, nomeia aspirações difusas ou as articula, possibilitando aos indivíduos que dele fazem parte reconhecerem-se nesses novos significados. (GOMES, 2017, p. 47).

Por isso, pensar tais percepções nos fazem entender o caminhar desempenhado por estes pensadores negros (as) na sociedade brasileira e sua contribuição ímpar para que se continuassem a discussões e abordagens que se referem a concepção racial.

Desse modo, nada mais representativo e que melhor contemple tais abordagens do que, pessoas que vivenciam esse campo, saibam melhor do que são as demandas sociais que mais necessitam os negros (as) na sociedade brasileira.

### 3. 7 POLÍTICA ESCOLAR QUILOMBOLA

A contribuição dessa política social que abarcar as questões daqueles se encontram na ponta do processo de inserção social, que são os membros da sociedade que historicamente tiveram seus legados, historias e memórias, negados, tem com a política quilombola um meio de contemplar tais reivindicações, claro que há uma articulação histórica de membros pertencentes a quilombos, assim como, do próprio Movimento Negro em prol de fazer valer por meios legais as reivindicações dessas pessoas, que são a parte da sociedade que mais trazem as marcas da escravização de negros no Brasil. Nesse sentido, o quadro sete traz um pouco sobre os trabalhos que versam sobre discussões desse campo, como se apresentam os trabalhos que discursam tais assuntos, e como ao longo das últimas décadas têm sido contempladas as problematizações desse fenômeno social.

**Tabela 7: Trabalhos sobre a Política quilombola**

N <sup>o</sup>	Autor	Título	Ano	Tipo de pesquisa	IES	Programa	Estado
1	SILVA, ELIZANGELA DE ALMEIDA	Educação, movimentos negros e ações afirmativas no Amazonas	2018	Dissertação	UFAM	Programa de pós-graduação em Educação-PPGE	AM

2	ANDRE, ELIAS MANDE LAURINDO	Experiências discentes de formação inicial no curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola-Habilitação Pedagógica da UNIVILLE	2022	Dissertação	IFSC	Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinens e-PPGE-IFC	SC
---	--------------------------------------	---	------	-------------	------	--	----

Fonte: organizado pela autora a partir do banco de teses e dissertações da capes, (2013 - 2023).

André (2022) estuda “discentes de licenciatura em Educação Escolar Quilombola habilitação pedagogia da Univille”, no que tange à concepção dessa experiência na formação inicial desses discentes e o que se materializa posteriormente a isso.

Silva (2018) busca identificar se essa política escolar quilombola considera elementos culturais regionais, além de que se traz elementos do Movimento Negro na constituição dessa política social racial.

Destarte, a acima foi captado alguns dos trabalhos que têm foco a política quilombola atrela a Movimento Negro, sabendo-se que ela é a materialidade de uma das demandas pressionadas e constituídas ao longo da caminhada do Movimento Negro em prol de se ter uma política social que realmente trabalhe com aqueles que estão na ponta os representantes mais diretos e com maiores traços e heranças do período da escravização de negros (as) no país. Desse modo:

Em 2003 foi criada pela Medida Provisória Nº111 de 21 de março, e posteriormente convertida na Lei nº 10.678, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR). A secretaria nasce do resultado da luta do Movimento Negro, em 20 de novembro de 2003, foi aprovado o Decreto Nº4.887 regulamentou em todo território nacional os procedimentos para identificação, delimitação, reconhecimento e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas. (Miranda, 2018, p. 6).

Assim, a política escolar quilombola se constitui na atualidade como uma das demandas atendidas para o povo negro (a) na sociedade, em vista disso, a seguir trataremos um pouco sobre a Lei 10.639/2003, uma das grandes pontes impulsionadoras de trabalhos que versam sobre a questão racial na atualidade.

### 3. 8 LEI 10.639/2003

Impulsionado pelas reivindicações em articulações aos entes da sociedade, os movimentos sociais, e principalmente um papel ímpar do Movimento Negro para que fossem implantados e executados meios legais de que trouxesse algum benefício ao povo negro no Brasil, ou que seja alguma forma de tratar da dívida histórica com a escravidão negra é nesse cenário que surge a Lei nº10.639/2003 que trata de tais aspectos, assim como torna obrigatório o estudo da história cultura afro-brasileira e indígena na educação básica. Na tabela oito podemos ver como estão presentes as discussões acerca dessa temática.

**Tabela 8: sobre a Lei 10.639/2003**

Nº	Autor	Título	Ano	Tipo de pesquisa	IES	Programa	Estado
1	WASILEWSKI, LARA	O Movimento Negro na Educação Brasileira e a Lei 10.639/2003: o contexto governamental de 1995 a 2003	2015	Dissertação	UTP	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidad e Tuiuti do Paraná (PPGED/UTP)	PR
2	SILVA, LAIO MARQUES	A implementação da Lei 10.639/ em uma escola estadual de Montes claros/MG Dissertação	2016	Dissertação	UFVJM	Programa de pós-graduação em Educação-PPGED	MG
3	OLIVEIRA, THAYNARA SILVA	Relações Étnico-raciais e educação: Políticas antirracistas no Município de Cariacica	2019	Dissertação	UFES	Programa de pós-graduação em Educação-PPGE	ES
4	BELOTO, GISELE MARIA	Material didático de história com vista à Lei nº10.639/03: uma construção de política nacional educacional	2019	Dissertação	PUC-Campinas	Programa de pós-graduação em Educação-PPG	SP

5	BACKES, BENICIO	Foi espaço que encontrei: a temática étnico-racial em escolas de Educação básica em um contexto de colonialidade germânica	2019	Tese	UCDB	Programa de pós-graduação em Educação-PPGE	MS
6	SANTOS, ELENILDA DA SILVA	Não alisa não: negritudes, identidades e o processo de implementação da Lei nº10.639/03 na Escola estadual Costa Marques, Araputanga-MT. Cáceres-MT 2020	2020	Dissertação	UNEMAT	Programa de pós-graduação em Educação-PPGEdu	MT
7	VENTURA, JOILSON GONSALO	“De ‘conto de fadas’ a ‘ruptura dos guetos’”: análise da educação das relações étnico-raciais no curso de Geografia UFMT-2013 a 2019	2020	Dissertação	UFMT	Programa de pós-graduação em Educação-PPGE	MT
8	OLIVEIRA, CLEUZA MARIA DE	A implementação da Lei 10.639/2003 em projetos multidisciplinares: um estudo de caso na escola Estadual Profa. Maria Coutinho (contagem-MG)	2021	Dissertação	UFOP	Programa de pós-graduação em Educação-PPGE	MG
9	SILVA, ADRIANO DA	Ensino de História e Cultura Afro-brasileira: de pauta do Movimento Negro à Lei 10.639  Dissertação	2022	Dissertação	UNICAMP	Programa de pós-graduação em Educação-PPGE	SP
10	SILVA, CHARLES LUIZ DA	Vozes ativas: socialização, vivências e resistências de estudantes negras e negros egressos do Ensino Médio	2022	Dissertação	UFOP	Programa de pós-graduação em Educação-PPGE	MG

		em uma escola pública de Belo Horizonte-MG					
11	OLIVEIRA, CLEIDIANE LEMES DE	Educação antirracista em contexto de pandemia: o projeto escola de todas as cores	2022	Tese	PUC Minas	Programa de pós-graduação em Educação-PPGE	MG

Fonte: organizado pela autora a partir do banco de teses e dissertações da capes, (2013 - 2023).

Wasilewski (2015) trabalha com o Movimento Negro no que se refere a contribuição e influência do movimento nas “políticas públicas”, mais especificamente a parte educacional da Lei 10.639/2003.

Silva (2016) pesquisou a Lei 10.639/2003 por meio de buscar identificar ações que visassem sua implementação numa “escola localizada no município de Montes claros”.

Oliveira (2019) buscou entender o processo de valorização racial que se dá a partir da constituição e inserção da política implementada por meio da Lei 10.639/2003, que é uma ação social inspirada no caminhar do Movimento Negro nacional vislumbrando uma educação, antirracista e social de fato.

Beloto (2019) estudou a perspectiva do livro didático no que diz respeito ao que prevê a “Lei 10.639/2003, no que toca ao conteúdo de história e cultura afro-brasileira”, a pesquisadora buscou discutir e problematizar tal concepção da visão da ‘África e dos descendentes”, além disso ela propôs um material didático que trabalha com isso.

Backes (2019) pesquisou a “mobilização de militantes da questão negra” que diz respeito a “implantação da Lei 10.639/2003, o pesquisador desenvolveu seu trabalho voltando-se a “estratégias e iniciativas usadas por educadores (as) negras (os)” que trabalhassem com história e cultura afro-brasileira, além disso ele também volta-se a concepção da “colonialidade germânica”.

Santos (2020) investigou a “implementação da Lei 10.639/2003 na Escola estadual Costa Marques em Araputanga-MT”, em que a autora considerou a relevância do movimento de mulheres “não alisa não”. A partir desse movimento a pesquisadora percebeu modificações na perspectiva “política, cultural e identitária de discentes que participavam do grupo.

Ventura (2020) averiguou o curso de “Geografia “, no que se refere à disciplina de “educação das relações étnico-raciais (ERER) no período de 2013 a 2019”, diz

respeito ao momento de “implantação e implementação da Lei 10.639/2003 na universidade Federal de Mato Grosso”, o autor pontua que consiste em uma abordagem de elementos da educação para relações étnico-raciais no curso de Geografia, além de contemplação da Lei 10.639/2003.

Oliveira (2021) analisou a “implementação da Lei 10.639/2003” em razão de “projetos multidisciplinares em escola estadual de Minas Gerais em Contagem”. Com isso a pesquisadora, investigou as metas presentes nesses projetos, a fim de que tivessem por foco o combate ao preconceito.

Silva (2022) pesquisou “mobilização e debates do Movimento Negro” que culminaram para a fundamentação da Lei 10.639/2003, nesse sentido os fatores que contribuíram para a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira.

Silva (2022) examinou a Lei 10.639/2003, no que tange a “aplicação da lei no âmbito escolar”, neste caso o pesquisador analisou “estudantes negros no ensino médio”. Por meio de tentar compreender se estes discentes “reconhecem e vivenciam conhecimentos provenientes da Lei 10.639/2003”.

Oliveira (2022) investigou a “implementação da Lei 10.639/2003”, por meio disso compreender a “educação antirracista”. Desse modo, a pesquisadora voltou-se para “saberes e práticas docentes”, que dizem respeito a perspectiva étnico-racial e educação antirracista.

A política que concerne da Lei 10.639/2003 trata da obrigatoriedade dos estudos da história e cultura afro-brasileira, ao que vão muito além, posto que trabalham com a contribuição racial ímpar de negros (as) para a construção de país, além de que é uma forma de cobrança do legado de pessoas negras (os) para o Brasil. Assim, não podemos considerar que ao longo desses vinte anos de constituição desta lei foi sempre fácil sua implantação escolar, mas sendo um desafio diário se constituir um ideal de país que considere as contribuições raciais. Desse modo:

As dificuldades para implantação dessas políticas curriculares assim como a estabelecida no art. 26 da Lei 9.394/1996, por força da Lei 10.639/2003, se devem muito à história das relações étnico-raciais neste país e aos processos educativos que elas desencadeiam, consolidando preconceitos e estereótipos, do que a procedimentos pedagógicos, ou à tão reclamada falta de textos e materiais didáticos. Estes, hoje, já não são tão escassos, mas nem sempre facilmente acessíveis. No entanto, não há como desconhecer experiências desenvolvidas por professores negros e que com certeza proporcionaram apoio para formulação do Parece CNE/CP 3/2004, bem como servira de exemplo e suporte para que se execute esta determinação legal. (Silva, 2007, p. 500).

Em vista disso, acima temos uma ideia de como estão compostas as pesquisas que versam sobre a lei, mas também uma certa reflexão de como uma legislação que já se passou de seus vinte anos, ainda é tida como um desafio nas escolas e universidades no país, percebemos desse modo, um certo desafio a ser enfrentado em nossa sociedade; e com isso, visões de que realmente alguma coisa caminhou de maneira um pouco mais lenta do que esperávamos. Nesse sentido, a seguir trataremos um pouco sobre Movimento Negro e a política educacional brasileira, sabese da importância do movimento para efetivamente houvessem discussões acerca dessa política educacional que vise a perspectiva étnico-racial.

## 2. 9 MOVIMENTO NEGRO E POLÍTICA EDUCACIONAL

No campo de estudos de que trata do Movimento Negro temos vistos trabalhos que se debruçaram sobre esse assunto nas últimas décadas e tem sido bem relevante perceber o quanto esse sujeito coletivo político esteve em busca de fazer modificações, quanto ao tratamento recebido por pessoas negras na sociedade brasileira, dos enfrentamentos a todos os tipos de racismo e assim como compreender o quanto temos caminhado nessa perspectiva.

Sendo assim, é impossível falar de Movimento Negro e não perceber o quanto a reverberação desse enfrentamento se constitui em algo mais palpável e exequível que foi possível em grande medida graças às políticas que se constituem em âmbito social e educacional. Desse modo, podemos perceber os avanços na política educacional de enfrentamento a quaisquer tipos de racismos e discriminações, que se poderia dizer ser a forma mais bem forte de combate e assim como uma construção que poderíamos nos orgulhar de se construir. Em vista disso, a seguir poderemos contemplar tais pesquisas que versam sobre o Movimento Negro, assim sobre a política educacional.

**Tabela 9: Pesquisas que envolvem o Movimento Negro e Política Educacional**

Nº	Autor	Título	Ano	Tipo de pesquisa	IES	Programa	Estado
1	PAULA, CLAUDIA REGINA DE	Pilares negros: educação, fé e política na Diocese de Duque de caxias (1988-2000)	2013	Tese	UERJ	Programa de pós-graduação em Educação-ProPEd	RJ
2	SOUZA, DANIELLE	Movimento negro de São Carlos e a	2017	Dissertação	UFSCar	Programa de pós-	SP

	FELISBERTO DE.	USFCAR: a extensão universitária sobre relações étnico-raciais				graduação em Educação-PPGE	
3	NEVES, FRANCYS LENE PEREIRA	Experiências do Movimento Negro de Rondonópolis e as Políticas antirracistas de Educação	2019	Dissertação	UFMT	Programa de pós-graduação em Educação-PPGE	MT
4	SOUZA, ALEXANDRE BIANCHI DE	História da educação de negros em Uberlândia: memórias, dilemas e resistências (1950-1970)	2019	Dissertação	UFU	Programa de pós-graduação em Educação-PPGED	MG
5	CORREA, FABIOLA MACIEL	Processo de formação e engajamento político na trajetória intelectual de Abdias Nascimento (1930-1944)	2019	Dissertação	UFPR	Programa de pós-graduação em Educação-PPGE	PR
6	SILVA, CARLA APARECIDA DA	História, memória e identidade cultural: um estudo da produção didático-literária para a educação das relações étnico-raciais	2019	Dissertação	UNIRIO	Programa de pós-graduação em Educação-PPGEDU	RJ
7	CANCELO, THEO DE SA GUIMARAES.	Rap: Insistência, Resistência, (Re)Existência Relatos De Rappers Da Baixada Santista	2019	Dissertação	UNISANTOS	Programa de Pós-graduação Em Educação-PPGE	SP
8	GONÇALVES, MICHELL Y DOS SANTOS	A implementação das DCNERER nas escolas públicas e os desafios para o currículo e práticas pedagógicas	2019	Dissertação	UFGD	Programa de pós-graduação em Educação-PPGEDu	MS
9	SOUZA, CRISTIANE	Movimentos sociais, suas demandas e	2019	Tese	UERJ	Programa de pós-graduação	RJ

	GONCALVES DE	articulação política nas políticas de currículo promovidas pela SECAD/MEC Brasil (2003-2010)				em Educação-ProPEd	
10	SILVA, LEANDRO DE SOUZA	Educação das relações étnico-raciais nos cursos de Licenciatura em Educação Física no Mato Grosso do Sul	2019	Tese	UFGD	Programa de pós-graduação em Educação-PPGEdu	MS
11	SANTOS, RHAUL DE LEMOS	Negros/as surdos no ensino superior: mapeando cursos de graduação de Letras libras	2019	Mestrado	UFPR	Programa de pós-graduação em Educação-PPGE	PR
12	SILVA, ISABELLA SACRAMENTO DA	Rememoração de estudantes negros(as) do ensino fundamental sobre personagens negros em livros didáticos	2019	Mestrado	UFPR	Programa de pós-graduação em Educação-PPGE	PR
13	BATISTA, MICHELA NGELO HENRIQUE	Relações e interações raciais entre universitários negros e brancos no curso de Pedagogia e direito da UFMT: (re) construção de identidades na contemporaneidade	2019	Tese	UNESP	Programa de pós-graduação em Educação	SP
14	JESUS, FERNANDO SANTOS DE	Os movimentos negros e as políticas públicas para a educação no Brasil e no Uruguai após a Conferência de Durban	2020	Tese	UFC	Programa de pós-graduação em Educação-PPGED	CE
15	SOUZA, IZAQUE PEREIRA DE	Do movimento negro às cotas raciais na educação superior: a (re) construção da	2020	Tese	UEM	Programa de pós-graduação em Educação-	PR

		identidade negra na perspectiva educativa e inclusiva				PPE	
16	BRAGA, DECIO JULIO VICENTIN	Persistência Do Racismo Nas Escolas E Os Desafios Para Sua Superação	2020	Dissertação	UEMS	Programa de pós-graduação em Educação-PPGEDU	MS
17	RODRIGUES, MARIA DOS REMEDIOS	A cultura política crítica como possibilidade de emancipação humana: notas sobre movimentos sociais	2020	Dissertação	UNB	Programa de pós-graduação em Educação-PPGE	DF
18	EVANGELISTA, NADILA JARDIM	As contribuições da pedagogia feminista negra ao campo do currículo a partir dos textos de Nilma Lino Gomes	2021	Dissertação	UESB	Programa de pós-graduação em Educação-PPGED	BA
19	BATISTA, ALISSON FERREIRA	Entre o tema e a vida-A fotografia preta como estratégia para a educação das relações raciais	2021	Dissertação	UFRGS	Programa de pós-graduação em Educação-PPGEDU	RS
20	FERREIRA, PRISCYLLA RAMALHO DIAS	“Lute como uma menina” negra: ocupações estudantis e identidades políticas de jovens mulheres negras	2022	Dissertação	UFMG	Programa de Pós Graduação em Educação e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da UFMG (PPGE/FaE/UFMG)	MG
21	CONCEIÇÃO, ALEXANDRE FERRAZ DA	Kizomba-festa da consciência negra: um projeto escolar influenciado pelo Movimento Negro (Montenegro/RS de 1988 a 2002)	2022	Dissertação	UNISINOS	Programa de pós-graduação em Educação-PPgedu	RS

22	MATOS, HEIDER CARLOS	Pedagogias culturais no tambor de mina no Maranhão	2022	Dissertação	ULBRA	Programa de pós-graduação em Educação-PPGEDU	RS
23	LIMA, IZABEL CRISTINA DE	Uma política de promoção da igualdade racial, a lei nº12.711/2012: analisando sua implementação e seus percursos no instituto federal do sudestes de minas gerais	2022	Dissertação	UFVJM	Programa de pós-graduação em Educação-PPged	MG
24	ROZA, ISIS SILVA	Trajetórias, práticas e produção de conhecimento de intelectuais negras/negros dos núcleos de estudos afrobrasileiros da região sudeste	2022	Tese	UFMG	Programa de pós-graduação em educação: conhecimento e inclusão social da Faculdade de Educação da UFMG (PPGE/FaE /UFMG)	MG
25	CORREIA, SEVERINO DO RAMO	A educação enquanto palco autobiográfico: o “eu” idêntico de Lepê Correia	2023	Tese	UFPE	Programa de pós-graduação em Educação-PPGEdu	PE

Fonte: organizado pela autora a partir do banco de teses e dissertações da capes, (2013 - 2023).

Paula (2013) pesquisou a “ação educativa do Movimento Negro” com destaque as ações da “Diocese de Duque de Caxias no período de 1988 a 2000”. Diante da perspectiva étnico-racial que vise mudanças paradigmáticas.

Souza (2017) explorou a “conexão entre Movimento Negro e Universidade”, no que diz respeito a assuntos relacionados às relações étnico-raciais. No caso específico da pesquisadora, em que trabalhou com a “visão de representantes do Movimento Negro de São Carlos e representantes da UFSCAR”.

Neves (2019) estudou a influência do “Movimento Negro de Rondonópolis”, no que tange as “políticas educacionais” que visam a superação do racismo na educação e assim como a abordagem e combate da perspectiva do “mito da democracia racial”.

Souza (2019) trabalhou com a perspectiva da inter-relação desempenhada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade-SECAD, atrelada à proposição de reivindicações sociais de cunho racial para a políticas de relações raciais no país.

Corrêa (2019) pesquisou o percurso do intelectual negro “Abdias do Nascimento”, no que diz respeito suas “contribuições para a concepção política e social do Movimento Negro”.

Silva (2019) investigou “material didático-literário de 2003 a 2016, para Educação da relações étnico-raciais (ERER)”. No que tange, a “Lei 10.639/2003 e núcleo do Movimento Negro”.

Cancello (2019) estudou aspectos de “resistência por meio da cultura, música”, para este autor em particular **ele** aborda o rap, no que concerne a concepção “atores ligados ao rap que fazem parte da baixada santista”.

Gonçalves (2019) analisou a “implementação das diretrizes (DCNERER)” em “escolas do Mato Grosso do Sul”, no que diz respeito o que versa as diretrizes e o apoio histórico desempenhando pelo Movimento Negro na abordagem de aspectos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira.

Souza (2019) investigou a “articulação das demandas do movimentos sociais e criação da SECAD” e a “formação de políticas de currículo”. Desse modo, são elementos que visam uma abordagem...

Silva (2019) investigou a “formação inicial de professores dos cursos de Educação Física escolar”. No que concerne à perspectiva racial, diante da contribuição do Movimento Negro nas concepções educacionais.

Santos (2019) pesquisou “negros/as surdos/as nos cursos de graduação em Letras Libras”. Neste aspecto o pesquisador buscou relacionar as dimensões das relações étnico-raciais e, por conseguinte o Movimento Negro”.

Silva (2019) estudou entendimento do livro didático no diz respeito ao ponto de vista das “discussões étnico-raciais”, analisando a “permanência da visão estereotipada do negro no livro didático”.

Jesus (2020) buscou estudar o desenvolvimento de ações impulsionadas pela conferência de Durban, de modo que, quais foram as principais medidas projetadas a partir desta conferência tendo em vista a política racial em parceria com o MN nacional.

Souza (2020) pesquisou o ponto de vista da “educação das bancas de heteroidentificação”. Nessa visão, trabalha com a história do Movimento Negro e essa reivindicação das políticas de cotas por meio do movimento para uma maior inserção de negros (as) nas universidades.

Braga (2020) analisou a “persistência do racismo na escola e quais os desafios para sua superação através do incremento de políticas públicas”. Desse modo, o pesquisador buscou salientar a importância das “políticas públicas” que dizem respeito a relevância desse instrumento para a política educacional.

Rodrigues (2020) investigou a visão “políticas dos movimentos sociais”, não se limitando somente ao Movimento Negro, mas Movimento Feminista e Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Por meio da perspectiva emancipatória que se materializam pela influência que os movimentos impulsionam o ser humano a se posicionar politicamente.

Evangelista (2021) analisou a influência de “pedagogias feministas negras ao campo do currículo”. Por meio da contribuição da autora negra “Nilma Lino Gomes” e diante da concepção de “educação e descolonização dos currículos”.

Batista (2021) pesquisou a “fotografia como possibilidade para a educação das relações étnico-raciais”, o autor se baseou na perspectiva da “fotografia negra” como meio pedagógico, além disso trabalhou aspectos étnico-raciais.

Ferreira (2022) trabalhou com “processo de formação de identidades políticas de jovens mulheres negras que participam das ocupações estudantis”, assim a pesquisadora buscou saber o ‘protagonismo dessas estudantes negras que participaram do movimento de ocupação”.

Conceição (2022) investigou um “projeto escolar denominado Kizomba – Festa da consciência negra”, buscou analisar para além desse projeto, ou seja, suas repercussões na vida de educandos, com isso é um trabalho que envolve as dimensões raciais e por conseguinte o Movimento Negro.

Matos (2022) verificou a concepção da religião de matriz africana “tambor de mina” por meio de identificar como ocorre o processo de ensinamento da religião, o pesquisador enfatizou os saberes ancestrais provenientes desse aspecto.

Lima (2022) buscou tratar do processo de implantação desta política racial educacional, em particular na instituição de ensino de Minas, mas que servem de

aspectos para compreendermos como ocorrem em âmbito nacional tal assunto, como se dão essas pesquisas.

Batista (2019) pesquisou a perspectiva no que tange a “reconfiguração identitária no contexto da comunidade acadêmica como estudante cotista”, em que o autor buscou compreender as “relações e interações sociais e raciais de estudantes universitários negros e brancos nos cursos de direito e pedagogia”.

Roza (2022) analisou aspectos como “trajetórias práticas e produção de conhecimento de intelectuais negras e negros que compunham núcleo de estudos afro-brasileiros”. Trabalhando com essa dimensão a pesquisadora trouxe o protagonismo desses autores negros, que estão à frente do movimento, com posicionamentos bem definidos e lutando pelos direitos do povo negro.

Correia (2023) pesquisou e se utilizou de sua autobiografia para sua tese de doutoramento, enquanto elementos educativos de cunho racial, ele trabalhou com sua auto reinvenção ao longo de sua vida e trajetória, perpassando pelo Movimento Negro.

Desse modo, esses foram alguns dos trabalhos captados no banco de teses e dissertações da capes que se tem certa proximidade com nossa pesquisa atual. Sabe-se da contribuição que este movimento tem para a sociedade brasileira com um todo.

E também foi e tem sido esse mesmo movimento social o principal protagonista para que as ações afirmativas se transformassem em questão social, política, acadêmica e jurídica em nossa sociedade, compreendidas como políticas de correção de desigualdades raciais desenvolvidas pelo Estado brasileiro. É também o Movimento Negro responsável por trazer a arte, a corporeidade, o cabelo crespo, as cores da África para o campo da estética, da beleza, do reconhecimento e da representatividade. (GOMES, 2017, p. 18)

Em vista disso, como podemos perceber no trabalho intitulado de “A implementação das (DCNERER) nas escolas públicas e os desafios para o currículo e práticas pedagógicas, 2019”, em que Gonçalves (2019) trata do processo de implantação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais, que é uma normativa que conta um pouco do processo de criação das diretrizes, assim como nos dá indícios de como se implementar essa política racial.

Em vista disso:

Nesse contexto, o governo federal sancionou, em março de 2003, a Lei nº 10.639/03-MEC, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da mesma. A 10.639 instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. (Brasil, 2004, p. 8).

Em síntese, essas diretrizes se constituíram de um marco importante para a população negra, além de que conjuntamente com promulgação da Lei 10.639 serão implementadas outros mecanismos legais que se juntaram para trata das questões raciais como é o caso da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), um importante mecanismo que posteriormente dentro de algumas secretarias de educação no país. Assim:

Criou, em 21 de março de 2003, a Seppir (secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Desta forma, recolocou a questão racial na agenda nacional e a importância de se adotarem políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal. O principal objetivo desses atos é promover alterações positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo. (Brasil, 2004, p. 8).

Neste documento sobre as diretrizes curriculares nacionais para relações étnico-raciais, há uma fala que nos diz que se recolocou a perspectiva étnico-racial em discussão em debates, no entanto, essa não configura bem uma realidade, em que parte dos trabalhos que versam sobre o prisma racial, nos apontam para uma negação dessa temática, a própria Lei 10.639/2003 é um exemplo disso, a qual foi preciso um meio legal para que fosse atendido uma solicitação que parte do Movimento Negro para que desse modo, houvesse uma contemplação do ensino e estudos africano e afro-brasileiro nas escolas, um outro exemplo podemos perceber por meio da política de cotas raciais, sendo um meio legal para novamente pudessem ser atendido um mecanismo que voltasse a reserva de vagas nas universidades para pessoas negras, afro-brasileiras e quilombolas. Vejamos esses mecanismos nos apontam para dinâmica como bem salientado por Lélia Gonzalez (2023), uma negação de nossa ancestralidade, uma negação de nossa cultura, uma negação daquilo que carregamos de raiz africana. Assim:

Políticas de reparações e de reconhecimento formarão programas de *ações afirmativas*, isto é, conjunto de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. Ações afirmativas atendem ao determinado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, bem como a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, com o objetivo de combate ao racismo e a discriminação, tais como: a convenção da UNESCO de 1960, direcionada ao combate ao racismo em todas as formas de ensino, bem como a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas de 2001. (Brasil, 2004, p. 12).

Dessa forma, foi possível organizar um panorama de como estão postas as pesquisas no banco de teses e dissertações da Capes, nos anos de 2013 a 2023, diante dos programas de pós-graduação em educação no país. Como poderemos perceber na tabela dez.

**Tabela 10: Quantitativo de trabalhos vistos no banco de teses e dissertações da Capes**

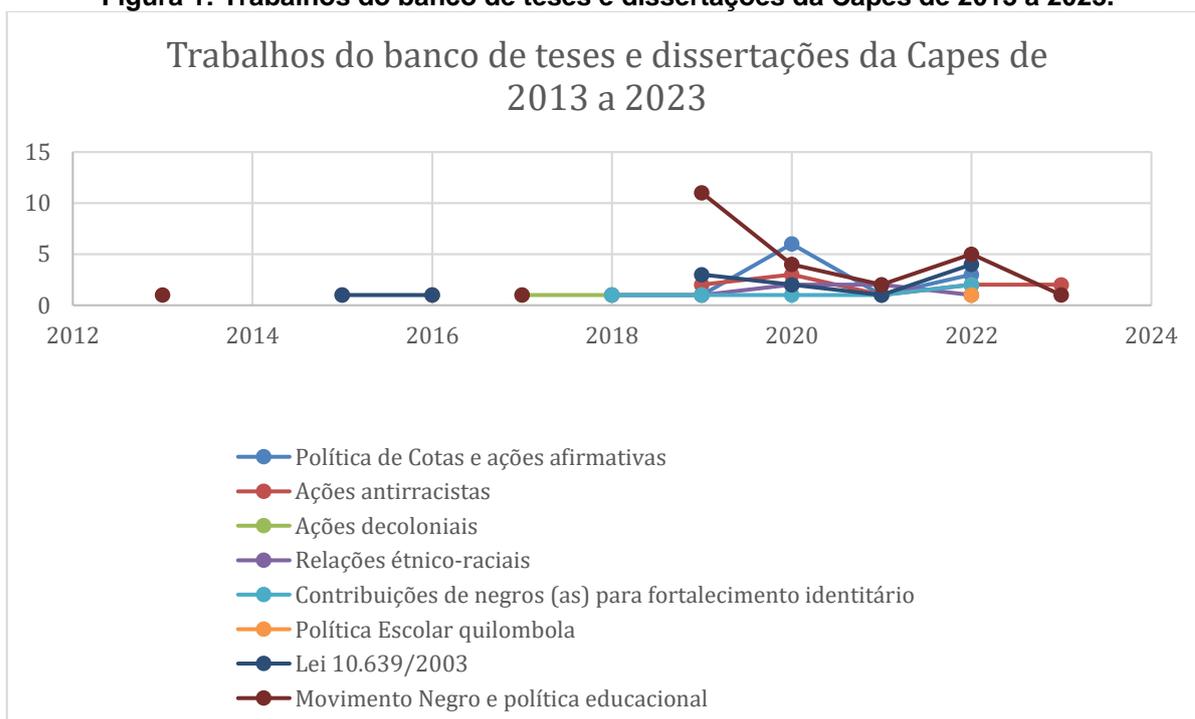
Anos de 2013-2023	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Política de Cotas e ações afirmativas				1			1	6	1	3	
Ações antirracistas							2	3	1	2	2
Ações decoloniais					1	1	1			2	
Relações étnico-raciais			1			1	1	2	2	1	
Contribuições de negros (as) para fortalecimento identitário						1	1	1	1	2	
Política Escolar quilombola				1						1	
Lei 10.639/2003			1	1			3	2	1	3	
Movimento Negro e política educacional	1				1		11	4	2	5	1

Fonte: organizado pela autora a partir do banco de teses e dissertações da capes, (2013 - 2023).

Em vista disso, no primeiro contato com as pesquisas em que tinham por descritor “Movimento negro”, “político” e “educativo”, nos programas de pós-graduação em Educação foram encontrados 81 trabalhos no banco de teses e dissertações da Capes, posteriormente a isso foi feita uma leitura flutuante para observar quais pesquisas mais se aproximavam dessa perspectiva. Desse modo, foi necessário fazer uma categorização de vertentes que são possíveis reverberações dos movimentos das políticas sociais impulsionadas pelo Movimento Negro, assim, quanto aos que estavam relacionados a políticas de cotas e ações afirmativas foram encontrados doze trabalhos, já os que estão relacionados a concepção antirracista encontramos dez pesquisas, os relacionados a ações decoloniais foram cinco, com

relação as pesquisas étnico-raciais foram observados sete trabalhos, os trabalhos relacionados a perspectiva da contribuição de negros (as) foi observado seis trabalhos, já os trabalhos atrelados à política quilombola foram dois, considerando que esses trabalhos foram captados pelos descritores citados acima, já os relacionados a Lei 10.639 foram doze trabalhos e os relacionados ao MN e política educacional foram vinte cinco trabalhos, desse modo, foi observado que setenta e nove trabalhos de alguma forma estavam atreladas às nossas pesquisas.

**Figura 1: Trabalhos do banco de teses e dissertações da Capes de 2013 a 2023.**



Fonte: organizado autora em 2024.

Neste cenário, é nítido o aumento das pesquisas voltadas para discussões das relações raciais, do Movimento Negro de 2018 até 2022, algo a salientar que pode ser um dos fatores para isso, se dá, acreditamos, como resultado de um cenário recente marcado por lutas por reconhecimento protagonizado por diversos sujeitos coletivos, dentre eles o movimento negro/quilombola, que vêm interpelando tanto o Estado, a sociedade e os referenciais de interpretação, exigindo outros olhares sobre os problemas e soluções. No quadro histórico mais recente, cabe destacar o avanço da extrema direita no mundo, em particular no Brasil, promovendo tanto uma redução dos direitos sociais, assim como um caminho autoritário, o que tem exigido um olhar crítico mais atento a essas múltiplas lutas que emergem das margens.

#### 4 MOVIMENTO NEGRO EM AÇÃO: MEMÓRIA DO CEDENPA NO PARÁ

Como movimento voltado ao povo negro no Pará, em especial na Amazônia e com grandes influências tanto dentro do Estado quanto para fora é que o Centro de Estudos e Defesa do Negro No Pará (CEDENPA) tem sua fundação em 10 de agosto de 1980, posteriormente em 16 de agosto de 1981 começou a se estruturar e foi registrado em 27 de abril de 1982<sup>8</sup>.

No livro dos dez anos somos apresentados ao grupo fundador, que é composto por: Aberlado Albuquerque, Brasilino Correa, Doraci Dores, Eneida Albuquerque, Felisberto Damasceno, Idália Telles do Nascimento, Maristela Albuquerque, Raimunda Nilma de Melo Bentes e Zélia Amador de Deus. Além disso, houve um grupo estruturar em 1981 formado pelos fundadores e contou com a ajuda de Angela Maria Matos da Silva, Edmundo Parente, Malheiros, Teresa Cristina Batista e Vera Lúcia Matos. Então, também nos é apresentado um dado importante de que, o nome (Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará, foi sugerido por Felisberto Damasceno e a sigla por Nilma Bentes). Sendo assim, algo importante a ressaltar é de que tudo isso ocorre no período da ditadura civil-militar no Brasil, momento este de tensões, medos e preocupações pela época com direitos sociais diminuídos, desse modo:

Foi no 79 virando para o 80 – milênio passado.  
Um tempo estranho. Pessoas que viviam no “deitado eternamente em berço esplêndido”, inclusive as que zelavam pela Tradição, Família e Propriedade (TFP), continuavam conchavadas com ‘os fardados’. Mas havia muita gente inconformada e, com apoios pontuais ou não (inclusive de parte da Igreja Católica), e, diante de certa conjuntura internacional, começaram a reorganizar Movimentos/ Entidades aqui, ali e acolá, para conseguir o fim da ditadura militar.  
Alguns de nós, mesmo com medo, frequentaram diversas reuniões ligadas ao processo da volta à “normalidade democrática” – que, até hoje, não inclui a “democracia racial”  
Foi nesse tempo que nossos ancestrais deram um jeitinho de fazer com que umas pretas e uns pretos formassem grupo para discutir e lutar contra o preconceito racial. Sim, naquela época não se devia falar em “racismo” porque era considerada uma expressão “muito forte”. (CEDENPA, 2010, p.9).

Esse dado refere-se ao livro dos trinta anos, lançado no ano de 2010, que conta um pouco sobre as história e memória do CEDENPA no Estado do Pará. É um relato bem interessante do tempo em que se juntam para constituir o grupo e do momento vivenciado no país, período demarcado de ausência da democracia, falta de direitos da população e desrespeito aos direitos humanos. Desse modo:

---

<sup>8</sup> Informações obtidas no site da instituição.

**Quando entrei no CEDENPA, o CEDENPA não era aqui era na Dr. Moraes, eu já entrei através da minha irmã. Porque minha irmã frequentava e como meu pai foi muito caxias ele queria saber no que ela estava infiltrada, como se fosse uma infiltração que ela tivesse saindo do patamar da criação dele para uma outra coisa, ele me deu a incumbência de eu ser a porta-voz. Vim para cá mais para verificar qual era o ambiente que ela estava frequentando. Quando eu cheguei aqui fiquei e hoje ela diz que milita mais lá fora do que aqui dentro, ela pouco vem aqui e fiquei definitivo. (Neide Baia Pinheiro Lourenço, 2023).**

É importante a fala da interlocutora quando aponta seu encanto pelo CEDENPA, por estar lutando, cuidando para o caminhar e para continuarmos a luta pela equidade racial. Também a lembrança de que o movimento não estava no início localizado nesse lugar, só posteriormente ele vai se implantar no espaço atual. Desse modo, ao longo da conversa com ela surgiu a pergunta: **a senhora teve algum sonho profissional na sua juventude?**

*Se te disser assim, a nossa juventude foi excelente, vou falar da minha família, eu sou católica, tudo que aprendi aqui eu aprendi na minha religião, você não me fala da minha religião, sou baseada dentro dela, eu nasci e criei dentro dela, era a única coisa que meu pai não dizia tú não vais, a gente arrumou um sacerdote que passava o dia lá, quando meu pai adoeceu muito ele arrumou uma biblioteca, montou uma biblioteca em menos de 24 horas porque ele tinha muito livro, aquelas coleções, ele montou uma biblioteca só para, ficar ganhando um salário mínimo. E ali aprendi a levar documentos para cartório, casamento, batizado, tudo aprendi ali trabalhando, trabalhei sete anos. Então, ninguém me fala da igreja católica, quando tú vais relacionar, eu acho aqui dentro do CEDENPA eu sou a única católica. (Neide Baia Pinheiro Lourenço, 2023).*

Desse modo, é importante a fala da interlocutora/ colaboradora quando diz sobre sua religião, sua caminhada e suas vivências para além e por meio do movimento. Nota-se que o CEDENPA recebe a todos que desejam estudar, conhecer sobre sua ancestralidade negra, ele é um coletivo que respeita e compreende a dinâmica das diversidades de opiniões e pensamentos que se fazem presentes na realidade brasileira.

Assim, na imagem um, a qual resolvemos trazer, consta no livreto dos dez anos do CEDENPA, é a primeira sede, local de encontro do coletivo.

**Figura 1: Primeira sede na Caripunas**

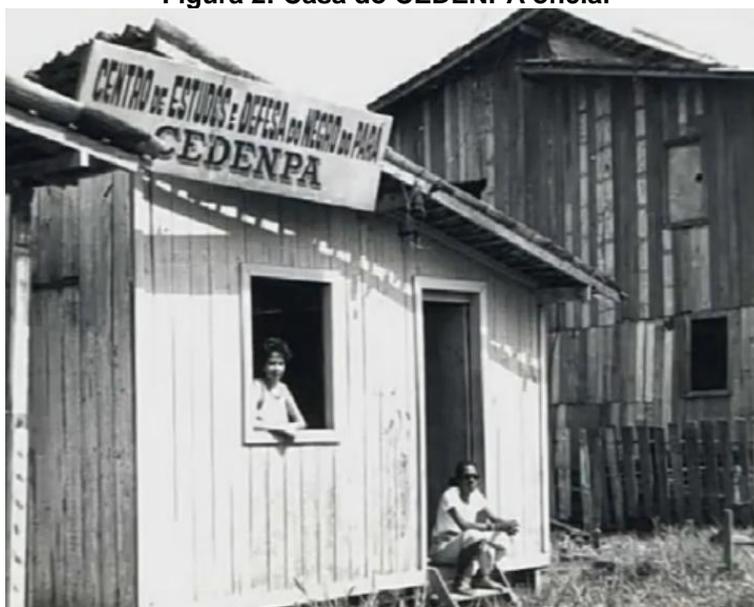


Fonte: Livreto dos dez anos.

No livro dos dez anos, encontram-se algumas sedes anteriores de reunião do grupo, como exemplo desse lugar, temos na imagem um localizado na caripunas 1909, segundo o livro, foi a primeira sede, o Centro Comunitário Caripunas, esquina com a Dr. Moraes, como no livro dos trinta anos não tinha essa imagem, trouxemos do livreto dos dez anos a foto um e o texto a seguir do livro dos trinta. Assim, “Quando nosso representante voltou da reunião para construir o Memorial Zumbi, continuamos a nos reunir no Centro comunitário caripunas (esquina da Dr. Moraes com a caripunas). Esse é considerado o começo mesmo do **Cedenpa.**” (CEDENPA, 2010, p. 10).

Abaixo na imagem dois podemos ver um dos primeiros locais de encontro do CEDENPA, pelo que sabemos essa casa é onde hoje se faz presente a sede atual, está imagem se encontra no canal do *Youtube* do movimento no vídeo que conta a história de 30 anos.

**Figura 2: Casa do CEDENPA oficial**



Fonte: Canal do Youtube do CEDENPA, 2019.

Este movimento vem se constituindo e se reinventando ao longo dos anos, aos seus 44 anos de existência percebemos o quanto ainda precisamos conhecer e refletir sobre o que foi pensado e idealizado pelos que construíram esse movimento de estudos e defesa do negro, o que foi implementado? O que foi sendo modificado ao longo das décadas? E o que ainda precisa ser trabalhado no tempo presente?

Uma impressão de que ainda há fatores para que sejam buscados pela instituição, fato que na atualidade ainda estamos modificando tais realidades, ainda se discute e se aborda fatores como a questão do racismo, o problema de gênero e interseccionalidade, ou seja, ainda estamos trabalhando para mudanças na realidade social de negros e negras na sociedade.

Por isso, traçaremos um pouco do percurso deste movimento e de algumas formas e maneiras já de priorização da questão educacional a ser modificada, que tende a ver aspectos que são de suma importância para a modificação do país. A educação, esse campo é um dos mais fortes espaços em que o CEDENPA se fez e se faz presente ao longo das décadas, mas também ele vem atuando em outras frentes como na área, das artes, da cultura, por exemplo. Além disso, ele é um movimento de uma articulação política e social.

A sede do CEDENPA está localizada na rua dos timbiras, passagem Paulo VI, 244, bairro da cremação, entre Quatorze de março e Generalíssimo Deodoro, em Belém estado do Pará. Esse é um local estratégico, pois se encontra na periferia de Belém, mais perto da população de classe social menos favorecida, e é o que foi

pensado desde a fundação da instituição que fosse localizado perto da população periférica.

Algo a salientar diz respeito a como o CEDENPA foi pensando e como se iniciam seus trabalhos, é interessante quando a **interlocutora**, aponta que no início iam à reunião para estudar, conhecer sobre, mais válido para o que se segue numa perspectiva de se fortalecer uma identidade, de lutas pelos seus direitos de combate ao racismo e discriminação.

*Era na Dr. Moraes, mas era uma coisa que era de estudo mesmo, tu chegavas no CEDENPA para aprender, era uma base que nós tínhamos duas reuniões na semana, era quarta-feira e domingo e não dava menos de 50 pessoas, 20 pessoas era uma coisa que era inédito para mim, porque a gente vê tanto preto reunido. É aquilo que hoje eu dei uma entrevista falando do CEDENPA, é a coisa assim para mim, é lágrima, é choro, porque é vivência. Eu aprendi, como eu sempre digo, eu só tenho o segundo grau, eu não tenho curso universitário, apesar de ter feito UNAMA, como ontem eu abri a boca e disse se eu fui discriminada, eu não entendi, eu não vivi essa discriminação, até porque nós não estudamos em colégio público, nos sempre estudamos em escola particular e se lá tivemos a gente não notou. (Neide Baia Pinheiro Lourenço, 2023). (grifo nosso)*

A estratégia usada desde de o começo pelo CEDENPA constitui-se de algo bem importante considerando quão valioso é conhecer sua história e não somente isso, saber sobre o que seu povo enfrentou e enfrenta para que um coletivo pudesse alcançar certos lugares e espaços nessa sociedade, que prega a diversidade, mas, no entanto, ainda é excludente na maioria das vezes. Quanto à reflexão de ser discriminada está interlocutora diz não ter vivenciado isso. No entanto, sabemos não ser uma realidade que atinge todas as pessoas negras da sociedade brasileira, a discriminação e o racismo ainda são faces muito presentes em nossa realidade nacional, por vezes ele se manifesta de maneiras em que a princípio não reconhecemos de imediato, ou em certas ocasiões ele o racismo e a discriminação são bem demarcados. Pensemos, essas maneiras com que se materializam esses fenômenos excludentes não são exclusivos de classe, de gênero, de etnia, mas sim, transmitem-se num campo maior interseccional, em que, para compreendermos é importante ter essa visão mais ampla, e não é porque ascendemos socialmente que esse tipo de exclusão deixará de existir. Como aponta Lélia Gonzalez:

Já no caso das sociedades de origem latina, temos o racismo disfarçado ou, como eu o classifico, o *racismo por denegação*. Aqui, prevalecem as “teorias” da miscigenação, da assimilação e da “democracia racial”. A chamada América Latina, que, na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação. Sobretudo nos países de colonização luso-espanhola, onde as pouquíssimas exceções (como Nicarágua e o seu Estatuto de Autonomia de

las Regiones de la Costa Atlántica) confirmam a regra. Por isso mesmo, creio ser importante voltar o nosso olhar para a formação histórica dos países ibéricos. Trata-se de uma reflexão que nos permite compreender como esse tipo específico de racismo pode se desenvolver para se constituir numa forma mais eficaz de alienação dos discriminados do que a anterior. (Gonzalez, 2020, p. 118).

Desse modo, como percebemos a face do racismo vista na sociedade brasileira como Lélia Gonzalez nos apresenta um “racismo por denegação”, ao mesmo tempo ocorre, mas se está quase sempre negando sua existência e o movimento negro, busca justamente pôr em discussão esse assunto para isso ser visto, analisado e discutido, a fim de compreendermos quão perverso é para a população negra. Em vista disso, a ação desenvolvida pela CEDENPA caminha ao longo dos anos trabalhando justamente com tais concepção, rompendo com esses paradigmas. Assim, “Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado. “(Evaristo, 2020, p. 30). Entendemos tal contribuição para modificação de uma história e memória, o quanto é importante incentivar as mulheres negras a estarem neste lugar, reescrevendo suas histórias.

Constatamos o quanto esse movimento tem a nos ensinar, por meio de suas coletividades, no caso do CEDENPA compreendemos sua relevância política e educativa, ele inaugura nesse quesito, fazer com que essa população negra paraense, vá estudar, vá compreender sua ancestralidade negra e desse modo algo maior que é a tomada de consciência política, o se posicionar, o se compreender enquanto pessoa negra numa sociedade racista e desigual. Em vista disso:

*Aqui no CEDENPA que eu aprendi a viver, como te falei naquele dia, tu já pensaste numa de turma de 40, 30, chega um cara da polícia federal no meio da gente para colher o que gente fazia, sujeito se a gente falasse alguma coisa todo mundo ser preso ali, porque uma mentira da polícia é mil verdades e a gente estava ali, tem uma discriminação em tal lugar a gente vai fazer barulho, vai para porta lá, vamos fazer, vamos gritar, então tudo isso para mim é vivência. Quando minha irmã ficou presa dentro da igreja da trindade por causa de dois padres, o que foi que pai disse agora como ele arrumar dinheiro para tirar ela de lá, ela estava lutando por nossos direitos, mas para ele não queria saber, queria que estivesse do lado dele, tu não vai ser um herói morto, eles te querem como um herói vivo, morto não fala nada, como agora está passando esse negócio de vamos homenagear as pessoas vivas, porque morto não vai saber que foi homenageado, quem vai dizer para ele lá. (Neide Baia Pinheiro Lourenço, 2023). (grifo nosso).*

A expressão mostrada pela interlocutora nos apresenta um pouco do cenário vivenciado pelos componentes do CEDENPA, por passarem pela ditadura civil militar, momento crítico, de incertezas e inseguranças, mesmo assim, o grupo conseguiu se

manter e avançar com suas dinâmicas de cunho social e racial em prol da população negra paraense.

Destarte, trazemos aqui o relato da importância que foi para o CEDENPA, ter a primeira escola afro-brasileira ainda na década de 1990, foi perguntando em conversar com os membros eles nos informaram que no ano de 1992, eles assinaram contrato com o estado para funcionamento da escola, no entanto, a escola funcionava antes disso, a Ori de Erê que é um orgulho para o movimento, mas por algumas razões a escola não foi para frente, mas é um sonho que a escola volte a funcionar por meio do CEDENPA.

*O CEDENPA é essa mulher educativa, esse feminino educativo, com todas essas incursões, essas lutas, a Ori de Erê, a escola, a primeira escola Ori de Erê. Pois é, mas eu vou te apresentar a Eneida, que foi professora do Ori de Erê, que ela tem as memórias disso, e hoje ela é professora do Bom Pastor. Que aí hoje tem aquela, viu aquela da Bahia, que é da Felipe Aranha, <sup>9</sup>uma escola afro-brasileira, a primeira escola afro-brasileira, a primeira escola foi o Cedenpa, foi a Ori de Erê. Vê aquela intelectual diferentona, é uma página muito interessante. Ela fala, a primeira escola afro-brasileira, a primeira escola afro-brasileira, foi a Afro-Amazônica, que foi a Ori de Erê. (Joana Carmem do Nascimento Machado, 2024).*

Também consideramos essa escola do CEDENPA e para a sociedade uma grande contribuição para a educação antirracista. Abaixo nas imagens três podemos ver algumas fotos que já foram catalogadas pelo CEDENPA, estão disponíveis no canal do *youtube* contando a história dos 30 anos, encontramos imagens dos alunos da primeira escola afro-brasileira amazônica a Ori de Erê, tivemos o cuidado de procurar por ela, tanto a colaboradora 2 quanto a 3 nos contam sobre a escola, então resolvemos demarcar a existência dela aqui.

**Figura 3: Alunos na escola Afro/Amazônica Ori de Erê do CEDENPA**



Fonte: Canal do Youtube do Cedenpa, 2019.

<sup>9</sup> Na verdade o nome da escola é Maria Felipa e ela foi fundada em 2017.

*E hoje, por exemplo, você pega a Eneida, a Eneida está diretora do Bom Pastor, que é uma escola referência para nós na questão da temática das relações étnico-raciais. Entendeu? E ele é tão forte, o Cedenpa, que em 1996, no ano da LDB, né, da 9.394, tu podes fazer essa cronologia aqui dentro da educação, vamos dizer, dessa questão da formalização dessa escola, da educação escolar. Você pega o relatório de 87, que no relatório de 87, tu já tem um apontamento ali de negros e negras do norte e nordeste, **apontando a necessidade da inclusão da história da África, dos africanos**, tal e tal. **E em 96, o Cedenpa faz uma pesquisa, é um livrinho. Ele faz uma pesquisa em 63 escolas da Rede Estadual de Belém. Ele queria saber o aspecto racial, o aspecto do racismo nessas escolas**, e aí ele vai perguntando assim, **na visão do professor, dos estudantes, no livro didático, como era retratado o negro**. O professor fazia **cinco perguntas**, perguntava aos professores, **existe racismo no Brasil? Aí os 100% dos entrevistados disse que sim**. A segunda pergunta era, **você considera o racismo um problema com o Brasil? Os 100% diziam que sim**. Quando perguntava, **você já presenciou uma ação racista na escola que você trabalha ou trabalhou? Esse número caíria para 20%, 17%**. Aí quando eu perguntava, **você conhece nove apelidos dados à pessoa de cor? Todos os 100% subiram os 100%**. Ou seja, **há uma naturalização do racismo, né?** (Joana Carmem do Nascimento Machado, 2024).*

Este dado importantíssimo nos mostra um cenário de relevância para a contribuição deste movimento social para a educação antirracista em nosso Estado, em que, quando é apontado pela interlocutora, a inserção da história da África e dos Africanos no ensino básico é uma preocupação antiga, como datada pelos documentos coletados, a década de 80 é um marco temporal bem relevante na cobrança do movimento negro na efetivação das temáticas raciais.

Assim, abaixo na imagem quatro poderemos contemplar um pouco da faixada da instituição. Assim como algumas imagens que contém as memórias do movimento.

**Figura 4: Faixada atual do CEDENPA**



Fonte: acervo da pesquisa da autora, 2023.

Nessa imagem cinco ao entramos no CEDENPA podemos ver o quadro memória, presente na instituição, ele é escrito a mão, onde estão presentes o ano de constituição, os membros que ajudaram a erguer a instituição.

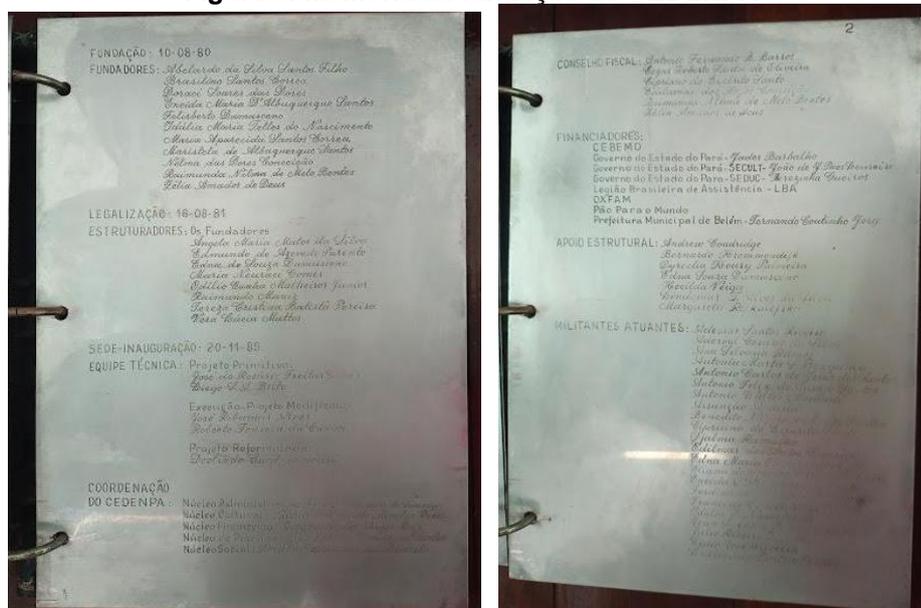
Figura 5: Quadro memória



Fonte: acervo da pesquisa da autora, 2023.

Na imagem seis podemos perceber a memória do ano de fundação, conjuntamente os fundadores, o ano de legalização da instituição, ano de inauguração da sede atual que foi em 1989, assim como os que participaram da equipe técnica.

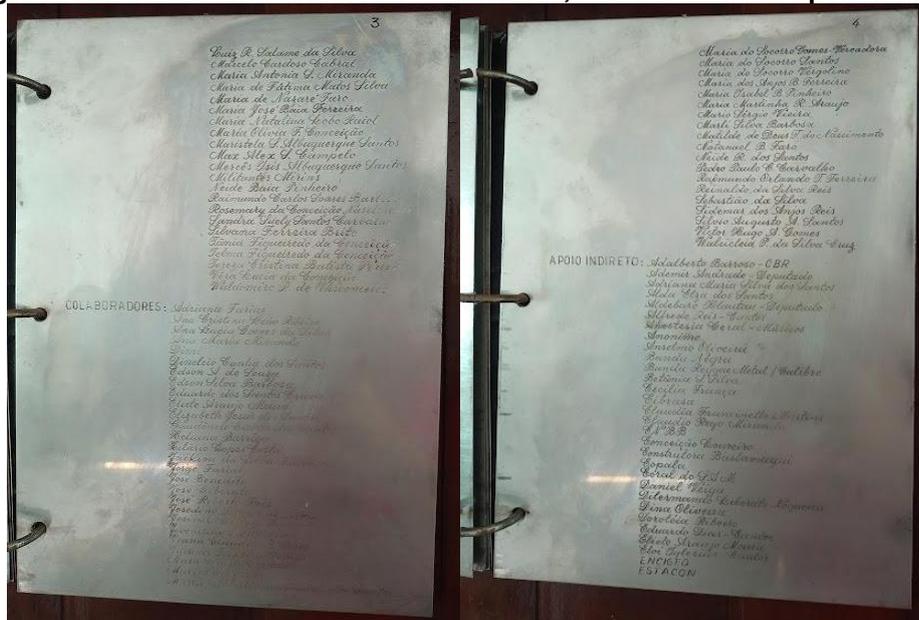
Figura 6: Memória da fundação do CEDENPA



Fonte: acervo da pesquisa da autora, 2023.

Na imagem sete temos a memória dos militantes que estão desde a fundação da institucionalização do movimento no Estado.

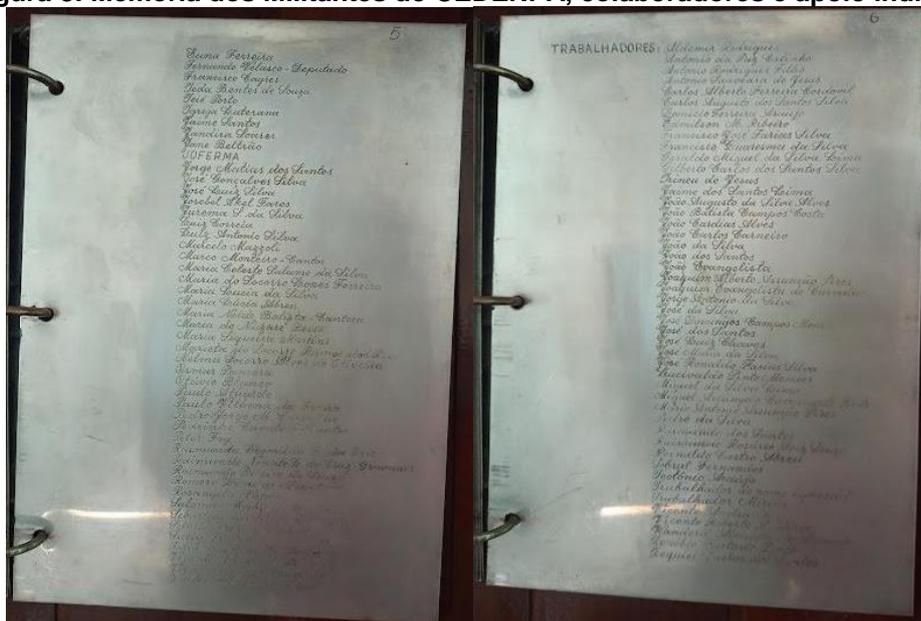
Figura 7: Memória dos Militantes do CEDENPA, colaboradores e apoio indireto



Fonte: acervo da pesquisa da autora, 2023.

Nessa imagem oito podemos perceber algumas das pessoas que ajudaram com o apoio indireto e os trabalhadores que ergueram a instituição.

Figura 8: Memória dos Militantes do CEDENPA, colaboradores e apoio indireto



Fonte: acervo da pesquisa da autora, 2023.

Na imagem nove temos a memória dos trabalhadores e novos militantes do CEDENPA.



movimento, além disso este evento citado pela interlocutora e trazido por nós para nossa dissertação, será um relatório basilar para o movimento, em que, várias discussões foram levantadas e demandas surgiram a partir dele, assim como conquistas serão efetivadas como perceberemos ao ler esse relatório. Dessa maneira, na imagem dez temos a capa do relatório do encontro de Norte e Nordeste.

**Figura 10: Capa do livro sobre o 7º Encontro de Negros do Norte e Nordeste**



Fonte: Livro do 7º encontro de Negros do Norte e Nordeste, 1987.

Este livro é uma compilação do 7º Encontro de Negros do Norte e Nordeste, realizado em Belém do Pará, de 9 a 12 de julho de 1987. O evento foi um marco para a discussão da questão negra no Pará e no Brasil, gerando demandas importantes a partir dos debates realizados. O relatório detalha todo o processo de preparação e organização do encontro, incluindo a arrecadação de fundos para alojamento, alimentação, transporte, materiais, equipamentos, divulgação e serviços.

**Figura 11: Chamada para o encontro do Norte e Nordeste**



Fonte: Livro do 7º encontro de Negros do Norte e Nordeste, 1987.

Nessa imagem podemos perceber os chamamentos da população para participar desse encontro de negros do Norte e Nordeste em Belém.

Na imagem doze temos uma das cartilhas desenvolvidas pelo CEDENPA no ano de 1987, em que ele trabalha a perspectiva política e educacional da vivência racial do movimento.

Figura 12: Cartilha do CEDENPA de novembro de 1987

**PARÁ** porcentagem da população negra 80,4%

**CENTRO DE ESTUDOS E DEFESA DO NEGRO DO PARÁ**

**Zéila Amador de Deus**  
Do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará/CEDENPA

**N**esta minha exposição falarei, especificamente, sobre um trabalho de militância, de luta no dia a dia que vem sendo desenvolvido pelo CEDENPA, entidade que represento, e a única existente em Belém do Pará, criada e fundada por negros. Em 1979, alguns negros começaram a se reunir, propondo-se a criar uma entidade que denunciasses e lutasse contra o racismo. Aos poucos, fomos nos organizando. No início, timidamente, contando, ainda, com um quadro pouco numeroso, passamos a promover manifestações nas datas significativas para a comunidade negra, 20 de Novembro, 13 de Maio.

Apesar no 20 de novembro de 1980, negra já mais estruturada, o grupo resolveu mudar de tática, fazer muito barulho, ocupar todos os espaços disponíveis — Assembleia Legislativa, Câmara dos Vereadores — enfim, se fazer presente.

A importância dessa iniciativa foi tal, que esta data passou a ser considerada como o início do grupo. A partir de então, a despeito do nosso isolamento, começamos a nos integrar com os movimentos negros da região, participando de todos os Encontros de Negros do Norte-Nordeste!

Durante muito tempo se acreditou que, devido à grande miscigenação com o índio, praticamente não existiam negros na Amazônia. Recentemente, em comparação com estados como o Maranhão, a Bahia, alguns poucos. Mas, mesmo assim, há muitos negros, principalmente em determinadas regiões do estado. Alguns estudos<sup>1</sup>, entre os quais destaco especialmente o trabalho de Vicente Sales, *O Negro no Pará*, mostram que o negro se concentra principalmente nos municípios que se dedicavam ao cultivo da cana-de-açúcar e à atividade pecuária.

Estes estudos apontam, também, a existência de muitos mocambos nesta região. Pretendemos, inclusive, realizar um trabalho com os remanescentes desses mocambos que existem, ainda, ao longo do rio Trombetas e em outros lugares do estado. A 90 km de Belém há uma comunidade negra denominada Pitimandua, resquício de um mocambo.

Com o desenvolvimento do nosso trabalho começaram a surgir inúmeras solicitações, principalmente da parte das escolas. Diante de nossa denúncia de que o dia 13 de Maio não devia ser festejado, os professores se sentiam perplexos, não sabendo como proceder nessas ocasiões.

Concomitante, então, a realizar uma série de palestras nas escolas a fim de discutir o negro. No início, esses contatos eram esporádicos, apenas por ocasião das datas de 13 de Maio e de 20 de Novembro. Mas com o correr do tempo as solicitações se avolumaram, colocando-se, para o grupo, a necessidade de se estabelecer estratégias de como agir perante essa nova realidade. Todo esse processo engendrou uma série de preocupações e questionamentos sobre os nossos objetivos, sobre a nossa posição diante da discriminação racial, e, até, sobre a nossa identidade. Inclusive, fizemos uma pesquisa, utilizando-nos de uma amostra composta por 128 negros, com o objetivo de verificar onde se concentra a população negra no Pará, sua opinião e reação face à discriminação e sua posição política.

Interessante que as pessoas entrevistadas, embora negarem terem sofrido discriminações, admitiam terem presenciado atitudes discriminatórias.

<sup>1</sup> As entidades negras do Norte e do Nordeste, desde o ano de 1981, têm se encontrado para discutir suas questões. Os Encontros têm sido realizados sempre no primeiro semestre e são abertos a todos os negros das duas regiões. O primeiro Encontro foi realizado em São Paulo — PA, em 1981; o segundo, em Recife — PE, em 1982; o terceiro, em São Luís — MA, em 1983; o quarto, em Belém — PA, em 1984; o quinto, em Maracá — AL, em 1985; o sexto, em Aracaju — SE, em 1986; o sétimo, na cidade de Belém — PA, em 09 a 12 de julho de 1987.

<sup>2</sup> No momento, pesquisadores da Universidade Federal do Pará estão realizando os seguintes estudos sobre o negro brasileiro: Maria Angélica Mouta — A imprensa negra em São Paulo; Rosa Raveggi — A não-decisão racista no Amazonas; e Anelise Vergolino sobre o queixo negro.

Fonte: Fundação Carlos Chagas, 1987.

Nesta cartilha temos questões que o movimento vinha discutindo, assim como, a confecção de tais documentos que visam desmistificar, explanar a ponto de vista racial no Pará.

Em vista disso, podemos ver a seguir um pouco da Cartilha de 1986 e 1988 foram cartilhas confeccionadas pelo CEDENPA, a fim de tratar de aspectos raciais, com uma perspectiva informativa e ao mesmo tempo uma maneira de trabalhar com aspectos educativos previamente.

**Figura 13: Capa da primeira cartilha**



Fonte: Livro cartilha, 1986.

A imagem treze é da primeira edição que tivemos o privilégio de encontrar no CEDENPA dessa cartilha, abaixo na imagem quatorze temos a segunda edição da cartilha, o conteúdo que consta na primeira, é um registro de como o movimento, já vinda trabalhando na década de 1980 com os fatores étnico-raciais e mais especificamente de como ele pensa a perspectiva educacional e isso torna-se um dos

pontos cruciais tanto para esse movimento que se estabelece no nosso estado quanto para o movimento negro nacional.

**Figura 14: Livro cartilha do CEDENPA 1988**

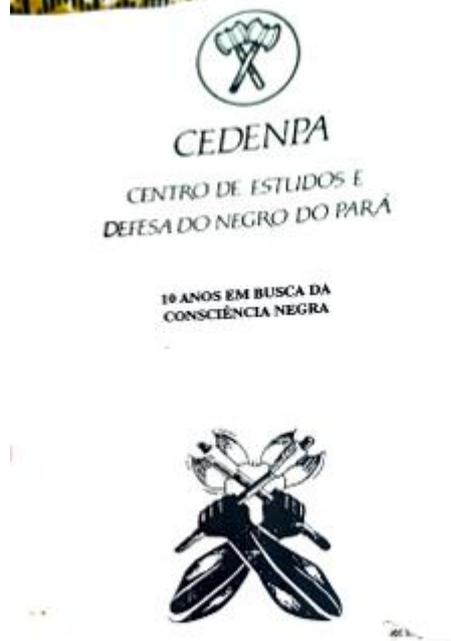


Fonte: Cartilha de 1988

Essa cartilha foi confeccionada sua primeira edição em 1986 e segunda edição em 1988 foi a utilizada no nosso trabalho. Nela podemos perceber ao longo da leitura certa preocupação do CEDENPA, com a forma com que a história da escravização de negros vem sendo repassada naquele dado momento, mas que se constitui uma preocupação antiga e ao mesmo tempo atual, à medida que, percebemos tais modificações acontecerem, mas de forma lenta, ainda na contemporaneidade está ocorrendo.

Desse modo, a seguir na imagem quinze tivemos também a oportunidade de conhecer o livro dos dez anos do CEDENPA, ele conta aspectos relevantes de sua história, suas primeiras sedes antes mesmo de se instalarem no espaço atual, de como trabalharam nesses dez anos. É um documento bem antigo, em que, não conseguimos identificar o ano de produção ele é um livreto fininho, mas que consideramos importante demarcar sua existência.

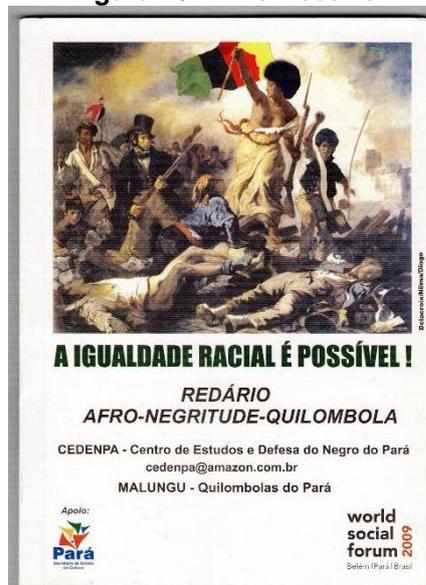
Figura 15: Livreto de dez anos do Cedenpa



Fonte: livreto de dez anos do Cedenpa,

Desse modo, o livro a seguir na imagem dezesseis é uma parceria CEDENPA e MALUNGU, de 2009, ele é essencialmente informativo, conta com dados sobre o que é afro, sobre o que é negritude, o que é quilombola. Abaixo tem uma imagem do livro.

Figura 16: Livro Redário



Fonte: Livro a igualdade racial é possível, 2009.

Inicialmente o livro traz alguns elementos que foram tratados no fórum social mundial de 2009 ocorrido em Belém-PA, pelo que lemos e para o período em que o livro foi projetado, ele serviu como uma maneira de maior alcance da população

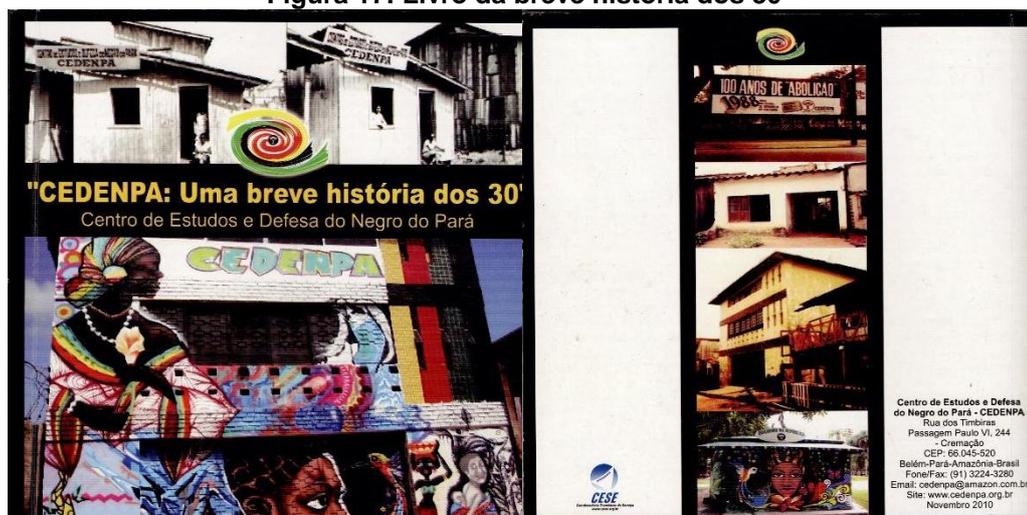
quilombola, daqueles que não tinham tanto acesso à internet, um verdadeiro informativo. Por exemplo:

Negritude: foi um movimento que vários africanos negros (principalmente que moravam na Europa) criaram para valorizar a África, como merecia e merece. Aqui ele a palavra é usada para reforçar o valor da população negra, tudo que ela produz e estimular a população negra a gostar de suas origens, de seu modo de ser, inclusive sua cor, seus cabelos, seus traços faciais (e de todo seu corpo). Entretanto, negritude também pode ser entendida como toda a resistência secular do povo negro para reagir ao sistema de escravidão que lhes foi imposto. Nesta linha, a formação de quilombos é um ato de negritude. (Cedenpa; Malungu, 2009, p.7).

Desse modo, é um livro que traz também elementos sobre o que é a população negra, assim como ela vem apresentando o que é Amazônia, sua divisão territorial, aspectos de sua fauna e flora, além disso a Pan-Amazônia, ou seja, os países que fazem divisa com o Brasil, que também abarcam elementos da Amazônia.

Na imagem dezessete temos a capa do livro que conta a breve história dos trinta anos do CEDENPA, lançado em 2010.

Figura 17: Livro da breve história dos 30



Fonte: Livro da breve história dos 30, 2010.

Este livro conta uma breve história dos trinta anos do CEDENPA no Pará, traz elementos sobre os primeiros locais de implantação, os diálogos, sobre alguns ativistas que estão à frente, assim como diz-nos que:

Apesar de nossos esforços temos de reconhecer que nossas ações não alcançaram, até aqui, um impacto correspondente a tais esforços. Entretanto, o fato de termos conseguido que fossem montados "espaços" específicos para tratar do racismo e discriminação raciais no sistema educacional público (Semec-Belém e Seduc-Pará), pode ser tido como grande avanço, até porque ocorreu antes da aprovação da Lei 10.639/03. Além disso, podemos destacar que a aprovação das cotas sociais na Universidade Federal do Pará (UFPA), apesar de não ter sido, de todo, satisfatória (queríamos cotas raciais), tem tido impacto e pode ser creditada a uma forte pressão do Cedenpa (e do Grupo de Estudos Afro-Amazônico). (Livro breve história dos 30 por profª Creusa Santos, 2010, p. 38). (Grifo nosso).

Assim, o livro lançado em 2010 ele conta os trinta anos do (CEDENPA) no Pará suas ações e movimentações para modificações de realidades, assim como temos alguns militantes que expressam suas memórias nesse livro contando suas trajetórias de resistências no nosso estado, como exemplo desta fala acima que corresponde a um dos marcos desse movimento na região, mas que se projeta para o âmbito nacional, a demarcação no espaço educacional, que constituirá como um dos fatores para se repensar e dialogar aspectos raciais, atravessados por exemplo pelas questões de raça, gênero, etnia e classe.

#### 4.1 ENTREVISTAS E DADOS PRESENTES

A nossa pesquisa no que tange aos interlocutores/ colaboradores do trabalho, obedeceu aos critérios do comitê de ética, diante da apresentação do TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e assim todos os que ajudaram na realização desta pesquisa aprovaram as possíveis reverberações, como publicação de artigos em revista da nossa dissertação. Por isso, e também uma maneira de trazer as vozes dessas pessoas importantes no nosso trabalho, utilizaremos seus nomes, com seus consentimentos assinados e declarados no termo de compromisso.

Desse modo, como citado no início dessa pesquisa de que contamos com menos de um ano para executar o trabalho, procuramos por fontes orais de transmitissem um conhecimento sobre a história do CEDENPA foi uma busca que se inicia ainda no ano de 2023 por volta de outubro. Dessa forma chegamos a três interlocutores da pesquisa que são: Amilton Gonçalves Sá Barreto; Neide Baia Pinheiro Lourenço e Joana Carmem do Nascimento Machado.

Tabela 11: Interlocutores/ colaboradores da pesquisa

Interlocutor/ colaborador 1	<p><b>Amilton Gonçalves Sá Barreto</b></p> <p>Militante do CEDENPA;</p> <p>Atualmente está à frente da coordenação de educação quilombola e promoção da Igualdade Racial (COPIR) da Seduc (PA);</p> <p>Técnico da Seduc (PA);</p> <p>Mestrando;</p>
Interlocutora/ colaboradora 2	<p><b>Neide Baia Pinheiro Lourenço</b></p> <p>Militante do CEDENPA;</p> <p>Uma das Fundadoras;</p>

	Atualmente compõem a coordenação do CEDENPA; Tem formação até curso técnico;
Interlocutora/ colaboradora 3	<b>Joana Carmem do Nascimento Machado</b> Educadora do Estado; Militante do CEDENPA; Atualmente a frente da coordenaria de Educação do campo, das Águas e das Floresta; Doutora em Educação.

Fonte: acervo da pesquisa 2024.

Uma das primeiras entrevistas aconteceu ainda em outubro de 2023, em que, por meio da parceria de amigos que fazem parte do grupo de pesquisa “EDUQ em quilombos”, tivemos a oportunidade de conhecer e escutar o interlocutor/colaborador 1 na Secretária de Educação do Estado do Pará, trabalha à frente da coordenação de educação quilombola e promoção da Igualdade Racial (COPIR) da Seduc (PA);

Em vista disso, conversamos com a interlocutora/ colaboradora 2, no mês de novembro de 2023, militante do CEDENPA, desde de sua fundação na década de 1980, ela conta como foi sua chegada neste lugar. Desse modo, ela começa a participar por meio de sua irmã, mas como uma forma de saber o que sua irmã mais velha estava fazendo.

Desse modo, chegamos à interlocutora/ colaboradora 3, no mês de maio de 2024, trabalhadora da (SEDUC), desenvolve um trabalho hoje com os povos das águas e das florestas, mas tem uma longa caminhada de militância do movimento, diante da concepção racial e quilombola. Assim, além disso ela estudou um pouco o CEDENPA, e tem certo conhecimento da história do movimento, uma proximidade com os mais antigos, e ela nos conta coisas valiosas para nossa pesquisa.

Para melhor visualizarmos alguns dos levantamentos de dados vistos na pesquisa resolvemos separa-los por eixos a seguir.

#### 4.1.1 CAMPO POLÍTICO EDUCATIVO, VIVÊNCIAS E RACIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ANTIRRACISTA E AFRO DIÁSPORICAS

Assim, como podemos perceber doravante em 1987 uma preocupação da forma com que o negro era tratado na sociedade brasileira, em particular no Norte e

Nordeste, haja vista que, o encontro do Norte e Nordeste é marcado principalmente por participantes dessas duas regiões do Brasil, considerando dessa maneira as contribuições e discussão que saíram deste evento se transmitirem em alguns campos de atuação do CEDENPA no estado, além disso um destaque no campo nacional. Desse modo:

Em vista do racismo anti-negro existente (óbvio pois se não existisse não haveria necessidade de se organizar Entidades de combate ao mesmo) encontramos uma série de dificuldades, principalmente com relação aos contatos com a rede privada e, inclusive, com setores da igreja católica—outras igrejas nem foram tentadas. (CEDENPA, 1987, p.4). (Grifo nosso).

O racismo anti-negro será um dos elementos levantados pelo CEDENPA ao longo de sua caminhada, pois, em cartilhas e panfletos essa caracterização será vista, como da citação acima trazida, é uma forma de demonstrar como o negro era e é percebido na sociedade, para o movimento, é uma maneira de combate as discriminações sofridas pelo povo negro.

Infere-se dessa maneira que a questão do negro na década de 1980 se materializa de fatores que na atualidade ainda se apresentam, como por exemplo: a discriminação, o racismo por conta da cor da pele, não são somente esses, são os que mais se manifestam na sociedade brasileira. Desse modo, o CEDENPA buscou mobilizar a sociedade para ir conhecer, discutir e trazer contribuições e demandas para tais questões.

com o intuito não somente de mobilizar os negros do Estado para o Encontro, mas também para divulgar nossas lutas, a comissão foi montada com certa antecedência. Foi usada principalmente a divulgação através de rádio-difusão, por ser o veículo de comunicação mais popular. (CEDENPA, 1987, p.7).

Deste modo, outra frente de combate desde esse período é a preocupação ímpar com a condição da mulher negra, haja vista que, para a mulherada de forma geral para esse tempo era uma sociedade extremamente patriarcal, em que, a mulher não tinha e não ocupava tantos espaços na sociedade, sendo na maioria das vezes sendo obrigada a condição de dona de casa, cuidar dos filhos e da família, assim, para a mulher negra as adversidades são ainda maiores, além de ter todas essas responsabilidades, tem que enfrentar aspectos como gênero, racismo, discriminação e o patriarcado.

São pontos de vistas que vem sendo debatidos para o movimento: “[...“Questão da Mulher Negra”, Proposta para o “Cem Anos da Abolição” e “CEDENPA —uma auto-avaliação”. Foi distribuído também um cartaz “Consciência Negra no

Brasil” e cópia reduzida do mesmo”...]. (CEDENPA, 1987, p. 9). (Grifo nosso). Ao que tudo indica essa revisão dos 100 anos de abolição, relaciona-se à perspectiva de que para o movimento essa data (dia 15 de maio) não representa e não contempla em sua totalidade o povo negro, mas sim, para estes, é um dia de manifestações de lutas, de combate, para mostra a verdadeira história do povo negro.

Em suma, neste relatório é possível contemplar um pouco sobre algumas reivindicações propostas pelo movimento negro, sugestões que versam sobre a perspectiva educacional, assim como a modificação da história que vem sendo repassada sobre os negros. Assim:

Proposta 2—Atuação do MOVINE junto projeto Educação da Fundação Roberto Marinho (CEDENPA, 1987, p. 16).

Sugestão 1— Criação de cursos pedagógicos e/ou núcleos de estudos em bairros periféricos, para informação do negro quanto a história e realidade em que se vive. (CEDENPA, 1987, p.16).

Ao que percebemos a sugestão um sai desse encontro do Norte e Nordeste, ela vai se tornar uma forma de formação continuada para educadores que atuam na educação básica, no entanto, ainda há um distanciamento no tange a essa perspectiva, ao passo que a qualificação para saber atuar e saber trabalhar com a questão racial ainda é muito isolada, em que, não é a visão de todos os educadores precisamos saber trabalhar e fazer valer a Lei 10.639/2003. Desse modo, ao ***perguntamos ao interlocutor/colaborador 1 como se iniciou essa parceria da (SEDUC) com o (CEDENPA)? ele aponta que:***

*Foi o CEDENPA que criou, então foi o CEDENPA que procurou o governo, procurou a Secretaria de Educação, para a Secretaria de Educação criar um setor específico para trabalhar educação para relações educacionais. Antes disso, o CEDENPA já estava nas escolas desenvolvendo projetos de educação antirracista. (Amilton Gonçalves de Sá Barreto, 2023).*

Esse dado nos mostra o movimento fazendo cobranças à Secretaria de Educação do Estado, desse modo, não há parceria entre o CEDENPA e a SEDUC, isso já na década de 2000, não obstante se percebe uma preocupação antiga do CEDENPA para com esses temas e problemas, em que já nas décadas anteriores vinham trabalhando no campo educacional. Assim como é um dado revelador de que quase sempre as demandas que envolvem o campo racial não surgem de forma pacífica, mas com cobranças do movimento negro em prol de mudanças e foi assim no caso da inserção do CEDENPA na SEDUC, configura-se com uma posição de demarcação daquele espaço, por meio dele e possível vislumbrar um trabalho no

campo educacional para uma abordagem com as perspectivas antirracistas pensadas pelo movimento.

Destarte, isso é uma preocupação antiga e ao mesmo tempo atravessada pelas décadas, no que diz respeito, a história que vem sendo ensinada e repassada sobre os negros, relacionada a escravização. Ou melhor, o que se ensina de maneira geral ainda, é voltada para uma concepção da maneira com que o colonizador via, percebia e enxergava o negro e o indígena em nossa sociedade, fato este que poucas coisas foram modificadas, consiste o não cuidado escolar com que está sendo ensinado e repassado como História geral, de não rompimento com essas ideias, ou, o papel do educador que pouco tenta modificar essas visões, partindo do pressuposto de que a Lei 10.639/2003, completou seus vinte um anos de existência, tais práticas eram para terem sumidas, haja vista, os tempos mudaram e as concepções outrora aceitas hoje não podem ser tidas mais como normais, esses paradigmas foram rompidos e isso precisa de fato ser percebido e aplicado de maneira modificada em nossa sociedade.

Assim, o CEDENPA no passado estava caminhando para deixar sua contribuição e marca nas escolas do estado, promovendo um combate ao racismo e à desigualdade social e racial, como o exemplo a seguir:

*Eu coordenei uma ou duas escolas sem racismo e escolas públicas sem racismo. Foram dois projetos que nós trabalhamos na rede municipal e na rede estadual. O último foi Escola Pública Sem Racismo, que eu acho que foi o que eu coordenei. Tem muitos anos e não me lembro. (Amilton Gonçalves de Sá Barreto, 2023).*

Logo, a contribuição ímpar desempenhada por esse colaborador no combate ao racismo a discriminação na escola, enquanto militante do CEDENPA com um diferencial muito grande em praticar e buscar mudanças no campo educacional. Por isso, é válido demais quando ele cita que fez um trabalho dentro das escolas públicas do estado voltada para o prisma do combate ao racismo, além disso é uma forma de compreender que o movimento enxergava essa problemática e ao mesmo tempo vai atuar nessa frente de combate. Ele, nos aponta também:

*A partir da experiência desses projetos na escola, o que é que a gente percebeu? O trabalho tinha que ser institucionalizado. **A educação antirracista, ela precisava, precisa ser institucionalizada.** E é aí que a gente procura o governo, que a gente procura a SEDUC para a SEDUC criar esse setor específico. (Amilton Gonçalves Sá Barreto, 2023).*

Esse relato trazido pelo interlocutor mostra um dado importante quanto a modificação e entendimento de como deveriam ser as formas de trabalho do movimento para atingir essa perspectiva antirracista, por exemplo, eles vinham

fazendo seu trabalho mas de forma isolada sem o amparo da secretaria de educação, mas nesse determinado momento compreenderam a necessidade de articular essas frentes de abordagens, para assim ter um impacto notável, atingir um público maior, também uma maneira de reivindicar e cobrar os meios educacionais e os que estão nas pontas desses processos, os educadores.

A caminhada é árdua e envolve uma coletividade engajada, representando uma demanda dessa comunidade negra e uma articulação política para que efetivamente houvesse essa conquista de espaço reservado às solicitações raciais do movimento negro dentro da SEDUC. Assim:

*Não foi uma coisa muito fácil. A gente precisou fazer muitas costuras, costurar com deputado, costurar com senador, com deputado federal para ser atendido, sabe? Pegar no pé da {Zélia Amador de Deus}, para pegar no pé do Nilson Pinto<sup>10</sup>, que era o secretário de promoção social na época, para falar com a {Isabel Amazonas}, que era a secretária de educação para nos atender. Até que a gente consegue uma audiência com o Nilson Pinto, com a Isabel Amazonas, nessa época. (Amilton Gonçalves Sá de Barreto, 2023).*

O interlocutor conjuntamente ao movimento buscou meios legais para efetivação desse local específico voltado para a educação antirracista. Observa-se ao longo das últimas décadas uma maior atuação dos movimentos em geral, mas especialmente do movimento negro cobrando suas reivindicações, é uma importante ferramenta social na efetivação de sociedade que queremos.

Um dado a salienta é que estavam havendo discussões acerca da implantação desse espaço dentro da SEDUC por volta dos anos 2000, mas ainda estava em desenvolvimento pois:

*Eu não trabalhava num lugar específico, estava chegando da licença sem vencimento, estava chegando da Europa, inclusive. E estava jogado lá embaixo, no Serviço Médico, sem saber nada, mas eu sabia que estava acontecendo a audiência e até que mandaram me chamar. Quando eu cheguei na reunião, já tinham consensurado que iam criar o setor e eu fui indicado para dar cor ao setor, que era a sessão técnico-pedagógica de relações raciais. (Amilton Gonçalves de Sá Barreto, 2023).*

Essa caminhada do interlocutor na materialização desse espaço voltados para as relações raciais, é importante seu relato, ao passo que, ele foi escolhido pelo CEDENPA para ocupar esse lugar, além disso ele vai atuar nessa educação racial, buscando mecanismo de luta e de conscientização desde a década dos anos 2000.

---

<sup>10</sup> No site da Câmara encontra-se a fala de que o Deputado Nilson Pinto na época “Licenciou-se do mandato de Deputado Federal na Legislatura 1999-2003, para exercer o cargo de Secretário Especial de Promoção Social do Estado do Pará, de 5 de março de 2001 a 8 de abril de 2002”.

*E aí comecei a lutar pela criação de um ato institucional interno, para dizer que a [Isabel Amazonas] saiu e não instituiu esse ato, que seria uma portaria interna criando o setor. E fui trabalhar dentro da diretoria de ensino, da extinta diretoria de ensino, divisão de currículo, que hoje é a secretaria de educação básica, tinha uma divisão de currículo, e dentro da divisão de currículo tinha as sessões específicas. Essa sessão técnico-pedagógica de relações raciais foi para a divisão de currículo. E ali que eu comecei a fazer os primeiros trabalhos. (Amilton Gonçalves de Sá Barreto, 2023).*

Nesse sentido, a luta por um espaço específico para desenvolvimento do trabalho voltado a aspectos raciais, começa na sessão técnico-pedagógica da SEDUC, com pouca experiência no setor institucional, pois vinha do CEDENPA e do trabalho escolar em sala de aula, não obstante, percebemos a garra desse colaborador em ir em frente mesmo diante das adversidades, dos empecilhos que é estar à frente de lutar por espaço que beneficie o povo brasileiro.

*Foi assim uma coisa interessante, porque eu era Movimento Negro, e aqui eu era funcionário da área de arte e educação. E eu era de escola, trabalhei 9 anos com artes nos anos iniciais. Então eu não tinha muita experiência com esse trabalho de educação antirracista, porque a gente não falava de educação antirracista, nem educação para relações étnicas e raciais antigamente, era a promoção da igualdade racial que a gente falava mais com o recorte educacional, e eu não sabia como fazer isso institucionalmente, a gente não tinha diretriz, a gente não tinha leis, não tinha nada. (Amilton Gonçalves de Sá Barreto, 2023).*

Nessa ótica, algo importante a ser destacado é a Lei 10.639/2003 ser sancionada nacionalmente, este setor dentro da SEDUC, já existia, já vinham trabalhando com as questões étnico-raciais antes de ter uma legislação que a tornasse obrigatório. Isso mostra a importância do movimento negro para a conquista, formulação e implementação de políticas públicas, além disso a vanguarda do CEDENPA no tocante ao trabalho educacional e racial no cenário estadual, ele se projeta para o âmbito nacional, considerando o caminhar deste movimento e a articulação de negros e negras coletivamente buscando meios de combate dos aspectos raciais. Desse modo:

*Quando a 10.639 é sancionada em 2003, a gente já está há dois anos e meses aqui, a gente já existia, então a lei, ela veio nos fortalecer, e aí eu comecei trabalhando aqui muito com a cabeça de movimento, era uma mesa redonda como essa, uma cadeira que era eu, e eu disse, meu Deus, como é que eu vou fazer, por onde eu vou começar, **a primeira coisa é que preciso de gente, e aí quem vem trabalhar? Não pode contratar ninguém, então tinha que chamar gente de escola que pudesse vir para cá. Então foi a ideia, pegar o pessoal do CEDENPA, que já era funcionário, que já era de escola, para vir para cá, ninguém queria vir porque sair de sala de aula para vir para cá, perde dinheiro...** Até que eu achei duas colegas, que é a Rosângela, que não está mais na rede hoje, **(pergunta: se aposentou?)** Não, ela saiu da rede porque ela era temporária, ela saiu em 2009, E ficou aí [Rosângela e a Odalícia], e a gente começou a trabalhar, mas assim, a gente*

*foi aprendendo a trabalhar institucionalmente. (Amilton Gonçalves Sá Barreto, 2023).*

Sob esse olhar, mesmo sem tantos recursos e pessoas, pudessem estar auxiliando nesse trabalho, o CEDENPA teve um fator preponderante nessa inserção de pessoas tanto funcionários da SEDUC, quanto participante do movimento, para que tivessem de certa forma pensamentos afins, na tomada de posicionamento quanto à questão racial escolar e sua política educacional e procurando aprender com os erros no processo de gestão.

***Para você ter uma ideia, o que marca a criação desse setor aqui na SEDUC é 21 de março de 2000, que nós criamos a época, hoje a gente chama de CARD, à época a gente criou um folheto falando para as pessoas sobre o dia 21 de março, eu não sei se a gente falava de escola, isso aí que a gente botava lá embaixo se essa é um técnico pedagógico, se ela fez acerto. E a gente foi entregar para as pessoas na entrada da SEDUC, para a SEDUC entender que nós estávamos aqui, o que era que era esse dia e tal. E aí cada dia que a gente ia vivendo, a gente ia entendendo que a gente estava trabalhando errado, por onde era que a gente tinha que ir, qual era o caminho que o trabalho da gente era currículo, porque o trabalho da gente era formação de professor, era um livro didático, então a gente foi aprendendo isso, devagar. (Amilton Gonçalves Sá Barreto, 2023).***

O marco de 21 de março de 2000 nos dá um dado importante, haja vista, a preocupação e caminhar do CEDENPA com fatores educacionais, a contemplação dos assuntos raciais na educação, se fazer presente nessa data, dialogando justamente sobre elementos de cunho étnico-racial, constituem como um momento importantíssimo para o movimento, uma conquista de um espaço estratégico para representatividade racial, antecedendo a Lei 10.639/2003, um marco nacional para todos nós.

Por esse ângulo, é importante a compreensão trazida pelo interlocutor, essa concepção de trabalho voltada para a escola, conjuntamente a perspectiva racial, foi um caminhar longo e de modificações para realmente se trabalhar com o assunto. Por exemplo, a necessidade de estar inserido no currículo, na formação de professores e no livro didático, aspectos étnico-raciais, mas somente ser inserido, não quer dizer que irão trabalhar, é importante essa verificação contínua do que está sendo feito e do que precisa ser modificado e adaptado ao longo do tempo. Desse modo:

*Aí vem a lei, o que é que ajudou mais a gente? A gente fez um evento, não sei se foi 20 de novembro ou 13 de maio, que nós reunimos 500 ou foi 550 professores no auditório do Sousa Franco, um evento assim, muitíssimo, interessante. Nesse evento, foi dois dias e meio ou três, a gente fez trabalho de grupo. (Amilton Gonçalves Sá Barreto, 2023).*

Os procedimentos e capacitações de professores para o trato com assuntos étnico-raciais na escola, vão ser um dos elementos basilares na caminhada deste militante do CEDENPA esse interlocutor desempenhou um trabalho grandioso de cuidado com essa temática e ainda executa, pois ele continua a fazer o trabalho com esses assuntos dentro da secretaria de educação do estado. Em que:

*E aí a gente conseguiu reunir esses professores, na época, não era ainda por área de conhecimento, mas a gente reuniu assim, História, Geografia, a gente reuniu Física e Matemática, a gente reuniu Biologia, Ciências e Química e tal. Isso é que a gente foi reunindo os professores, e os professores foram dialogando, olhando para o próprio umbigo, na premissa das suas áreas, como é que isso ia ser trabalhado, e olha que não tinha lei, a gente não tinha obrigatoriedade no âmbito do currículo, mas a gente já estava fazendo isso pela nossa experiência de **Movimento Negro, até porque a lei, a Resolução 01, que regulamenta a lei, é fruto do trabalho do Movimento Negro. Então, o que eu estava fazendo é o que veio para dentro da Resolução, que já era o que o Movimento Negro fazia, dialogava, que tinha que ser assim, sabe, que tinha que ser pela educação, que é a educação que vai fazer enfrentamento ao racismo, e tudo isso é o que está na regulamentação.** (Amilton Gonçalves Sá Barreto, 2023).*

Não obstante, o colaborar diz ser fruto desse cuidado com aspectos raciais a contribuição do movimento negro já dialogando, traçando enfrentamento ao racismo, especialmente a perspectiva educacional.

*E aí, isso gerou um relatório, que eu acho que aqui tem, mas eu tenho esse livro em casa, e esse relatório, do início da década de 2000, sabe, é que norteou o nosso trabalho, e se você pegar esse relatório hoje, ele ainda é vivo, ele ainda é, como se fosse agora, eu vou até ver se eu acho ele em casa, porque aqui teria que desarrumar tudo para achar. Eu distribuí, mas eu deixei os exemplares para a gente ver aqui. Então, ele é, você pega esse relatório, ele é um relatório vivo ainda, né? (Amilton Gonçalves Sá Barreto, 2023).*

O interlocutor diz que com esse evento saiu um relatório, que se tornou um norteador do trabalho deles com os aspectos raciais, compreendendo desse modo o trabalho com a dinâmica étnico-racial constitui-se de um aspecto mais prático, pois é permeado pelo vivenciar, daquilo que dará certo ou não para determinada realidade. Desse modo, observamos para além da ideia de Gomes (2017) que aponta o movimento negro ser quem recoloca a discussão racial no Brasil, é uma das grandes contribuições, mas acreditamos que essa perspectiva é ainda distante, ao passo que nem sempre, ou, dificilmente esse debate esteve em discussão, por isso, compreendemos essa abordagem nunca ser prioridade no país, mas ela vem ganhado força principalmente com articulação dos movimentos negros, que lutam

coletivamente para que isso seja continuamente debatido e revisto, pois ainda buscamos a equidade racial.

Um dado importante é de a Lei 10.639/2003 ela vir para fortalecer as ações nessa área dentro da SEDUC, vinham priorizando uma educação antirracista, assim como ele nos conta o processo de como se estrutura esse espaço hoje dentro da Secretária de Educação, tem vertente que trabalha com a Educação Escolar Quilombola e Povos das águas e das florestas.

*E aí, quando foi em 2003, veio a lei, a lei fortaleceu a COPI, que não era a COPI, em 2006, a [Rosa cunha [Secretária de Educação no governo de Simão Jatene (PSDB)], ela reestrutura a SEDUC, e na reestruturação da SEDUC, aí cria-se a Sessão Técnica Pedagógica, ela sai de Sessão Técnica Pedagógica para a Coordenadoria da Educação para a Promoção da Igualdade Racial, que hoje é Escolar Quilombola e Promoção da Igualdade Racial. E aí, pronto, né? Com essa nomenclatura de coordenadoria, a gente passa a ter financiamento específico, códigos dentro do sistema da Secretaria da Educação, enfim, plano de trabalho no sistema de um ano para outro, mas tudo isso foi o CEDENPA. (Amilton Gonçalves Sá Barreto, 2023).*

O espaço hoje denominado de COPIR - Coordenadoria de Promoção de Igualdade Racial, somos apresentados no avançar da implantação desse espaço. Além disso, a mobilização do próprio CEDENPA, à frente da materialização desse lugar, por meio do cuidado por exemplo, de buscar uma assessoria de educação que visasse trabalhar com os fatores que perpassam as questões raciais e educação.

*E aí, durante, ao longo dos anos, como a gente era de uma fragilidade de tamanho no começo, o que é que o CEDENPA fez? O CEDENPA tinha um projeto que era financiado por uma organização alemã chamada Brot für die Welt (Pão para o Mundo), e essa ONG alemã, ela financiava as ações do CEDENPA. E aí o CEDENPA pagava, uma assessoria de educação, que essa assessoria de educação deveria nos apoiar, ou apoiada, que era a nossa colega, que era a assessora. (Amilton Gonçalves Sá Barreto, 2023).*

É interessante perceber a trajetória desse espaço de suas lutas para a efetivação desse local específico, por exemplo, as vivências de movimento trazidas para dentro desse lugar de educação ou até uma curiosidade da sua chegada nesse ambiente, quando o mesmo tinha dificuldades com trabalho institucional, mas ao avançar eles foram aprendendo.

*Mas assim, a gente andou, a gente andou, **mas eu peguei toda a minha perspicácia de Movimento Negro e botei aqui dentro, e com a minha vivência já de funcionário, fui chefe de arte e educação durante muitos anos, aí eu fui associando essa experiência institucional, uma experiência de Movimento Negro, e eu não sabia fazer um memorando, eu não sabia despachar um processo. E foi aprendendo, aprendendo, aprendendo, aprendendo, aprendendo. E aí depois o CEDENPA foi se saindo mais, porque viu que a gente já tava, mas ainda hoje as nossas ações são dialogadas com o CEDENPA. Tudo eu digo, olha, o que vocês acham disso, vamos fazer isso, brigo, eu digo, olha, a gente está sozinho lá e***

***vocês ficam cobrando, aí, o que a COPI está fazendo? Vocês vão lá saber?*** (Amilton Gonçalves Sá Barreto, 2023).

Um outro ponto importante ressaltado é eles normalmente dialogarem com o CEDENPA, as ações a serem executadas desde o início, além disso é interessante quando nos diz assim **“a gente está sozinho lá e vocês ficam cobrando, aí, o que a COPIR está fazendo?”**. Nesse ponto, é importante como o movimento está fazendo jus as cobranças de elementos que dizem respeito a perspectiva étnico-racial educacional, é válida essa cobrança ativa, mas também ver se estão sendo respeitadas as diretrizes pensadas e implementadas para educação das relações étnico-raciais.

É significativo registrar que a ocupação desses espaços institucionais do poder público pelos movimentos sociais é atravessada por conflitos, posto as correlações de poder (a depender de cada gestão e contexto histórico) que marcam interna e externamente essa instituição e dentro do próprio movimento. O movimento trava uma luta histórica por reconhecimento e, assim, ajuda a escancarar as contradições e conflitos no Estado e na sociedade brasileira que se negam a reconhecer tais demandas. Ao conseguir trazer suas demandas para dentro do campo institucional e fazer com que elas avancem em sua materialização, essas ações e políticas, protagonizadas por esses sujeitos coletivos, ajudam a educar e a democratizar o poder público e a sociedade sob uma outra perspectiva, podemos identificar como antirracista e anticolonial, o que sugere um processo descolonial em movimento dessas relações e instituições.

É valioso também o que a interlocutora 3 aponta, é militante e tem esse conhecimento que diz respeito à perspectiva educacional e o que vem a ser essa consciência política por meio do movimento. Corrobora com que Gomes (2017) fala o movimento negro torna esses negros e negras pessoas políticas e de conhecimentos. Desse modo, alcançamos tal posição não por ser um caminhar fácil, mas por chegar a um determinado ponto e começar percebe-se e enxerga-se como pessoa preta que somos, a partir daí experienciamos a compreender tudo aquilo que nos cerca, todos os tipos de exclusões sofridas por nós e pelos nossos iguais, e por meio disso, acabamos por nos posicionar politicamente e buscamos estudar e conhecer mais sobre os nossos.

A educação como sendo relevante é por excelência ancestral, no que concerne a história de nossos ancestrais da África, e o quanto isso é uma forma de tomada de

consciência política que também se constitui e é educativo, pois ao mesmo tempo que o movimento coloca essas abordagens de conhecimentos acerca da ancestralidade e da África, ele acaba educando aos que estão ao redor, e isso é um círculo que necessita ser repassado. Assim:

*E a importância do CEDENPA, por exemplo, no processo de redemocratização do Estado brasileiro, eu vou achar, mas anota aí, por exemplo, ele nasce em 80, em 85 tu tens o Encontro Raízes Negras, que já é o principiar da organização das comunidades quilombolas, aí a minha dissertação trago um pouco disso, minha dissertação, o {Amaral}, a dissertação do Amaral, que ele vai falando desse movimento, que o {Alfredo Wagner Berno de Almeida}, vai falar desse movimento nacional, mas aí o CEDENPA impulsionando também essa organização, porque eu pesquisei lá no CEDENPA as fotos dos cartazes dos Encontros Raízes Negras.*

**-Pergunta que surgiu na hora: Então o nosso movimento aqui estava muito mais articulado do que o nacional? Ele se articulava tão quanto, mas na Amazônia é o primeiro. É o primeiro. É o primeiro, e muito com o CCN no Maranhão.**<sup>11</sup> (Joana Carmem do Nascimento Machado, 2024).

Desse modo, a interlocutora aponta para elementos importantes como por exemplo a fala com relação ao livro produzido que pretendia identificar aspectos do racismo. No livro foi realizada uma pesquisa em escolas de Belém, e buscando saber a visão de professores e alunos quanto ao racismo, e então, são feitas perguntas e as respostas apontam para uma visão de naturalização do racismo, onde ele acontece, sabe que existe, mas ao mesmo tempo nem sempre se tem uma identificação dele.

***A escola não olha, não percebe. E o que é mais gritante? Isso é 96, né? Que tem o artigo 26, que na história do Brasil se levará em conta a participação das três matrizes formadoras. Eu faço isso, eu repito isso hoje nas formações, e o quadro se mantém estático, com a 10.639. Na visão do aluno, pegava fotos de pessoas brancas e de pessoas negras e um hall de profissões. Médico, engenheiro, não sei o quê, lixeiro, babá, babá, babá. Perguntava para os alunos que profissões eles achavam que essas pessoas exerciam. Aí eles iam colocar, colocava os negros, os lixeiros, os negros nessas profissões e os brancos naturalmente nas outras posições. Em 2019, eu volto do doutorado e vou para uma escola. E aí o primeiro ano do ensino médio, os meninos vindo assim, eles ainda estavam chamando de tia, a tia falava, tia não, professora, sim, tia não. Numa das nossas conversas, eu propus que esses meninos do primeiro ano fizessem o aspecto, eu primeiro fiz com eles, apresentei o relatório lá de 96, eles ficaram o primeiro ano do ensino médio, né? E aí qual a atividade deles então na escola? Não era 20 de novembro, né? Porque os meninos não sabiam ler, não sabiam ler. Peraí, estão com dificuldade na matemática, então não vamos trabalhar estatística, mas vamos discutir essas questões raciais. Porque aí eu fui para o quadro fazer regra de três comigo. Então eles iam pesquisar entre os alunos da escola, no turno da manhã e no turno da tarde, e como eram três turmas eu dividi, uma fica com o terceiro ano, outra fica com o segundo ano e vocês vão pegar as fotos***

---

<sup>11</sup> O (CCN) – Centro de Cultura Negra do Maranhão. Pelo que identificamos no decorrer da pesquisa esse centro esteve auxiliando o CEDENPA, assim como o CEDENPA, o auxiliou em parcerias, em eventos, justamente porque eram Norte e Nordeste. Mas como representação do Norte na maioria das vezes era somente o Pará.

*de pessoas negras e de pessoas brancas e vão perguntar quais as pessoas, que profissões essas pessoas exercem. Aí eu coloquei os negros, {Zélia, Raimundo Jorge, Gilmar}, uma amiga que eu tenho em {Valcicléia}, que é do ICMBio, e tal e tal e branco eu peguei aleatório de revista. Minha irmã. Eles, duas equipes, eu fui acompanhando, e eles assim ficaram, meu Deus, professora, a gente não pode dizer, não, não pode dizer, professora, não está vendo o que eles estão dizendo aqui? Porque se mantém inalterado. Você está entendendo? Mas eu preciso que, primeiro eu fiz com eles, fomos discutir aquele lugar, e agora vocês vão aplicar na escola. Aí o resultado era o quadro, as visões do negro, como os alunos da escola Maria Luisa, do ensino médio, viam o negro. Aí colocou, fizeram as estatísticas e todo mundo... Aí vão se descobrir, então os meninos do primeiro ano fizeram isso com os meninos do segundo e do terceiro ano. Ou seja, a visão está lá. A visão está aí, na sociedade, a gente está muito habituado. (Joana Carmem do Nascimento Machado, 2024).*

Inferimos assim, o quanto ainda estamos distantes da efetivação da Lei 10.693/2003, de realmente fazer valer esse cuidado com as concepções étnico-raciais, ainda mais quando levamos em consideração o campo escolar. Apesar disso Gomes (2011) nos aponta que por meio das lutas travadas pelo movimento negro no campo educacional, vagarosamente estão sendo alcançados resultados, nesse sentido, não gostaríamos que fosse dessa maneira, haja vista o caminho árduo e longo desempenhado pelos nossos ancestrais que um dia vislumbraram alcançar tais conquistas.

Desse modo, os aspectos importantíssimos da percepção com relação ao ambiente escolar, diante justamente do papel enquanto educadora que tinha uma raiz no CEDENPA, além disso acaba por executar uma educação antirracista em sua prática dentro da escola, assim como educa seus alunos ao longo dessa caminhada, passando a conhecer aspectos da perspectiva racial, onde a visão e estereótipo sobre ser negro na sociedade brasileira, são faces que está educadora buscou discutir com os discentes, para modificar a visão que há sobre isso.

***A função na escola é desabituar isso, mas o que me levou nesse lugar foi o CEDENPA em 96. Aí, na visão do livro didático, ele pega o livro didático de língua portuguesa e de história. Se tu fores olhar o livro de língua portuguesa e de história, tu vais ter uma ou outra, quando ele é mais avançado, já tem um pouquinho de história da África, mas ainda é soberana a história hegemônica colonial. Esse lugar político é de tomada de consciência.** (Joana Carmem do Nascimento Machado, 2024).*

Não obstante, é importante que além da vivência no movimento e da escola, atualmente na SEDUC, temos a percepção ao longo de sua jornada como educadora e militante, na sua visão “a função da escola e desabituar”, o racismo, a discriminação, aspectos normatizados, mas para isso também, o entendimento dessa perspectiva política prioritariamente deveria ocorrer por via da “tomada de consciência”.

Concordamos com está ótica, a escola, a educação antirracista são pilares que necessita desabituar, sim, o que nunca deveria ter existido (o racismo e a discriminação), ao passo que por vezes, temos a lei nos amparando legalmente, no entanto, a realização dos aspectos raciais, se configurarão de algo isolado, realizado por pouquíssimos educadores em suas realidades escolares. Nesse prisma, um ponto essencial nessa concepção, a consciência política nos leva a outras dimensões, outros espaços e outras conquistas. Que não é somente por via de conversa e discussão, mas na maioria das vezes se dá pela imposição e cobrança efetiva dos coletivos negros e negras em prol da sociedade.

*E é muito, muito, muito gritante isso. Quando o CEDENPA chega na minha vida, só falta explodir. Porque primeiro eu achava que eu era negra, mas nunca tinha sofrido racismo. Aí a {Nilma} diz, tu já és tão habituada que tu nem te percebes. E aí, mana, quando eu começo a negrecer, eu sentia dores profundas, porque as pessoas se incomodavam e diziam assim, tu nem é negra. Aí as pessoas te olham, tu não pode entrar no lugar porque as pessoas te olham. Antigamente eu me incomodava, agora pode olhar. Mas ainda sei até hoje que quando eu entro, eles olham e olham incomodados. Mas aí o problema é teu. Quando eles se incomodam, é bom. O problema não é quando a polícia baculeja a gente e mata a gente, né? (Joana Carmem do Nascimento Machado, 2024).*

Esta fala nos impacta de tal forma, pois, para a maioria de nós que não nascemos dentro desses coletivos sociais, nosso caminhar de tornar-se negro e negra vai acontecer tardiamente, principalmente quando adentramos a academia, não nos reconhecemos naquele espaço, não temos referência deste lugar, por isso, ocorre certos estranhamentos, vamos nos perceber diferente e desse modo iremos buscar os nossos, e é a partir daí passamos a conhecer outras pessoas negras, compreender que já tinham outras pessoas negras nesses espaços, mas por conta da exclusão, não nos foram e não tornaram referência a nos, somente quando fomos em busca deles.

Não obstante, percebe-se as vivências ao longo da jornada no CEDENPA, o relato abaixo havia contado em outro momento sobre durante a ditadura civil-militar, haver pessoas infiltradas buscando saber o porquê de várias pessoas negras reunidas numa época que não era permitida esse tipo de movimentação, juntar-se abertamente em grupo. Assim, como nos conta sobre sua irmã ser presa porque estava lutando por seus direitos. Então, a conversa com ela, corrobora que no início eles começaram estudando, para ganhar conhecimento, para hoje passarem esse conhecimento e também estarem lutando, porque ainda tem gente preta que precisa conhecer, aprender e saber se posicionar na sociedade. Desse modo:

*Já morreram pouquíssimos, então a nossa intenção era estudar, quem sabia mais que era a {Nilma, Zélia Amador, a tia Isis} que faz um mês que faleceu, porque a tia Isis era diretora de um colégio, que depois a casa ficou pequena e nós fomos para um centro comunitário que ela comandava até a gente chegar aqui para comprar isso, que isso aqui não era isso, aqui era uma casinha de nada, uma casinha de madeira, mas quando a gente conseguiu isso aqui, foi muita batalha, muita luta, para chegar como a gente está querendo o terreno de trás, a gente está esperando até o {Edimilson} sair assinar esse decreto liberando essa área abandonada há muitos anos, desde a gente chegou para cá, para a gente levar e fazer uma escola, porque aqui já teve uma escola, uma das alunas daqui hoje é formada em farmácia, era uma escola de criança chamada (ERER), mas aí como a gente não tinha área para sair, e a prefeitura pediu uma estrutura muito grande e eles não deram condições e nós não tínhamos a condição, isso foi em 1987 mais o menos. (Neide Baía Pinheiro Lourenço, 2023).*

Desse modo, o relato nos leva para reconhecer os espaços, como esses dados estão materializados em imagens podemos ver o centro comunitário citado, a casa apresentada por ela, e um pouco desta caminhada de conquista de um espaço para se estabelecer este núcleo negro na Amazônia. Como fala a escola pensada e idealizada por e pelo movimento tinha um cunho exclusivamente racial, com trato com as questões étnico-raciais um dado importante para tempo e para história do CEDENPA no Pará.

*O CEDENPA é uma vivência são 43 anos, o CEDENPA hoje é conhecido mundialmente, hoje todo lugar a gente está habitando, você viu ontem a {Zélia} quem assistiu o jornal nacional a {Zélia do lado do Lula}, uma referência é a nossa referência. {Zélia} está ali na universidade vocês conhecem, a {Zélia} não tem mais necessidade de estar na universidade, tudo que ela tinha de fazer ela já fez, mas ela está lá, demarcando território, se tiver alguma assim, ela vai para cima, porque ela já deixou um legado e como a {Nilma} falou um dia desses para minha irmã, minha irmã disse à {Nilma} eu tenho tanto medo de tu falecer e o CEDENPA ir de água a baixo, porque a gente pensa muito na estrutura, olha o que ela falou, eu pensava muito, mas hoje eu já posso ir porque eu já deixo o legado pronto, já deixo a continuidade e já tenho quem continue, então a experiência dela já está passando, ela vai lá fora, mas quando ela vê que já pode mandar uma pessoa daqui ela vê quem tem condição e manda vai lá faz a tua fala, se tu não souber alguma coisa tu vem me perguntar, mas tu vai fazer a tua, nós já temos a {Roberta}, já temos uma moça que está na secretaria catalogando toda essas vivências do CEDENPA, aí o que gente vê que o alicerce está vindo ne, continuar. (Neide Baía Pinheiro Lourenço, 2023).*

Por meio dessas vivências das mulheres do CEDENPA encontramos as referências negras para nossa caminhada acadêmica como Zélia Amador e Nilma Bentes que vem lutando tanto por esse movimento, além disso podemos ver os outros membros no trabalho, nos bastidos que não tem tanta visibilidade, mas trabalham tanto quanto. Por isso, na nossa pesquisa buscamos trazer essas outras vozes, conhecer por meio delas este movimento.

*O CEDENPA vive de que? a gente vive de projetos, se a gente não tiver projeto a gente não tem ninguém aqui para trabalhar. Porque é nos mesmo que lavamos, passamos, nós não temos estrutura para estar pagando uma pessoa. Eu venho para cá, mas é por amor a causa e porque também eu não estou precisando porque se eu precisasse eu não vinha, eu vinha no dia da reunião, porque hoje eu não pago ônibus, posso descer ali e pegar outro ônibus, mas eu não saio daqui uma hora da tarde sozinha, o que faço, eu chamo um Uber até em São Brás e lá eu pego qualquer ônibus. (Neide Baia Pinheiro Lourenço, 2023).*

A importância de saber sobre o movimento a forma com que eles conseguem se manter, lutando e se organizando ao longo de seus 44 anos de existência, não é fácil, pelo que percebemos do relato, os membros ajudam a manter de alguma forma, além do amor pela causa. Mas, é uma maneira de compreender como os espaços são excludentes, vejamos para a instituição se manter, eles precisam se submeter a projetos, para pagar as contas, o mínimo possível, que não é uma realidade de outros espaços que quiçá não contribuem tanto quanto este movimento vem colaborando para a população negra no estado.

*A nossa criação foi muito ríspida e essa nossa rispidez a gente passou para nossos filhos. É isso que eu te digo o CEDENPA foi minha escola, que eu vim aprender aqui era a convivência e o que deixa de não ser, é aqui e fiquei e aqui estou, se eu não tenho os 43 anos que não tenho, mas eu devo ter uns 38 ou 39 anos, é muito tempo eu já sou a segunda ou terceira vez que sou coordenadora do CEDENPA, quando eu penso em sair, eles só fazem me trocar do administrativo para o financeiro, do financeiro para o administrativo, porque são três anos que você tem que fazem a mudança. (Neide Baia Pinheiro Lourenço, 2023).*

O CEDENPA foi bastante importante para ela, na sua vivência de ter contribuído bastante para aprender e ser reconhecida e acolhida. Ela nos conta também que deve ter uns 43 anos de movimento, lembrando que ela está com seus 73 anos de vida, então metade de sua vida foi dedicada ao CEDENPA e até hoje ela semanalmente vai para o CEDENPA, participa ativamente dos eventos, está acompanhando tudo: se a banda irá se apresentar, ela está lá, seja no dia seguinte arrumando os instrumentos, seja lá no dia dando apoio aos integrantes.

*Então para mim te dizer da minha criação, minha criação foi excelente, tanto de mim quanto da minha irmã foi excelente, como ontem eu disse para a repórter, não sei te dizer se eu passei ou então não enxergo, porque às vezes tu chega num supermercado, porque seu desconfiar, eu detectar ele vai levar, apesar que ele não ter culpa, ele é mandado, é instruído a fazer aquilo, às vezes a mesma cor que nós, sem noção, aí a gente vai para cima dele, mas não é dele, a gente tem que atingir quem está lá atrás. É aquilo que te falei quando tu te forma, olha só o que tu construiste agora, mas há todo um caminhar, quantos morreram. (Neide Baia Pinheiro Lourenço, 2023).*

É significativo está reflexão do racismo em determinados estabelecimentos, ao passo que na maioria das vezes, é fruto daqueles que estão por traz comando, assim como a não compreensão de sua raça de sua cor. Vejamos hoje sabemos o que é e como ocorre, mas nem sempre foi assim, pois isso ocorreu principalmente por nosso incomodo de conhecer e de aprender, não é realidade de todos os brasileiros e brasileiras, diante de uma vida corrida, jornada de trabalho, diversos afazeres, na maioria das vezes, ou, não tem essa oportunidade, ou, não prioriza conhecer sobre.

Assim sendo, percebe-se e reconhecer-se negro na sociedade brasileira é uma grande virada de chave, à medida que, compreendemos melhor e sabemos como bater de frente diante de tais situações. Além de lidarmos com o racimo à brasileira destacado por Lélia Gonzalez, essa vertente mascarada, que ainda ocorre nos mais variados espaços.

Desse modo, **uma outra pergunta dialogando foi: em que ano você começa a participar do CEDENPA e por quê?**

***Eu comecei no CEDENPA em 2003, quando eu trabalhava no Centro de Treinamento de Professores, no CTRH, e ele foi extinto. Aí eu vim para SEDUC, para cá para sede e eu reencontro o {Amilton}, o professor Amilton. Eu tenho esse reencontro com a Amilton que eu vou me aproximar da {Teteca, da Aparecida}, vou conhecer o CEDENPA por dentro, por meio dessas meninas. Tu estás entendendo? É a educação que me coloca lá. No caso, a Secretaria de Educação que me coloca dentro do CEDENPA. (Joana Carmem do Nascimento Machado, 2024).***

Por conseguinte, é significativo seu início no CEDENPA, por meio da mudança de seu local de trabalho, precisou ir para sede da SEDUC, nesse lugar encontra com pessoas militantes do movimento, que também trabalham nesse espaço. Compreendemos o quanto nessa caminhada vamos conhecer pessoas que serão nossos grandes incentivadores de militância, de aprendizado, ou seja, nossos professores de movimento, foi assim para esta colaboradora, está sendo assim para nos.

*Porque aqui eu encontro outras pessoas que dizem "Ei, mana, por que tu não trança teu cabelo?" "Porque eu tenho que trançar meu cabelo?" "Não quero trançar meu cabelo." Eu comecei a ver as meninas. Aí fui trabalhar também, foi a época do programa Raízes, estava a efervescência do programa Raízes, teve um encontro estadual étnico-racial, muitos negros e tal, e o debate... Aí eu olhei aquele pessoal todo bonito, eu peguei o meu cabelo, fiz uma maria chiquinha, a velha xixelenta. A {Teteca}, que mulher feia, horrorosa coisa feia, menina, te ajeita. Aí eu comecei a dizer "Não, eu vou trançar meu cabelo." Aí eu comprei o negócio do kanekalon azul e fiquei com ele na minha... Até que um dia... "Não, eu vou trançar meu cabelo hoje." Saí daqui da Seduc, só aquele prédio lá, de ônibus, com a {Maria Luísa}, e a {Maria Luísa} foi me cantando. "Não, tu vai achar difícil." E eu achava que não. Mas o que é que tem, trançar um cabelo? Quando a gente dizia que eu ia me sentir*

*incomodada, eu só me lembrava que a mamãe fazia a maria chiquinha em mim. Eu dizia "Será que é por causa da maria chiquinha?" Mas agora eu acho até bonitinho o que eu faço na minha filha, que tem o cabelo igual o teu, fazer uma maria chiquinha na minha filha. E aí, **eu chego na casa da {Teteca}. São as minhas professoras de negritude.** Mana, aí está todo ambientado o quarto da Teteca. **É a primeira vez na minha vida que eu vou ver um vídeo do Ilê Aiyê**<sup>12</sup>. Falei meu Deus que **coisas lindas e as roupas temáticas escritas do Ilê Aiyê. E elas me contando as histórias, tal e tal. É a primeira vez que eu vou ver a revista Raça. Acho que isso foi em 2004.** E a Teteca já tinha uma montanha de revista Raça. É o primeiro vídeo. "Meu Deus, como é que pode uma revista só de preto?" "Só de preto?" Meu coração começou a ficar acelerado, que eu estava estranhando aquilo. Mas estranhando mesmo. Estranhando, não estava gostando. Ao mesmo tempo que eu estava impressionada, isso aquilo estava me batendo assim, como uma repulsa, sabe? (Joana Carmem do Nascimento, 2024).*

Destarte, o relato nos faz compreender para além de uma trança acaba ganhando muito mais, conhecimentos repassados por meio disso, o papel e contribuição dessas mulheres negras do CEDENPA, por isso, foram suas professoras de negritude. Isto posto, o caminhar por e pelo movimento nos possibilita enxergar e conhecer para além dele, as vivências apresentadas, ensinadas por estes que nos antecederam contribuem de grande maneira para educar e aprender com estes coletivos. Assim como os contatos com elementos étnico-raciais, através dessa partilha e diálogo desempenhada por meio do movimento.

*Aí tinha uma discussão sobre a lei 10.639 e políticas eram afirmativas. Eu disse assim, a 10.639 eu até entendo, mas esse negócio de cota, isso é muito diminuir a gente. Ela sentara a pua em mim, mas eu ainda não estava muito bem convencida. Olha só, eu tinha que se convencer sobre isso. Mana, quando deu umas duas horas da manhã... Duas horas da manhã que terminei de... Trançou o meu cabelo. Que terminou de trançar o meu cabelo. **Mana, quando terminou que eu me olhei no espelho, quase eu morri.** Eu queria tirar aquilo desesperadamente, só que eu já tinha empenhado a minha palavra. **Pela primeira vez eu tinha me visto com uma pessoa negra.** Olha só. Não era carnaval para eu me fantasiar, e nem São João para dizer que eu era uma mulata cheirosa. **Olha o que branquitude faz na gente. Entende? E olha como esse ato educativo do movimento ele é pedagógico. Ele tem estratégia. Ele tem memória. Porque as meninas também vão na memória delas, nas memórias delas.** Para me tornar... Porque elas não eram negras também. Estavam nessa consciência. Elas eram negras, mas não tinham a tomada política de ter uma consciência negra. (Joana Carmem do Nascimento Machado, 2024).*

Esse fato ocorre quando ela resolve fazer tranças, mas ao mesmo tempo foi um momento de conhecimento, aprender mais e entender esse saber para além do ambiente escolar, mas também tem seu ato pedagógico por meio da contribuição dessas mulheres negras citadas na sua fala, seus saberes e conhecimentos. Além

---

<sup>12</sup> Tradicional bloco Ilê Aiyê de carnaval Afro-brasileiro que já tem mais de 50 anos de tradição em Salvador - BA.

disso, reconhecemos como uma vivência se transmite por meio do discurso, da reparação da visão pré-estabelecida que se tinha e do que realmente é. Por isso “Escrevivência nunca foi uma mera ação contemplativa, mas um profundo incômodo com o estado das coisas. É uma escrita que tem, sim, a observação e absorção da vida, da existência.” (Evaristo, 2020, p. 34). Desse modo, essa perspectiva para além do saber institucionalizado, Evaristo nos faz compreender, ao passo que aprendemos e conhecemos estamos nessa teia escrevendo nossas histórias e memórias que também fazem parte dessa coletividade, ser negro no Brasil.

Por isso, outra pergunta diz respeito ao: **o que você precisou mudar ao longo dos anos de vivência na SEDUC?**

*Porque você precisa mudar tudo. Como de cabo a rabo. Eu mudo a minha lógica de pensar. Eu mudo, mas é uma mudança necessária. Foi uma mudança necessária. Porque a tomada de consciência política me colocou num outro patamar de conhecimento de mim mesma. Da minha história, da história dos meus ancestrais. Da história do negro, da história da África. Então, muda tudo. Da raiz à ponta do pé. Porque eu reconheço o meu orixá. (Joana Carmem do Nascimento Machado, 2024). (grifo nosso)*

Em suma, a tomada de consciência política, é uma virada de chave para nos mulheres negras nessa sociedade, ao passo que isso, permite achegarmos a outros pertencimentos e conhecimentos, como a história, a memória de nossos ancestrais e a história do negro no Brasil. Mas, isso é um caminhar muito individual, que se dá principalmente a partir dessa mudança de nossa visão, percepção e posicionamento político.

Nesse sentido, perguntamos: **como começa essa parceria da SEDUC com o CEDENPA?**

*O CEDENPA me traz para dentro da SEDUC com uma outra mentalidade. Eu já era concursada. Mas quando eu vou para o CEDENPA para esse lugar, mano, é uma explosão. A ponto de dizer assim, eu chego na escola, **porque tudo gira em torno dessa minha prática antirracista**. O professor diz, é que você só fala de preto. Eu falei, e tu que só fala de branco? (Joana Carmem do Nascimento Machado, 2024).*

Essa mentalidade diferenciada se forja e se constrói por meio do movimento, faz com que o educador que se encontra nesta posição, chegue a este ambiente escolar, seu corpo, seu discurso gire em torno disso, de uma educação antirracista, como apontado pela colaboradora.

Além disso, fomos instigados para além dessa percepção, em tese não há uma parceria entre o CEDENPA e a SEDUC, mas uma cobrança deste movimento social

em prol da educação antirracista e de mecanismos educativos que desenvolvam uma abordagem racial para o trato com os elementos étnico-raciais na educação.

Em função disso, perguntamos: **como você se enxerga sendo militante do movimento negro e trabalhar na SEDUC?**

***Eu me enxergo exatamente no real sentido educativo para a negritude. Eu tenho um movimento que me projeta ao meu corpo ser um discurso. Tu estás entendendo?***

*Para o bem ou para o mal? Porque as pessoas veem a referência, mas também já ficam assim. Olha, não mexe. Cuidado. Por um lado, é bom, né? Porque tu não vais vociferar racismo perto de mim, porque tu já viu. Mas de vez em quando os camaradas querem dar mais de racismo para o meu lado, o meto é do cacete. Continuo violenta. Então é muito bom, sabe? Ser militante e trabalhar na SEDUC. Porque nem todos os militantes do movimento negro, eu posso dizer que nesse contexto de ser uma trabalhadora da SEDUC, eu sou uma exceção no meio da negrada. Tu estás entendendo? Não por ser uma exceção, mas já que nós somos poucos nesse espaço, a gente tem que botar para quebrar aqui dentro. Tu estás entendendo? **Botar para quebrar no sentido mais fraterno possível. Porque a gente educa, sabe? Os camaradas, uns que querem aprender no amor, aprendem no amor, outros vão ter que engolir a gente. Tu estás entendendo? Mas aí é problema do racista. Se ele assumir que ele é racista, ele é até melhor para mim. Como que nós somos que ele é racista? Isso é uma mediocridade, né? (Joana Carmem do Nascimento Machado, 2024).***

Com tal característica, o corpo negro mencionado é uma manifestação também, de posicionamento político, de referencial de luta, de resistência e de caminhos antirracista nessa sociedade, pois ao chegar a este ponto, nós pessoas pretas passamos cada vez mais a nos apresentar e parecer como nossos ancestrais. É também um passo importantíssimo para se educar por meio da negritude.

Zélia Amador em sua tese aponta elementos como o corpo negro por excelência é uma forma de resistência, à medida que este corpo se fazendo presente em lugares, outrora não era possível é bom tanto para a sociedade, quanto para movimento, pois a sociedade, refiro-me à população negra terá alguém como referência de que é possível chegar a esses lugares, para o movimento é uma forma de perceber que de alguma forma está dando certo mesmo que seja de forma lenta. Desse modo:

No que diz respeito às ações de âmbito individual, entendo que elas inauguram um processo, até então, jamais interrompido. A utilização do corpo e da cultura como instrumentos de resistência. Desde aquele momento, a cultura e o corpo exercerão papel importante no processo de construção de identidades dos africanos em condição de subalternidade. O que pretendo dizer, aqui, é que o corpo do africano e o corpo de seus descendentes, para o bem ou para o mal, sempre vêm à cena, se põem e se expõem, transformam-se em texto no discurso que enuncia e anuncia. Em suma, um corpo que fala. Em outras palavras, é este corpo que, estigmatizado pelo racismo, será a marca da discriminação, exposto aos castigos e aos trabalhos

forçados e a toda forma de exploração. Por outro lado, este mesmo corpo virá a ser instrumento de afirmação de identidades, **no debate com os opressores num processo de tomada de consciência** e, também, é este mesmo corpo que poderá ser objeto de repulsa, num processo de autonegação. (Amador de Deus, 2008, p. 127). (grifo do autor).

É importante essa concepção de que o movimento tem seu aspecto educativo por meio da negritude, à medida que, é válido que o educar por meio da negritude e educar por meio do corpo negro ser um discurso como Amador de Deus (2008) também corrobora para isso, nos abre outras formas de educar, para além do discurso propriamente. Pois, isto é um posicionamento político antirracista.

*O CEDENPA tem todos os problemas e contradições dos movimentos sociais. Entendeu? Não é lindinho. Mas ele é potente. Você está entendendo? É desse lugar que a gente fala. É desse lugar, desse aprendizado. Da emoção. Entende? Olha o CEDENPA. Me traz o {Kabengele Munanga} como amigo. Primeiro ele era amigo da {Zélia}. Aí ele foi o nosso professor na especialização. E eu nessa época trabalhava na COPIR. Quando a gente fez a primeira especialização em história da África. E aí os nossos professores eram só potência. O {Kabengeli Munanga}, a {Zélia Amador de Deus}. (Joana Carmem do Nascimento Machado, 2024).*

Deste jeito, temos uma outra noção sobre o CEDENPA, para além da visão romantizada de movimento, haja vista que “o CEDENPA tem todos os problemas e contradições dos movimentos sociais”, no sentido de ter uma noção mais ampla, mas ao mesmo tempo ele é “potente”, isso refere-se a compreensão de que há uma diversidade de opiniões dentro do grupo. Além disso, as vivências, no movimento a proporcionam conhecer outras pessoas negras de grande influência que se não fosse por este lugar de militante não seria possível. O mesmo ocorre conosco por estarmos nestes lugares, temos oportunidades que outrora não teríamos, é muito gratificante estar nestes lugares e de alguma forma conhecer e aprender com eles.

*O CEDENPA começa educando na tomada de consciência algumas pessoas que hoje são chaves para esse movimento existir. A {Nilma, a amiga da Dora}, são duas pessoas que ainda estão vivas, graças a Deus. Elas eram estudantes do IEP, se eu não me engano, a Nilma jogava handball, e a Nilma frequentava a casa da Dora, na Doutor Moraes, e ela enxergava, eu vou te dar esse negócio, eu vou te contar aqui, mas eu vou te dar esse que eu já transcrevi, inclusive, tem até que achar esse caderno. **Ela enxergava uma negrada ali, tudo de cabelo alisado, que era a {Teteca, a Aparecida, a Eneida, o Pereira}**, que é a família Albuquerque. E ela começava a conversar com esse pessoal, com aquelas pequenas rodas de conversa, e eu vou te dar exatamente a fala da Eneida e da Aparecida, quando elas se tornam negras, que a Maristela vai questionando, eu digo, mas por que vocês alisam esse cabelo, daquele jeito Nilma de ser. disse. Mas elas contando a história de uma potência muito grande, porque a parecida, mora aqui no Maguari, **ela dizia eu estudava na escola técnica e eu odiava no dia 13 de maio, porque parece que era o dia que as pessoas me viam**, e hoje elas são duas potências dentro desse lugar, da tomada de consciência política, de uma educação para a tomada de consciência política, porque a*

*gente tem que pensar nessa questão da consciência política. (Joana Carmem do Nascimento Machado, 2024).*

O relato contado de como as pessoas que estão desde de início da trajetória do (CEDENPA), contribuíram tanto com causa no nosso Estado, onde para essa entrevistada é uma forma de contar o que ela escutou de outros militantes, de como iniciam sua caminhada juntamente ao movimento. “Aos poucos, o Brasil vai compreendendo que ser negro e negra e afirmar-se enquanto tal é um posicionamento político e identitário que desconforta as elites e os poderes instituídos”. (Gomes, 2017, p. 70 e 71). A medida que esta é maior importância de o movimento não fazer com os que estão nos poderes estejam confortáveis, para que assim compreendam que o movimento negro, está atento e pode agir quando precisar para cumprimento dos direitos de negros e negras na sociedade.

#### 4.1.3 DEMANDAS E CONQUISTAS PARA UMA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA E DEMOCRÁTICA

O CEDENPA vem ao longo de seus 44 anos se projetando na sociedade paraense seja por meio de denúncias, protestos e conquistas para a população negra do estado, mas também de alguma maneira chega ao cenário nacional.

Dessa forma, uma das conquistas do CEDENPA foi na constituição Estadual do no Pará se dá no:

Art. 273. As instituições educacionais de qualquer natureza ministrarão o ensino com base nos princípios estabelecidos na constituição Federal e mais os seguintes: I-direito de acesso e permanência na escola para qualquer pessoa, vedadas distinções baseadas na origem, raça, sexo, idade, religião, preferência política ou classe social. (Pará, 1989, p.96).

O texto estadual é muito próximo da redação da constituição de 1988, por exemplo: “Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;” constituição de 1988, parte que versa sobre a educação.

Em vista disso, este artigo ele pertence ao capítulo II da seção I de que trata da Educação no Estado do Pará, assim, percebemos as contribuições que o movimento vem trazendo para sociedade de maneira geral, em que, proíbe qualquer tipo de discriminação no âmbito escolar.

Pensem o encontro foi no ano de 1987, período anterior à carta constitucional, por isso os movimentos estavam no centro de discussões, de tecer e

buscar elementos para serem debatidos e trazidos para dentro da carta que se efetivará no de 1988.

Dessa maneira, uma outra proposta que sai do 7º encontro de negros Norte e Nordeste é de “Art.106—O Poder Público reformulará, em todos os níveis, o ensino da História do Brasil, com o objetivo de contemplar com igualdade a contribuição das diferentes etnias, para a formulação multicultural e pluri-étnica do povo brasileiro”. (CEDENPA, 1987, p.20). Importante discussão que sai deste evento e também se assemelha com o que vem a ser a Lei 10.639/2003 que diz:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (Brasil, 2003, p.1).

Pensemos, eles estão na década de 1980 discutindo e formulando ideias que serão efetivadas bem mais tarde, como exemplo o texto citado acima, que é uma cobrança antiga do movimento, mas ao se deparar com âmbito escolar, a aplicação disso não é de sua totalidade feita, ainda não fazemos valer totalmente o que prevê a lei, mas é um importante mecanismo para colocarmos em prática no país democrático e antirracista que queremos.

Assim, uma outra conquista que está relacionada a esta proposta e demanda pedida pelo movimento, onde:

Art.277. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar, além do exigido no art.210 da Constituição Federal, o seguinte:

VI-noções de estudos constitucionais;

VII- noções de direitos humanos;

Inciso VII incluído pela Emenda Constitucional nº22/03

§1º. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas, podendo versar sobre quaisquer religiões, inclusive afro-brasileiras, estrangeiras ou indígenas.

§2º. Os alunos que se encontrem em atraso quanto à idade regular de matrícula merecerão tratamento especial em cursos regulares, diurnos ou noturnos, ou em cursos especiais.

§4º. O ensino de história levará em conta, prioritariamente, as contribuições das diversas culturas e etnias para a formação do povo paraense, e o de geografia, as peculiaridades locais e regionais, respeitados os conteúdos e a carga horária mínimos dispostos em lei. (Pará, 1989, p. 97-98). (grifo nosso).

Esta conquista se dá por meio da constituição estadual do Pará, em que o CEDENPA, teve papel fundamental nessa proposição, assim como uma outra proposição que sai também do 7º encontro de negros Norte e Nordeste, em que já vem solicitando a declaração das terras de territórios quilombolas:

Art. 107—Fica declarada a propriedade definitiva das remanescentes dos quilombos, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Ficam tombadas essas terras bem como todos os documentos referentes à História dos Quilombos no Brasil. (CEDENPA, 1987, p.20).

Está foi uma demanda saiu do 7º encontro e abaixo podemos ver ela sendo cumprida na constituição estadual de 1989, percebe-se que parte do texto solicitado pelo movimento foi mantido em sua literalidade. Assim, o CEDENPA, ao logo de seus 44 anos vem buscando melhorias para o povo negro no Pará. Percebam o:

Art. 322. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos no prazo de um ano, após promulgada esta Constituição. (Pará, 1989, p.113).

Nessa perspectiva, tivemos acesso a esse documento, que é um livro que saí desse sétimo encontro do Norte e Nordeste e foi bastante valioso o que esse documento nos traz, por exemplo concepção que poderiam serem implantadas que saem desse movimento em particular pela influência do CEDENPA.

*Mas lá também já está dizendo da importância da titulação das terras quilombolas e a {Nilma Bentes}, que junto com o CCN, constrói o texto do artigo 68 das disposições transitórias sobre a comunidade quilombola e a história da África, tal e tal. Isso em 87, mas eu tenho um livro que eu até uso aqui, aí tu vê, 87, tal e tal, Constituição e quando completar cem anos da abolição da escravatura, há um movimento nacional que é a Marcha Zumbi dos Palmares e o CEDENPA está lá na Marcha dos Zumbi dos Palmares. Mas para a construção dessa marcha, as Zumbi dos Palmares, houve vários eventos na cidade, entendeste? Foram vários eventos na cidade, que aí eu vou te passar a iconografia. Têm fotos no CEDENPA, mas eu posso orientar essa tua pesquisa. Tem uma que eu acho maravilhosa, que é a Nilma, como sempre, fazendo uma **carroceata**, porque **na periferia tinha muitas carroças dos trabalhadores das instâncias e essa carroceata vem para o centro de Belém denunciando o racismo, as faixas e os militantes do CEDENPA junto com os trabalhadores dessa carroceata.** (Joana Carmem do Nascimento Machado, 2024).*

Foi interessante quando a interlocutora, fala dessa movimentação do (CEDENPA), de sua contribuição ímpar para a sociedade, em que, procurando por esses dados, foi possível encontrar no canal oficial do CEDENPA no *youtube* esse material, que conta uma breve história dos 30 anos por meio de imagens.

Desse modo, uma outra demanda que sai do 7º encontro se constitui em solicitar medidas compensatórias para pessoas ou grupos que sofreram algum tipo de discriminação. Assim:

Art. 87—Não constitui privilégio a aplicação, pelo Poder Público, de medidas compensatórias visando a implementação do princípio Constitucional de isonomia a pessoas ou grupos vítimas de discriminação comprovada.  
Parágrafo único — Entende-se como medidas compensatórias aquelas voltadas a dar preferência a determinados cidadãos ou grupo de cidadãos, a

fim de garantir sua participação igualitária no acesso ao mercado de trabalho, à educação, à saúde e aos demais direitos sociais. (CEDENPA, 1987, p.20.)

Assim sendo, tal demanda foi aceita e conquistada pelo movimento ainda na constituição estadual de 1989. Como podemos perceber a seguir, trata-se de uma medida que cuida de formas desiguais o povo negro, a fim de compensar a maneira que esse grupo étnico tem sido tratado em nossa sociedade.

Art. 336. O princípio da igualdade deve ser aplicado pelo Poder Público, levando em conta a necessidade de tratar, desigualmente, os desiguais, na medida em que foram ou sejam injustamente desiguados, visando a compensar pessoas vítimas de discriminação.

Parágrafo único. Dentre outras medidas compensatórias, tomadas para superar desigualdades de fato, incluem-se as que estabelecem preferências a pessoas discriminadas a fim de lhes garantir participação igualitária no mercado de trabalho, na educação, na saúde e nos demais direitos sociais. (Pará, 1989, p. 115).

E é algo que o CEDENPA já vinha e vem discutindo e modificando essa ideia ao longo dos anos. Desse modo, uma das sugestões nesse encontro de 1987 era de que: “Sugestão 5—Difundir a verdadeira História do Negro para os Grupos Culturais (Capoeira, Terreiros, Escolas de Samba, etc), através de cursos sobre a História do Negro; (CEDENPA, 1987, p. 17)”. Percebemos que a preocupação do movimento era de que a verdadeira história do negro não ficasse somente no âmbito escolar, mas para além disso, pois sabe-se que há outras maneiras de se educar, como bem-dito, por Gomes (2017) o Movimento Negro ele é educador, como podemos perceber a concepção sendo corroborada por essa sugestão do movimento. Desse modo:

Ao ressignificar a raça, esse movimento social indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas. Além disso, dá outra visibilidade à questão étnico-racial, interpretando-a como trunfo, e não como empecilho para a construção de uma sociedade mais democrática, onde todos, reconhecidos na sua diferença, sejam tratados igualmente como sujeitos de direitos. (Gomes, 2017, p. 21 e 22).

Assim, não somente o movimento desmistifica, mas ele proporciona formas de que fosse modificado tal ideia como exemplo outra sugestão era de que: “Sugestão 6—Efetivar cursos para a formação de professores especializados na História da África, para resgatar e difundir a nossa História; (CEDENPA, 1987, p. 17)”. Dessa maneira, percebemos o quanto essas ideias foram importantes para o hoje, levando em consideração atualmente, quase todas as universidades federais ofertam cursos de formação e especialização voltados para a perspectiva étnico-racial, isso pode-se

ser considerado como uma forma efetiva de que tal sugestão foi aceita e vista como necessária para o povo negro.

Dessa forma, uma das demandas ainda discutidas dentro desse 7º encontro, consiste da perspectiva de que versa sobre a questão da educação, em que, o CEDENPA já vinha discutindo na década de 80, além da igualdade racial e de classe social, a igualdade de gênero. Ele combate veementemente todas as formas de discriminações que se materializam no campo educacional.

sugestões/constituinte 4-com relação a educação: a) a educação deverá dar ênfase a igualdade dos sexos, a luta contra o racismo e todas as formas de discriminação. b) o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira, obrigatório desde a educação básica, revelando a importância política da mulher negra. (CEDENPA, 1987, p.32) grifo nosso

Destarte, além disso nessa concepção o movimento tem certa preocupação com o ensino da história da África e cultura afro-brasileira, como podemos perceber nessa demanda do 7º encontro, essa literalidade me pareceu muito próxima do que a Lei 10.639/2003 prevê em sua legislação que modifica a LDB/1996.

Começamos, então, a realizar uma série de palestras nas escolas a fim de discutir o negro. No início, esses contatos eram esporádicos, apenas por ocasião das datas de 13 de Maio e de 20 de Novembro. Mas com o correr do tempo as solicitações se avolumaram, colocando-se, para o grupo, a necessidade de se estabelecer estratégia de como agir perante essa nova realidade. Todo esse processo engendrou uma série de preocupações e questionamentos sobre nossos objetivos, sobre a nossa posição diante da discriminação racial, e, até, sobre a nossa identidade. Inclusive, fizemos uma pesquisa, utilizando-nos de uma amostra composta por 128 negros, com o objetivo de verificar onde se concentra a população negra no Pará, sua opinião e reação face à discriminação e sua posição política. (CEDENPA, 1987, p. 108).

Desse modo, percebemos a preocupação do movimento em uma retratação histórica para com o negro na nossa sociedade que vai para além desse âmbito escolar, mas também é dentro dele que se repassa e se estuda sobre e é nesse lugar digamos o espaço que devesse ter certa atenção para aquilo que se ensina, uma obrigação de que o educador ao organizar seus planos de aulas tenha o cuidado de selecionar adequadamente o conteúdo e tenha certa dedicação de repassar uma história verdadeira. Isso sugere compreender o espaço escolar como um território de poder a ser disputado para produzir e circular conhecimento em busca de projetos de sociedade. Nesse caso o movimento do Cedenpa mostra o quanto esse espaço é importante de ser disputado para combater o racismo e construir um caminho democrático de educação e sociedade. Isso mostra, também, um caminho de luta

descolonização da escola e, por meio da qual, é fundamental na luta de descolonização da sociedade.

Ainda, como fruto do nosso empenho na procura de alternativas para realizar um trabalho mais sistemático dentro das escolas, procuramos estreitar relações com pessoas ligadas ao ensino, como supervisores, orientadores. No decorrer desses contatos, começamos a perceber que uma das grandes falhas do sistema escolar, em relação ao negro, diz respeito à maneira como a História oficial o retrato. Notamos que muitos conceitos, muitas informações presentes nos livros didáticos de História, Geografia, Educação Moral e Cívica teriam que ser modificados. Por outro lado, esses manuais omitem informações e fatos essenciais para se conhecer o negro. (CEDENPA, 1987, p. 109).

Assim, nessa cartilha o movimento traz algo bem significativo acerca do início de tudo, que é como surgiu essa Terra e diante das variadas explicações acerca do vem ser, para a igreja católica há uma visão, para os cientistas há outra, e assim como para os indígenas e negros há outra. Dessa forma:

Os nativos, que são os primeiros habitantes de um lugar, tem explicações diferentes para o começo do Mundo. Assim, os nativos da África tem uma explicações, os índios brasileiros tem outra. Os índios do Peru tem outra e assim por diante. (CEDENPA, 1988, p.3).

Considerando ser uma visão que se constitui ainda em período da redemocratização do país, assim o movimento vem inserindo e contribuindo para a modificação da visão e da história atrelada ao povo negro. Dessa forma:

Na África mora a maior parte das pessoas negras, pessoas da Raça Negra. As pessoas dessa raça, geralmente tem pele negra, cabelos encarapinhados (pixaim), nariz e lábios grandes, quando comparados com os das pessoas das outras raças. (CEDENPA, 1988, p. 5).

Como forma de modificar tais perspectivas raciais, o movimento ainda na década de 80 já vinha tratando da visão que estava associada ao negro. Assim nessa cartilha ele, já faz um paralelo do que é por exemplo de raça, da maior predominância de negros em África, e de traços característicos de pessoas negras, quem vão além da cor da pele. “Se uma pessoa tem mais melanina que outra, sua pele é mais escura. Assim, a QUANTIDADE DE MELANINA NA PELE É QUE DETERMINA A COR DE CADA UM DE NÓS”. (CEDENPA, 1988, p. 7). Assim, o movimento ainda nesse dado momento já tinha uma noção do que é negro:

Importante é que para nós do CEDENPA, uma pessoa é negra, quando tem a pele negra ou o cabelo encarapinhado (pixaim) ou as duas coisas juntas—pele negra e cabelo pixaim. Assim, para nós, uma pessoa que tem um desses traços ou os dois juntos, pertence direta ou indiretamente à Raça Negra e portanto é NEGRA. Mas é preciso que não esqueçamos que ser negro não é defeito é ser gente como qualquer branco ou amarelo. Sendo gente, temos direitos iguais e por esses direitos devemos lutar. (CEDENPA, 1988, p. 8).

Desse modo, percebe-se uma preocupação antiga do movimento como ser negro nessa sociedade, pois eles nesta cartilha da década de 80 trazem uma visão de que todos deveriam ter direitos iguais, não obstante sabemos a realidade dificilmente foi assim, mas com garra, luta e perseverança eles aos poucos conseguiram um lugar de reivindicações no Brasil. Então, uma concepção que o movimento vem trabalhando e em alguns documentos aparece é de um 'racismo anti-negro', que se trata de uma perspectiva que não aceitação, e não ter uma autodeclaração negra ou preta como positiva. Assim:

No Brasil, por conta do racismo anti-negro, os negros, estão condenados à condição de sub-vida e quanto mais a pessoa concentra os caracteres da raça negra mais dificuldades ela vai ter na sociedade brasileira, cuja meta maior, tem sido "clarear" o povo brasileiro incentivando o cruzamento dos negros com pessoas mais claras e até investindo na imigração europeia, isto é, facilitando para que os europeus-brancos, viessem povoar o Brasil. O Brasil sempre teve vergonha de se assumir como um País, em que a maioria de sua população predominam os caracteres da raça negra. (CEDENPA, 1988, p. 9).

Não obstante, o entendimento de que se acerca tal caracterização diz respeito a forma com que historicamente ser negro no Brasil, sempre foi associado algo negativo. Não que isso seja uma forma de justificativa acerca desta percepção. Mas:

O Racismo anti-negro, no Brasil, é tão forte e está tão entranhado na cultura brasileira, que o próprio negro está imbuído dele, e não gosta de ser negro, se identificando como: "moreno", "pardo", "mulato", "escuro", "escurinho"... mas nunca como negro ou preto. (CEDENPA, 1988, p. 9).

Desse jeito, a partir desse ponto de vista levantado pelo CEDENPA, compreendemos que o racismo ele assume além de ser um racismo de branco para com pessoas pretas, ele tem sua vertente ainda de negra com a negação mesmo de suas características pretas. Desse modo, "Parte-se da premissa de que o Movimento Negro, assim como outros movimentos sociais, ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social." (Gomes, 2017, p. 28). Desse modo, esta noção nos mostra o movimento articulando, reivindicando espaços, lugares e identidades, é uma forma de modificação da realidade social.

Ao longo desta cartilha o CEDENPA vem tentando modificar algumas formas com a história vem sendo repassada, desse modo, traz certos questionamentos importantes para traçar uma noção mais ampla, assim "Porque e para que nós negros viemos para o Brasil" (CEDENPA, 1988, p.11), em vista disso é um questionamento valido não só para aquele tempo, mas também para o hoje pois dentro da perspectiva

de um educador preocupado com o que vem ensinando e repassando é uma vertente a ser usada, haja vista que há uma história por traz dessa chegada de negros no Brasil, que em sua grande maioria viram para trabalhar de forma escravizada em nosso país. Onde,

Portugal tinha armas mais poderosas que os povos da África. Chegavam os portugueses na comunidade, dominavam a população e prendiam principalmente homens novos, para trazer como escravos para o Brasil. Procurava trazer negros de diferentes partes da África, que não falassem a mesma língua, o mesmo dialeto, pois além de serem quase sempre tribos rivais, não poderiam se defender entre eles, o que dificultaria a organização dos mesmos, reduzindo as possibilidades de revoltas e fugas. (CEDENPA, 1988, p. 13).

Em vista disso, o que esse documento traz é uma perspectiva e visão que diz respeito ao que o próprio movimento vem modificando, haja vista que é o outro lado da história que considera uma visão que parte de pessoas negras nesta sociedade. Assim:

Esse comércio de negros, não foi feita só pelos portugueses, outros países da Europa também traficavam negros. A Inglaterra, por exemplo, levava bebidas, roupas e outras coisas para a África e lá trocava por negros. Esses negros eram trazidos para o Brasil, onde eram trocados por açúcar, algodão, ouro, cacau, e outras matérias primas. O negro era na verdade uma espécie de MOEDA. (CEDENPA, 1988, p. 14).

Assim, trazer a percepção por e pelo movimento transmitidos por meio dos livros e cartilhas que buscaram alcançar a maior numero da população paraense constitui-se de um diferencial bem importante para o CEDENPA, sempre bem preocupado e cuidadoso com que estava se passando no estado, isso também é um referencial importantíssimo construído por eles.

Por isso, “As negras e os negros em movimento transformam aquilo que é produzido como não existência em presença, na sua ação política”. (Gomes, 2017, p. 79). Percebemos o quanto esse movimento ele é político em sua constituição, ele busca na maioria das vezes essa perspectiva, haja vista que, se posicionar politicamente diante dos episódios de racismo, discriminação, ou, em certos casos de desrespeito com a diversidade, é importante esse posicionamento, como vamos percebendo ao longo dessa pesquisa, CEDENPA, já faz e vem fazendo ao longo de seus 44 anos. Como os exemplos a seguir:

*Além desse Ritual das Candeias, quando o Iguatemi, aquele shopping o Iguatemi foi instalado aqui, houve um Ritual de racismo. E aí o CEDENPA fez uma banca, botou uma banca lá. Vacine-se contra o racismo. As pessoas iam lá na banca ai pegavam um banho de cheiro, um botãozinho, vacina-se. A casa da Aparecida é um mural dessas casas, porque ela guarda as casas. E a polícia vinha, elas trocavam...Como é que se chama? O Segurança do*

*Iguatemi. Vinha, elas trocavam, atravessavam e ficavam no outro lado. E mulheres. Essas meninas, {Nilma, Aparecida, Fátima, Teteca}, tu estas entendendo. Essas mulheres faziam... (Joana Carmem do Nascimento Machado, 2024).*

Em vista disso, esses episódios marcam a trajetória do CEDENPA, como por exemplo, o caso de racismo dentro de um shopping em Belém, o movimento acabou sabendo e foi fazer uma movimentação, a forma escolhida é bem interessante, colocaram uma banca que tinha os dizeres de “vacine-se contra o racismo” e olhando atualmente esse é um dos dizeres que ainda são usados pelo movimento quando fazem eventos, reuniões. Para nossa percepção constitui-se de uma forma de educar por meio do combate racismo, de posicionar-se contra esse tipo de comportamento.

**Figura 18: Imagem da movimentação do vacine-se contra o racismo**



Fonte: Canal do Youtube do Cedenpa, 2019.

Está campanha saiu para além de uma articulação local, movimentação necessária naquele dado momento, mas sim, por exemplo no ano de 2012 no rio + 20 o CEDENPA, sob o comando de Nilma Bentes fez a diferença com a campanha que buscando o combate a vários tipos de preconceitos.

*Fora o Bloco, né? O Bloco, o Bloco Afro, cheia de do... Para dentro da Amazônia, isso era um negócio assim... Até duvidoso, né? São os Afoxés, mas tinha muita influência assim do Maranhão. E os baianos que chegaram o Amilton, o Catendê, trazendo essa... Acabou o Bloco, veio a banda que está hoje completando 30 anos, né? Eu acho que inverte nesse ato educativo, porque eles têm várias frentes, né? É terra, é educação. Várias coisas nesse complexo de garantia de direitos. (Joana Carmem do Nascimento Machado, 2024).*

Assim, a colaboradora aponta para pensarmos algumas outras frentes que o movimento vem atuando, onde por exemplo, tem o bloco que ainda desfila no carnaval, existe a banda do CEDENPA, que teve o privilégio de participar da comemoração de 25 anos. O movimento tem um repertório educativo, além disso, eles vão para as escolas que os chamam, para os lugares que o permitem desempenhar seu papel político-educativo que provém do movimento, outro fato que isso se constitui como uma demarcação de espaço. Abaixo trouxemos imagens da banda uma que encontramos no canal do *youtube* e a outra é uma imagem recente da festa de 25 anos que estivemos presentes na comemoração.

**Figura 19: Banda Afro Axé Dudu**



Fonte: Canal do Youtube do Cedenpa e Acervo da pesquisa, 2024.

O CEDENPA é isso, ele buscou estar atuando em várias frentes a banda é um exemplo disso, além de levar a cultura afro-brasileira, leva também a denúncia e protesto para serem demarcados nos espaços.

Uma outro espaço e momento marcante e importante para o movimento é o ritual das candeias. Na imagem vinte, fui convidada a conhecer o ritual, essa foto é de maio de 2024, momento antes de iniciar uma chuva que foi preciso interromper o ritual, mas foi muito importante ter participado, ter encontrado outros militantes lá, assim como a coletividade, e o que vem a representar esse momento em particular, uma lembrança de nossos ancestrais negros e negras, que estão naquele solo sagrado, e um momento de representação de luta por aquele espaço territorial. Assim como a representação deste dia em particular para o movimento, como o dia 15 de maio (refere-se à abolição da escravidão), para o movimento é mais um dia de luta e resistência haja vista o que vem representar este lugar em especial, nada como

mostrar um dia que mais podemos ter uma verdadeira representação para o movimento como rememorar as negras e negros e pobres daquele solo.

**Figura 20: Quilombo da praça da república/ ritual das candeias**



Fonte: acervo da pesquisa da autora, 2024.

É uma forma de expandir a história e representação de locais que nem todos paraenses conhecem, pois para esta pesquisadora em particular, foi somente há pouco tempo que vim conhecer e saber que nesse local da praça da república abrigava um cemitério de negros e pobres. Mas sem tantas reverências como os outros locais dedicados aos brancos, nos fazendo pensar do quanto a história do negro não tem tanto respeito quanto os brancos. Isso para aquele dado momento, onde esse local sofreu certo apagamento da história abrigada neste lugar. Por isso, o quilombo da república foi implantado exatamente neste espaço, para nunca mais ser esquecido.

*E aí tem essa Marcha Zumbi dos Palmares, mas tem um outro elemento, por exemplo, dessa organização política educativa, dessa tomada de consciência política, que é a própria, aquele quilombo da República. Sabe a banca? O quilombo da República. **Ele é quilombo da República.** Tem uma história interessante trazer também essa parte do quilombo da República. E assim, **no 13 de maio, o CEDENPA realizava o Ritual das Candeias. Ele realiza o Ritual das Candeias. Que é a gente acende vela ali naquele lugar, porque ali na Praça da República era um antigo cemitério de escravizados.** O Ritual das Candeias. E eu não sei te precisar direito o ano, mas essas meninas conseguem te fazer, te precisar. Mas ainda é década de 80 ou 90, tal e tal. (Joana Carmem do Nascimento Machado, 2024).*

Esse ritual acontece anualmente do dia 13 de maio em referência ao dia da abolição, mas para o movimento é dia de lembrar daqueles e daquelas que se foram, no Quilombo da República que fica localizado na Praça da República, na Assis de Vasconcelos com a Avenida Nazaré, centro de Belém, é o território afrodiaspórico,

local de encontro e reencontro com o povo negro, espaço de lutas e resistências sociais. Dessa forma:

... o CEDENPA modifica, elabora e ressignifica a Praça da República através da criação de um “quilombo”, o Quilombo da República, em um território que outrora serviu como cemitério destinado a corpos de pessoas escravizadas e outras que pertenciam a classe social baixa, mas que depois foi convertido em espaço de lazer para uma pequena parcela da população. (Pinheiro, 2022, p. 2)

Abaixo temos uma outra imagem vinte e um temos o Quilombo da republica a frente dele, atualmente o quilombo funciona regularmente aos domingos.

**Figura 21: Quilombo da Praça da República**



Fonte: acervo da pesquisa da autora, 2023.

Em conversar com membros buscamos saber que ano o Quilombo da república foi instalado nesse lugar, soubemos que por volta de 2004 e que houve toda uma movimentação para isso fosse efetivado.

Assim, percebe-se que esse lugar não é escolhido por acaso, ele tem uma história e uma memória para ser lembrada como lugar que abrigou os nossos ancestrais negros e pobres neste solo, precisa ter a devida reverencia como todos os lugares dedicados a memória, por isso, esse espaço, pode-se dizer como um território de luta e resistência. Em vista disso:

A ocupação do espaço e a criação do Quilombo da República é um ato reivindicatório de território e ao mesmo tempo um grito reivindicatório de existência da presença e contribuição negra para a formação social de Belém, uma vez que os processos de construção do imaginário amazônida tendem a invisibilizar as contribuições negras para sua formação social em detrimento de uma formação social exclusivamente branca, migratória e indígena. (Pinheiro, 2022, p. 3-4).

A presença desse espaço no centro de Belém é significativa, especialmente considerando sua localização em uma área historicamente destinada a uma classe

social de maior poder aquisitivo. A ocupação desse território é um fator crucial, pois representa uma forma de resistência da população negra, afirmando sua presença e reivindicando o espaço. Essa ação do movimento é uma estratégia poderosa, pois luta pelo território e demonstra que é possível ocupar esses espaços sociais. Assim:

A luta do CEDENPA pela ocupação da Praça da República, compreendendo a cidade de Belém, especialmente as áreas centrais, como um território historicamente negado ao povo negro, a escolha da Praça da República para construção de um quilombo é também a ocupação de um território discursivo, visual, artístico e gastronômico, pois pretos que dançam, tocam, vendem, comem, discursam e reivindicam, em um dos principais locais de lazer do centro da cidade haverão de produzir algum efeito social em uma paisagem habitualmente embranquecida. (Pinheiro, 2022, p. 4).

Levando em conta, o que cerca as comunidades quilombolas e todas as lutas e resistências de se manterem e erguerem suas características singulares no espaço territorial. O quilombo da praça da república pode ser considerado como algo “novo”, à medida que atravessa e atravessado por questões que também compõem as comunidades quilombolas, mas para este espaço é interessante como o CEDENPA se faz presente nesse espaço, implantando aspectos para além de somente uma demarcação territorial, mas sim, uma implantação da territorialidade, que se constituem de elementos identitários, pertencimento, a um dado grupo social. Então:

Compreender o que é quilombo faz-se fundamental para entender com base em que CEDENPA nasce e sustenta sua existência, sabendo que o ele inventa quilombo de acordo com suas necessidades de organização coletiva. Mas o quilombo também inventa o CEDENPA, não só por ser a primeira forma de organização negra conhecida, matriz de existência das que vieram depois, mas, principalmente, por ser mutável e agregar em seu próprio significado a retórica da ancestralidade que agora garante sua perpetuação. (Pinheiro, 2022, p. 4).

Em vista disso, territorializa esse local é buscar mudar paradigmas antes tidos como normais, que são, delimitar esse espaço a um grupo social específico, mas é resinificar a luta social do movimento, que se traduz para além de se fazer presente nesse espaço, mas se traduz na luta e resistência de um povo, de mostrar outros mecanismos, assim como, nesse sentido alguns meios educativos e políticos que se traduzem a partir disso. Por excelência o movimento ele é uma tomada política, haja vista que, se posicionar estrategicamente politicamente é uma forma se perceber, de enxergar num ambiente social que por vezes é extremamente excludente.

*O CEDENPA tem o seu ato educativo político, que é a tomada de consciência política, né? A valorização da cultura, da história, né? Do ser negro, da mulher negra. Da mulher negra, **porque é Nilma Mendes, que pensa a primeira marcha nacional das mulheres negras.** Eu estava com ela lá no Quilombo da República, a gente tomando uma cerveja. Ela disse, Tiana, bora fazer uma marcha, acho que a meta era duas mil mulheres, quantas mulheres fazer uma*

*marcha em Brasília, eu não sei o que, eu disse, bora! Aí depois a gente começou numa conversa legal, até a gente riu muito. (Joana Carmem do Nascimento Machado, 2024).*

Em vista disso, o CEDENPA, ele vai estar em várias áreas desempenhando seu papel político-educativo por via de uma movimentação, que se materializa por meio da educação, mas uma educação que está presente por meio da história, da valorização das mulheres negras e principalmente essa mulher negra amazônica.<sup>13</sup>

*E aí a gente chega em Brasília em 2015. Umas fotos lindíssimas desse encontro de Brasília, né? Eu tinha acabado de fazer o santo, as coisas maravilhosas, assim. Então tem a marcha das mulheres, **porque na minha abordagem sobre o CEDENPA, eu digo que o CEDENPA é uma mulher. Ele é feminino, ele é feminino, tu estás entendendo? Ele é feminino, eu acho que isso fica bem legal, entendeu? E é na história, sabe? Na história, tu tens a Nilma, tu tens as meninas, a Teteca, sabe? A própria Zélia, é um negócio assim muito forte, é uma África feminina ali, é uma Amazônia, né? Amazônia negra, Amazônia negra feminina, nesse lugar da organização política de negros e negras. Então aí tu tens ancestralidades múltiplas das matas, do rio, dos igarapés, dos encantados, sem necessariamente colocar a figura do indígena. Mas entender que a Amazônia, que a floresta, que a terra também tem essa ancestralidade africana, para além de quem chegou aqui primeiro, quem estava aqui primeiro, porque a terra é isso, não é? Mas a gente entende os camaradas originários que estavam aqui. Mas também a gente traz a nossa energia, cosmogonia, para dentro dessa Amazônia. E o CEDENPA para essa mulher. Tu estás entendendo? (Joana Carmem do Nascimento Machado, 2024).***

Desse modo, a interlocutora, conta como surgiu a primeira marcha de mulheres negras, realizado em 2015 em Brasília, assim como ela também nos mostra algo bem verdadeiro no que diz respeito a composição do CEDENPA, de grande maioria feminina, e com grandes contribuições para esse movimento. Assim como ela nos aponta elementos importantes como por exemplo a influência maior de mulheres nessa tomada de consciência política e de movimento, que é impulsionada por meio do CEDENPA, além disso, essa figura da mulher negra amazônica, com toda sua ancestralidades e cosmovisões que só são vistos nessa Amazônia com suas crenças de saberes que perpassam nossos encantados. Por isso, também é um dos elementos que vem da África e se juntas com os nossos conhecimentos dos povos originários.

---

<sup>13</sup> Em 2015 aconteceu a primeira marcha de mulheres negras de todo o país em Brasília, intitulada de “I Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver”, essa marcha foi idealizada pela militante e ativista do CEDENPA, Nilma Bentes. Em março deste ano foi lançada a segunda marcha que ocorrerá em novembro de 2025 em Brasília, que busca a “reparação e Bem viver”, estamos construindo a segunda marcha, está ocorrendo formações, articulações em todo o estado, além das mulheres negras de todo o Brasil e é muito importante fazer parte desse coletivo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim sendo, após meses de dedicação ao estudo desse assunto, chegamos a esse ponto da pesquisa, em que acreditamos não representar o todo acerca dessa temática. Primeiramente, é imprescindível ressaltar que esse trabalho analisou uma parte bem pequena da contribuição que o CEDENPA contribuiu e contribui para a sociedade paraense e também no âmbito nacional. Desse modo, é significativo constatarmos o quanto aspectos que se projetam para além do Estado, isso é muito importante considerando a nossa distância geográfica e o rompimento de estereótipos norte e sul, posto nosso colonialismo interno ainda bastante presente.

Nessa perspectiva, um dos pontos relevantes para deixarmos demarcados aqui é o quanto este movimento lutou para a reparação e inserção de negros e de negras nas escolas, nas universidades e nos mais variados lugares da sociedade brasileira.

Um outro aspecto a se destacar diz respeito a elementos discutidos e debatidos na década de 1980, que estavam à margem tanto da agenda pública da sociedade, quanto de nossas pesquisas, pois esses serão pontos chaves para pensarmos o hoje quanto às demandas que este movimento traçou e o que ele conseguiu alcançar e mostra sua atualidade. Por isso, um dos propulsores para chegarmos a tais referências foram os livros e as cartilhas produzidas, os quais nos dão um panorama de como estavam as discussões na época e nos fazem pensar como certos aspectos não mudaram.

Citamos aqui o livro do 7º encontro Norte e Nordeste. Podemos dizer que o material possibilitou-nos compreender alguns pontos, algumas demandas e também a efetivação que se deu por meio das conquistas, dizem respeito por exemplo, a solicitação de criar cursos pedagógicos e núcleos de estudos em bairros periféricos, a fim de informação da população negra, conquista esta efetivada, hoje temos diversos cursos sobre a temática racial no Estado no Pará e no Brasil.

Outro ponto refere-se ao pensarmos na educação, mais especificamente a Secretaria de Estado de Educação do estado, de como o movimento, estrategicamente ocupou e disputou esse espaço institucional, fazendo-se presente nesse local, se projetou e nesse lugar está, buscando cobrar reivindicações, fazendo valer as mobilizações dos coletivos de negros e de negras, compreendendo demasiadamente o papel da educação, na efetivação de direitos que transmitem a população preta. Considerando que o movimento se implantou na Seduc na década

de 2000, muito antes de ser reconhecida nacionalmente a Lei 10.639/2003, que se tornou um grande marco para as discussões que se acerbam da perspectiva educacional étnico-racial.

Isso é uma maneira para entendermos o quanto o movimento é importante para a conquista, a formulação e a implementação de políticas raciais. Nesse sentido, percebe-se a vanguarda disso, ou melhor, é necessário entender que a ocupação de espaços institucionais do poder público por esses movimentos é permeada por conflitos. Na realidade, esses movimentos travam lutas históricas por reconhecimento e assim revelam contradições e conflitos no Estado e na sociedade nacional, que, muitas vezes, negam tais demandas. Desse modo, isso se constitui uma maneira de educar e por assim dizer descolonizar e democratizar o poder público e a sociedade, se materializando em uma perspectiva antirracista que se forja por meio do e no movimento.

Em suma, quando refletimos sobre nossos objetivos quanto a identificar e a analisar as contribuições e desafios do CEDENPA como movimento político-educativo, na construção de uma educação antirracista e democrática na sociedade brasileira, em particular no contexto amazônico, consideramos que tal perspectiva este movimento consegue atingir diante, principalmente, de sua preocupação com os negros e as negras na sociedade, com a história que vem sendo ensinada do negro, isso muito antes da Lei 10.639/2003.

Quanto ao nosso objetivo de fazer um breve panorama da trajetória do CEDENPA por meio de suas lutas e resistências sociais, que demarcam o surgimento de um movimento político-educativo antirracista e democrático, trouxemos um pouco sobre essa trajetória, seja por meio das discussões travadas diante das demandas, como por meio das conquistas do movimento. Como exemplo, as inserções que saem do movimento vão influenciar na elaboração da legislação estadual, artigos 273, 277 e 322. O primeiro traz a concepção de direito e acesso e permanência na escola para qualquer pessoa; o segundo, além do ensino religioso, possibilita a inserções das religiões afro-brasileiras e, por fim, o terceiro que trata da titulação de terras às comunidades quilombolas.

Quanto ao objetivo que versa sobre o repertório de luta e resistência do CEDENPA, pode-se afirmar que o movimento tem conseguido influenciar e se projetar nos espaços sociais, em particular nas escolas e políticas de educação do Pará. Neste

questo, bastante relevante ao se ler essa pesquisa, veremos que este movimento vem se inserindo nos mais variados lugares. Nas escolas, por exemplo, o quantitativo dessas é enorme no estado, logo é um trabalho muito grande. No entanto, o CEDENPA se faz presente no âmbito maior que é na Seduc, com representação de seus militantes, que desenvolvem formações e capacitações para diretores e coordenadores pedagógicos para serem repassadas aos grupos de professores. Quanto a se fazer presente nas políticas educacionais, esse movimento se projeta para lá, mesmo que não seja de forma pacífica, o que percebemos é que quando se trata de coletivos sociais nem sempre a aceitação se dá pela comunicação e discussão, na maioria das vezes é preciso se colocar a frente, ir e se colocar pela imposição mesmo.

Em síntese, ao pensarmos a respeito do objetivo cartografar saberes e processos educativos com base nessa experiência de luta do CEDENPA, eles são vistos ao levarmos em consideração a preocupação do movimento com a história que vinha sendo ensinada de negros e negras na escola, na preocupação da mulher negra e também pelo fato do coletivo desse movimento ter como sua maior representação a figura feminina. É necessário ainda compreender que a educação precisava ser institucionalizada, a fim de capacitar professores e professoras no trato com as demandas étnico-raciais nas escolas, haja vista que, numa perspectiva de emancipação, a instituição escolar deve assumir um compromisso, também, de combate ao racismo e a discriminação. Na tomada de consciência política, o corpo negro como sendo educativo, projeta-se para espaços, lugares e representações. Na perspectiva anti-negro que o movimento utiliza. Nos espaços conquistados pelo CEDENPA, por exemplo, a banda afro axé Dudu, o ritual das candeias, o quilombo da praça da república e marcha de mulheres negras que se transmite em âmbito nacional.

Nesses termos, assim, foi possível identificar o CEDENPA como um movimento negro, além de político, educativo e epistêmico, que emerge das margens e, em cada momento histórico, busca se situar e atuar criticamente como um sujeito coletivo pensante e atuante frente aos grandes problemas da sociedade brasileira, em particular no estado Pará, como o racismo. Esse problema apresenta-se como nuclear em seu repertório, contudo, para o movimento, ele não pode ser compreendido e combatido fora de uma crítica ao capitalismo, bem como ao patriarcalismo e colonialismo, exigindo uma práxis interseccional e descolonial.

Nesse sentido, a contribuição do movimento à luta pelo reconhecimento étnico-racial compreende a instituição escolar como território de poder importante a ser ocupado nessa causa, mas não pode se reduzir a ela. A disputa se faz, também, na esfera do Estado por políticas públicas antirracistas, bem como em outras dimensões da sociedade. Assim, o CEDENPA vem dando uma importante contribuição à luta antirracista e, conseqüentemente, ao processo de democratização da sociedade brasileira a partir de seu protagonismo na Amazônia, expressando, por conseguinte, um movimento profundamente educativo numa perspectiva contra-hegemônica.

## REFERENCIAS

“CEDENPA. **Uma breve história dos 30**”: centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará. (Organização). Nilma Bentes. Novembro de 2010.

ALEIXO, Mariah Torres. Trajetória política e intelectual de uma mulher preta da/na Amazônia: com a palavra, Zélia Amador de Deus. **NOVOS DEBATES**, 7(2): E7208,2021 DOI: 10.48006/2358-0097-7208

ALMEIDA, Fabiana Alves de. Educação Antirracista na formação inicial de docentes: uma proposta de conscientização. Orientadora: Mariana Aranha de Souza. (Dissertação). Mestrado Profissional em Educação da Universidade e Taubaté. Taubaté. (2023). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=13595203](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13595203). Acessado em novembro de 2023.

ALMEIDA, Lídia Jéssica Messias de. Políticas Públicas para Educação das Relações Étnico-raciais em Feira de Santana – Bahia (2006-2016). Orientador: Paulo Sérgio da Costa Neves. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão-SE. (2019). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7697627](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7697627). Acessado em novembro de 2023.

ALVES, Paulo Tiago Oliveira. A contribuição do NIGER/NEAB no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Juazeiro do norte e a formação do Professor de educação física na educação das relações étnico-raciais. Orientadora: Cicera Nunes. (Dissertação). Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Regional do Cariri-URCA. Crato-CE. (2022). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=12234139](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12234139) .Acessado em novembro de 2023.

AMADOR DE DEUS, Zélia. Os Herdeiros de Ananse: movimento negro, ações afirmativas, cotas para negros na universidade. Orientadora: Marilu Márcia Campelo. (Tese). Belém. 2008. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclcfndmkaj/https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream> .Acessado em junho de 2024.

AMARAL, Assunção José Pureza. Caminhos Negros e a Afrodescendência na Amazônia. Campelo, Marilu Marcia; Jesus, Raimundo Jorge de; Deus, Zélia Amador de. (org.). **Entre os Rios e as Florestas da Amazônia: Perspectivas, memórias e narrativas negras em movimento**. Belém: UFPA; GEAM, 2014.

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local . Santos, Milton;

ANDRÉ, Elias Mande Laurindo. Experiências discentes de Formação inicial no curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola-Habilitação Pedagogia da Univille. Orientador: Alexandre Vanzuita. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto Federal Catarinense – *Campus Camboriú*. Camboriú-SC. (2022). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11654912](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11654912) . Acessado em novembro de 2023.

ARAÚJO, Marlene de. Infância, Educação infantil e relações étnico-raciais. Orientadora: Nilma Lino Gomes; Coorientadora: Isabel de Oliveira e Silva. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação: conhecimento e inclusão social da Faculdade Educação da UFMG. Belo Horizonte. (2015). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3440862](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3440862). Acessado em novembro de 2023.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BACKES, Benicio. “Foi o espaço que encontrei”: a temática étnico-racial em escolas de educação básica em um contexto de colonialidade germânica. Orientador: José Licínio Backes. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande. (2019). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7701741](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7701741) .Acessado em novembro de 2023.

BARBOSA, Elaine. Aprendizagens Decoloniais a partir das cartas de mulheres encarceradas: um estudo sobre o Movimento Negro Educador. Orientadora: Cláudia Miranda. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. (2017). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=6715375](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6715375). Acessado em novembro de 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70-Lisboa. Distribuidor no Brasil: Livraria Martins fontes. São Paulo. 1977.

BATISTA, Alisson Ferreira. Entre o Tema e a vida – a fotografia preta como estratégia para a Educação das relações raciais. Orientadora: Carla Beatriz Meinerz. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. (2021). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11061438](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11061438) .Acessado em novembro de 2023.

BATISTA, Michelangelo Henrique. Relações e interações raciais entre universitários negros e brancos no curso de pedagogia e direito da UFMT: (re) construção de identidades na contemporaneidade. Orientadora: Suely Dulce de Castilho. (Tese).

Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá – MT. (2019). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=8389944](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8389944) .Acessado em novembro de 2023.

BELOTO, Gisele Maria. Material Didático de História com vista à Lei nº 10.639/03: uma construção de política educacional. Orientador: Artur José Renda Vitorino. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas. (2019). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=8293907](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8293907) . Acessado em novembro de 2023.

BRAGA, Decio Julio vicentin. Persistência do racismo nas escolas e os desafios para a superação. Orientadora: Maria José de Jesus Alves Cordeiro. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do sul. Paranaíba/MS. (2020). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=9630058](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9630058).Acessado em novembro de 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino e História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**: Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p.11.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP 2/2015. **Diário da União**: Brasília, 2 de julho de 2015. Seção 1.pp.8-12.

BRASIL. Presidência da República. Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Decreto nº 8.136, de 5 de novembro de 2013. Aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial- Sinapir, instituído pela Lei nº 12.288, de julho de 2010. **Diário Oficial da União**: Brasília, 06 Nov. 2013, Seção 1.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Ministério da Educação, Brasília, 10 jan. 2003. p. 1.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei nº 11.645, de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a

obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 10 de março de 2008; 187º\_Independência e 120º\_ República.

BUENO, Marisa Fernanda da Silva. A Emergência do discurso da Branquitude na Legislação Brasileira: Racismo e Educação. Orientador: Mozart Linhares da Silva. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC. Santa Cruz do Sul. (2020). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=9255548](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9255548). Acessado em novembro de 2023.

CANCELLO, Theo de Sá Guimarães. RAP: Insistência, Resistência, (Re) existência relatos de rappers da baixada santista. Orientadora: Ivanise Monfredini. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS. Santos. (2019). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=8977451](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8977451). Acessado em novembro de 2023.

CAREGNATO, Lucas. Intelectualidade Negra Feminina: análise das trajetórias acadêmicas e militantes de Petronilha Gonçalves e Silva e Nilma Lina Gomes. Orientadora: Isabel Aparecida Bilhão. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. São Leopoldo. (2022). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11956968](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11956968). Acessado em novembro de 2023.

Cartilha do Cedenpa. **Raça Negra: a luta pela liberdade**. 1988.

Cedenpa: **Uma Breve História dos 30 anos** - Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará. Canal do youtube. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=dCFaMiyTX\\_I&t=256s](https://www.youtube.com/watch?v=dCFaMiyTX_I&t=256s). Acessado em junho de 2024.

CEDENPA; MALUNGU. **Igualdade racial é possível!** Redário Afro-negritude-quilombola. 2009

CONCEIÇÃO, Alexandre Ferraz da. Kizomba – Festa da consciência negra: um projeto escolar influenciado pelo Movimento Negro (Montenegro/RS de 1988 a 2002). Orientadora: Isabel Aparecida Bilhão. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo. (2022). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11977039](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11977039). Acessado em novembro de 2023.

CORNÉLIO, Beatriz Gomes. Percepções e vivências de cotistas negras e negros na Universidade Federal de Viçosa: “Será que esse espaço é pra mim?”. Orientadora: Heloisa Raimunda Herneck. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa (2020). Disponível em:

[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=10733781](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10733781). Acessado em Novembro de 2023.

CORRÊA, Fabíola Maciel. Processo de Formação e engajamento político na trajetória intelectual de Abdias Nascimento (1930 – 1944). Orientador: Carlos Eduardo Vieira. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. (2019). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7804585](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7804585) .Acessado em novembro de 2023.

CORREIA, Severino do Ramo. A Educação enquanto palco (auto)biográfico: o “eu” idêntico de Lepê correia. Orientador: Edilson Fernandes de Souza. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife. (2023). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=13492889](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13492889) .Acessado em novembro de 2023.

DAVID, Luecy Verônica Mendes Garcia. Gestão de Políticas de cotas na Educação superior: um estudo da implementação, conquistas e desafios na Universidade Estadual de Londrina. Orientadora: Tania Costa Fernandes. (Dissertação). Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina. 2019. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=8188002](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8188002). Acessado em Novembro de 2023.

DIAS, Vitor Sader Guimarães. Histórias de Macumba: discursos em disputa nos livros didáticos de história. Orientadora: Carmen Teresa Gabriel Le Ravalle. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. (2020). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=8832272](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8832272). Acessado em novembro de 2023.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>: Acessado em 15 de julho de 2022.

EVANGELISTA, Joelma Inês. O Perfil socioeconômico dos estudantes negros cotistas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Orientadora: Carina Elisabeth Maciel. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande. (2020). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=9855015](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9855015). Acessado em Novembro de 2023.

EVANGELISTA, Nadila Jardim. As contribuições da Pedagogia Feminista Negra ao campo do currículo a partir dos textos de Nilma Lino Gomes. Orientadora: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudeste da Bahia. Vitória da conquista – Bahia. (2021). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11248954](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11248954) .Acessado em novembro de 2023.

EVARISTO, conceição. **Escrevivência: a escrita de nós-reflexões sobre a vida de conceição Evaristo. (org)**. Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes. Editora mina comunicação e arte, Rio de Janeiro, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A integração no negro na sociedade classes**. 5ª edição. Editora globo, 2008.

FERREIRA, Priscilla Ramalho. “Lute como uma menina” negra: ocupações estudantis e identidades políticas de jovens mulheres negras. Orientador: Geraldo Magela Pereira Leão. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. (2020). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=13585934](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13585934) .Acessado em novembro de 2023.

FERREIRA, Silva Kelly Nascimento. A Gestão Escolar e as relações étnico-raciais: a implementação da Lei.10.639/03 no contexto da EJA em duas escolas da rede municipal de educação de Feira de Santana-BA. Orientadora: Gilvanice Barbosa da Silva Musial. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. Salvador. (2022). Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://repositorio.ufba.br/bitstream>. Acessado em novembro de 2023.

FURTADO, Tanara Forte. Educação das Relações Étnico-raciais e desestabilização de subjetividades em formação continuada de professores no curso UNIAFRO/UFRGS (2013-2014). Orientadora: Carla Beatriz Meinerz. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. (2022). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11814925](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11814925). Acessado em Novembro de 2023.

GAUDIO, Eduarda Souza; PASSOS, Joana Célia dos. Decolonialidade e relações raciais: um olhar sobre o ensino de História no currículo de Pedagogia da UFRGS. **Intellèctus**, ano XX, n.1, 2021, p.92-111.

GAUDIO, Eduardo Souza. Perspectiva negra decolonial: a insurgência de intelectuais negros/as em cursos de Pedagogia de universidades do sul do Brasil. Orientadora: Joana Célia dos Passos. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. (2021). Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://www.cotas.org.br/files/download>

ds/12/Perspectiva%20negra%20decolonial%20a%20insurg%C3%Aancia%20de%20intelectuais%20negros%20as%20em%20cursos%20de%20Pedagogia%20de%20universidades%20do%20Sul%20do%20Brasil.pdf .Acessado em novembro de 2023.

GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos Movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola. São Paulo: 1997.

GOMES, Nilma Lino Gomes. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Editora: vozes. Petrópolis, RJ: 2017. 7ª reimpressão.

GONÇALVES, Michelly dos Santos. A implementação das DCNERER nas escolas públicas e os desafios para o currículo e práticas pedagógicas. Orientadora: Eugenia Portela de Siqueira Marques. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados da Faculdade de Educação. Dourados – MS. (2019). Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-EDUCACAO/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20Defendidas/Michelly%20dos%20Santos%20Gon%C3%A7alves.pdf .Acessado em novembro de 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio**. Flavia Rios e Márcia Lima (org.). Rio de Janeiro, 2020. ZAHAR.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura Brasileira. In: **Revista ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfendmkaj/https://nosmulheresblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/gonzalez-racismo-e-sexismo-na-cultura-brasileira.pdf. Acesso em junho de 2024.

GUAMIERI, Fernanda Vieira; SILVA, Lucy Leal Melo. Cotas Universitárias no Brasil: análise de uma década de produção científica. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 21, Número 2, Maio/Agosto de 2017: 183-193. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/4jyF7L8ncM6QTVKM3TzjdGj/ . Acessado em dez de 2023.

HURTADO, Lina Maria.; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter **RESISTIR Y REEXISTIR**. **GEOgraphia**, v. 24, n. 53, 22 nov. 2022.

JORGE, D. D. S., BESERRA, M. R. B., & MOURA, T. F. D. (2016). Movimento Negro: A Atuação Política Do Movimento Como Fator De Conversão De Suas Demandas Em Políticas Públicas. **Caderno Virtual**, 1(32). Recuperado de https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/1189. Acessado em: 15 de julho de 2022.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. Martin W. Bauer; George Gaskell. (org.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual Prático**. 2ª edição. Editora: VOZES. Petrópolis, 2003. 66

LEFEBVRE, Henri. **El Marxismo**. Edición: EUDEBA, Buenos Aires 1961. Disponível em: https://proletarios.org/books/Lefebvre-El\_marxismo.pdf. Acessado 20 de janeiro de 2023.

MACIEL, Regimeire Oliveira. Mulheres negras e antirracismo no Brasil. Revista internacional interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, v.17,p. 01-21.jan/dez.2020.  
MAIA, Jorge Lucas. Trânsitos Sul-Atlânticos: O centro de estudos Afro-Asiáticos e a circulação de referenciais de cultura negra na diáspora africana. Orientador: Amilcar Araujo Pereira. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. (2020). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=8814275](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8814275). Acessado em novembro de 2023.

MARÇAL, Jose Antônio. Políticas Afirmativas para negros nas Universidades Federais entre 2002—2012: Processos e sentidos na UNB, UFPR e UFBA. Orientador: Paulo Vinicius Baptista da Silva. (Tese). Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba. 2016. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/53690/R%20-%20T%20-%20JOSE%20ANTONIO%20MARCAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acessado em novembro de 2023.

MARQUES, Tiago Soares. Branquitude e Formação de Professores de História: narrativas e representações de docentes em Universidades do Rio Grande do sul. Orientador: Deivison Moacir Cezar de Campos. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil. Canoas. (2022). Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://servicos.ulbra.br/BIBLIO/PPGE/DUM330.pdf>. Acessado em novembro de 2023.

MARTINS, Wálison Clister Lima. A Educação das relações étnico-raciais nos projetos pedagógicos curriculares do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre. Orientadora: Simone Maria Chalub Bandeira Bezerra. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre (UFAC). Rio Branco. (2021). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11221388](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11221388) .Acessado em novembro de 2023.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Heider Carlos. Pedagogias culturais no tambor de Mina do maranhão. Orientador: Deivison Moacir Cezar de Campos. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil. Canoas, RS. (2022). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11779349](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11779349) .Acessado em novembro de 2023.

MELLO, Ana Carolina Tavares de. Políticas de cotas Raciais na Universidade Estadual de Londrina: Percursos em contexto de retrocesso de direitos. Orientadora:

Eliana Cleide da Silva Czerniz. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina. Londrina. (2020). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=10013136](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10013136). Acessado em Novembro de 2023.

MESQUITA, Tayná Victória de Lima. É Preciso mudar os lugares da mesa: um estudo das carreiras militares de acadêmicos negros na Universidade Estadual de Campinas. Orientadora: Ana Maria Fonseca de Almeida. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas. (2021). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11109036](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11109036). Acessado em novembro de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. Maria Cecília de Souza Minayo. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21ª edição. Editora: VOZES. Petrópolis. 2002.

MIRANDA, Maria Aparecida. **Movimento Negro e antirracismo: práticas insurgentes movendo as leituras do serviço social**. 2 a 7 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23571/16320> .Acessado em dezembro de 2023.

MONTEIRO, Alef. Uma vida dedicada ao combate do racismo na Amazônia: entrevista com Zélia Amador de Deus, por ocasião de seus 70 anos. **Novos cadernos NAEA** v-23, n.3, p. 265-281, set-dez 2020, ISSN 1516 – 6481/ 2179 – 7536.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do Negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora paz e terra s/a, 1978.

NASCIMENTO, Lucas Ferreira do. Coletivos Negros Universitários: agentes e agendas antirracistas na Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Maria Hustana Vargas. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói. (2023). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=13760917](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13760917). Acessado em novembro de 2023.

NETO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. Expressão Popular. 1ª edição. São Paulo, 2011.

NETO, Otávio Cruz. O Trabalho de Campo como Descoberta e criação. Maria Cecília de Souza Minayo. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21ª edição. Editora: VOZES. Petrópolis. 2002.

NEVES, Francyslene Pereira. Experiências do Movimento Negro de Rondonópolis e as Políticas antirracistas de Educação. Orientadora: Ivanete Rodrigues dos Santos. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Rondonópolis. Rondonópolis-MT. (2019).

Disponível em:  
[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=9229696](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9229696) .Acessado em novembro de 2023.

NUNES, Adelina Malvina Barbosa. A Branquitude e o Ensino Superior: Reflexos e desafios na docência. Orientadora: Margareth Diniz. (Dissertação). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana. (2020). Disponível em:  
[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=9086717](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9086717). Acessado em Novembro de 2023.

NUNES, Sandra Maria Maciel. A implementação da Lei 10.639/2003 e seus desdobramentos no município de Ribeirão Preto-SP. Orientadora: Andrea Coelho Lastória.(Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto-SP. (2018). Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgicfindmkaj/<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde-16092018-182046/publico/DISSERTACAOSANDRAMARIAMACIELNUNESVERSAOCORRIGIDA.pdf> . Acessado em novembro de 2023.

OLIVEIRA, Cleidiane Lemes de. Educação antirracista em contexto de Pandemia: o projeto escolar de todas as cores. Orientadora: Lorene dos Santos. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte. (2022). Disponível em:  
[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11696608](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11696608) .Acessado em novembro de 2023.

OLIVEIRA, Cleuza Maria de. A implementação da Lei 10.639/2003 Em projetos multidisciplinares: um estudo de caso na Escola Estadual Profa. Maria (Coutinho contagem-MG). Orientador: João Fortunato Soares de Quadros Jr. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana/MG. (2021). Disponível em:  
[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11423113](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11423113) .Acessado em novembro de 2023.

OLIVEIRA, Edicleia Lima de. Trajetórias e Identidades de docentes Negros na Educação Superior. Orientadora: Eugenia Portela de Siqueira Marques. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande dourados. Dourados-MS. (2020). Disponível em:  
[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=9702880](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9702880) .Acessado em novembro de 2023.

OLIVEIRA, Eline Rodrigues de. O Racismo Estrutural e a visões de mundo de estudantes cotistas raciais da Furg. Orientador: Ricardo Gonçalves Severo. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal

do Rio Grande. Rio Grande. (2021). Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcgiclfndmkaj/https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/9f0aa0bb4b7f6dcec6eddebab9e8ac36.pdf. Acessado em Novembro de 2023.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil. **Educação em Revista** | v.26 | n.01 | p.15-40 | abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLJyh9G9tqvQp4v/abstract/?lang=pt>. Acessado em 22/12/2022

OLIVEIRA, Thaynara silva. Relações étnico-raciais e educação: políticas antirracistas no Município de Cariacica. Orientadora: Gerda Margit Schutz Foerst. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. (2019). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=8090559](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8090559). Acessado em novembro de 2023.

ONU. **Declaração e Plano de Ação da III conferência Mundial de combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Declaração de Durban.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2001. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20adotado%20pela%20Terceira%20Confer%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20contra%20o%20Racismo,%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial,%20Xenofobia%20e%20Formas%20Conexas%20de%20Intoler%C3%A2ncia.pdf>. Acessado em 12 de janeiro de 2023.

PARÁ. Assembléia Legislativa do Estado do Pará. Lei nº 6.941, de 17 de janeiro de 2007. Estabelece políticas públicas específicas à população negra do Estado do Pará, visando o combate às desigualdades sociais e à discriminação racial e dá outras providências. **DOE** nº 30.846 de 18/01/2007.

PARÁ. Governo do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Lei nº 9.341, de 11 de novembro de 2021. DOE nº 34.764, de 12/11/2021. Institui o Estatuto da Equidade Racial no Estado do Pará, adota os preceitos da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e altera a Lei Estadual nº 6.941, de 17 de janeiro de 2007. **Diário Oficial**: Pará, 12 de novembro de 2021.

PAULA, Bruno Henrique de. Outros Saberes, outra docência: Professores (as) negros (as) e a emergência da impedância Pedagógica no contexto das ações afirmativas. Orientador: Rodrigo Ednilson de Jesus. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação conhecimento e Inclusão social. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. (2020). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=9825401](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9825401). Acessado em Novembro de 2023.

PAULA, Cláudia Regina de. Pilares negros: educação, fé e política na Diocese de Duque de Caxias (1988 – 2000). Orientador: Roberto Luís Torres Conduru. (Tese).

Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. (2013). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=159041](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=159041) .Acessado em novembro de 2023.

PIMENTA, Renata Waleska de Souza; PASSOS, Joana Célia dos; SILVA, Carlos Alberto silva da. **A Pedagogia da ancestralidade: no ensino de linguagem a partir da educação das relações étnico-raciais**. 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/issue/view/703>. Acessado em junho de 2024.

PINHEIRO, Ivonete. CEDENPA É QUILOMBO: reflexões sobre organização política e ancestralidade negra em Belém-Pará. Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.33rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPljtzOjQ6IjI3MTQiO30iO3M6MT0iaCI7czoZMjoiMGQ4N2RmMTc3ZTgwZmI2MWE2MDhmYTE4NjA3OGI1MmQiO30%3D>. Acesso em maio de 2024. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Belém. 2015. Disponível em: <http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/DISSLUCIANETEIXEIRA.pdf>. Acessado em: 4 de janeiro de 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. Editora Ática S.A. São Paulo: 1993.

RAMOS, Guerreiro. **A redução sociológica**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. Lélia Gonzalez: **retratos do Brasil Negro**. São Paulo: selo Negro, 2010.

**Relatório 7º Encontro de Negros do Norte e Nordeste**. Belém-Pará 09 a 12 de julho de 1987

RODRIGUES, João Marcos de Souza. O Movimento Negro e a Educação: uma análise da revista da ABPN. Orientador: André Augusto Diniz Lira. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande/PB. (2021). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=10972909](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10972909) . Acessado em novembro de 2023.

RODRIGUES, Maria dos remédios. A cultura política crítica como possibilidade de Emancipação humana: notas sobre os movimentos sociais. Orientador: Rodrigo Matos de Souza; Coorientador: José Gonzalez Monteagudo. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade profissional – da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – DF. (2020). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=10972909](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10972909)

wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\_trabalho=9941716 .Acessado em novembro de 2023.

ROZA, Isis Silva. Trajetórias, práticas e produções de conhecimento de intelectuais negras dos núcleos de estudos Afro-Brasileiros da região sudeste. Orientadora: Nilma Lino Gomes. (Tese). Programa de Pós-graduação em Educação: conhecimento e inclusão social, da faculdade de educação – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. (2022). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=13618864](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13618864) .Acessado em novembro de 2023.

SALDANHA, Carla Marinho; CARDOSO, Denise Machado. Mulheres e Participação Política na Associação de Abacatal/ Aura-Ananindeua/Pará. Campelo, Marilu Marcia; Jesus, Raimundo Jorge de; Deus, Zélia Amador de. (org.). **Entre os Rios e as Florestas da Amazônia: Perspectivas, memórias e narrativas negras em movimento**. Belém: UFPA; GEAM, 2014.

SANTANA, Vinicius. Sueli Carneiro. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/filosofas/sueli-carneiro/>. Acessado em: 20 de Abril de 2023.

SANTOS, Aderado Pereira. Arma da Educação: Cultura política, cidadania e antirracismo nas experiências do Professor Hemetério José dos Santos (1870-1930). Orientador: Irma Rizzini; Co-orientador: Alessandra Frota Martinez de Schueler. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. (2019). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7228493](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7228493) .Acessado em novembro de 2023.

SANTOS, Elenilda da silva. Não alisa não: negritudes, identidades e o processo de implementação da Lei 10.639/03 na escola estadual costa Marques, Araputanga-MT. Orientador: Paulo Alberto dos Santos Vieira. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres-MT. (2020). Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://portal.unemat.br/media/files>. Acessado em novembro de 2023.

SANTOS, Gilca Ribeiro dos. Fundamentos Filosóficos da Pedagogia Multirracial: Propostas dos movimentos negros do Rio de Janeiro e Santa Catarina (1980-2000). Orientador: Antônio Joaquim Severino. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho. São Paulo. (2020). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=9868901](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vie wTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9868901). Acessado em novembro de 2023.

SANTOS, Mário Alves dos. “Espera aí, agora somos nós”: Percepções sobre o racismo, práticas pedagógicas e educação das relações étnico-raciais numa escola de Cuibá-MT (2006-2021). Orientador: Sérgio Pereira dos Santos. (Dissertação). Cuibá. (2022). Disponível em:

[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11749460](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11749460). Acessado em novembro de 2023.

SANTOS, Milton. O retorno do Território. Santos, Milton; Souza, Maria Adélia A; Silveira, Maria Laura. (org.). **Território: Globalização e fragmentação**. Editora. HUCITEC. ANPUR. 4º edição: 1998.

SANTOS, Rhaul de Lemos. Negros/as surdos no ensino superior: mapeando cursos de graduação de Letras Libras. Orientadora: Sueli Fernandes. Coorientador: Paulo Vinicius Baptista da Silva. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação, diversidade diferença e desigualdade social da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. (2019). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7650037](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7650037) . Acessado em novembro de 2023.

SHIOTA, Ricardo Ramos. Guerreiro Ramos e a Questão Racial no Brasil. **Temáticas**, Campinas, 22, (43): 73-102, fev./jun.2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11417>. Acessado em: 20 de Abril de 2023.

SILVA, Adriano Bueno da. Ensino de História e cultura Afro-Brasileira: de pauta do movimento negro à Lei 10.639. Orientador: Newton Antonio Paciulli Bryan. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas. (2022). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=12040622](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12040622) . Acessado em novembro de 2023.

SILVA, Carla Aparecida da. História, memória e identidade cultural: um estudo da produção didático-literária para a educação das relações étnico-raciais. Orientadora: Claudia Miranda. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. (2019). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=8472798](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8472798). Acessado em novembro de 2023.

SILVA, Charles Luiz da. Vozes Ativas: socialização, vivências e resistências de estudantes negras e negros egressos do ensino médio em uma escola pública de Belo horizonte-MG. Orientadora: Rosa Maria da Exaltação Coutim. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana-MG. (2022). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11671664](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11671664) . Acessado em novembro de 2023.

SILVA, Isabella Sacramento da. Rememoração de estudantes negros (as) do Ensino Fundamental sobre personagens negros em Livro didáticos. Orientador: Paulo Vinicius Baptista da silva. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação

do setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. (2019). Disponível em:

[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7805068](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7805068). Acessado em novembro de 2023.

SILVA, Isis Tomas da. Os Caminhos das políticas para a população negra no ensino superior: um estudo sobre a organização e a conduta das ações afirmativas na Universidade Estadual de Ponta Grossa entre os anos de 2013 a 2016. Orientadora: Maria Isabel Moura Nascimento. (Dissertação). Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2020. Disponível em:

[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=10438121](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10438121). Acessado em Novembro de 2023.

SILVA, Laio Marques. A implementação da Lei 10.639/03 em uma escola estadual de Montes Claros/MG. Orientadora: Vândiner Ribeiro. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri *campus* Diamantina. Diamantina. (2016). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4307949](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4307949) . Acessado em novembro de 2023.

SILVA, Leandro de Souza. Educação das relações étnico-raciais nos cursos de Licenciatura em Educação Física no Mato Grosso do Sul. Orientadora: Eugenia Portela de Siqueira Marques. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da universidade Federal da Grande dourados. Dourados – MS. (2019). Disponível em:

[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7720605](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7720605) .Acessado em novembro de 2023.

SILVA, Luiz Gustavo Santos da. “o que a gente não registra, o vento leva”: diálogos com intelectuais negros (as) da Bahia. Orientadora: Mailsa Carla Pinto Passos. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. (2022). Disponível em:

[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11912065](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11912065) .Acessado em novembro de 2023.

SILVA, Mozart Linhares da; TRAPP, Rafael Petry. Movimento negro no Brasil contemporâneo: estratégias identitárias e ação política. **Revista Jovem Pesquisador**, Santa Cruz do Sul, v.1, p.89-98, 2010. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/2252>. Acessado em: 10 de janeiro de 2023.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n.3 (63), p. 489-506, set./dez.2007.

SOARES, Edimara Gonçalves. **Geografia Escolar e Quilombos**: A Construção do Raciocínio Geográfico. Pesquisas, Florianópolis, v. n. 13, Ed. Especial: SELGeo, p.135-152, jun.2020. Acessado em dezembro de 2022.

SOUZA, Cristiane Gonçalves de. Movimentos sociais, suas demandas e articulação política nas políticas de currículo promovidas pela SECAD/MEC BRASIL (2003 – 2010). Orientadora: Rosanne Evangelista Dias. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. (2019). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=8613096](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8613096) .Acessado em novembro de 2023.

SOUZA, Danielle Felisberto de. Movimento Negro de São Carlos e a UFSCAR: a extensão universitária sobre relações étnico-raciais. Orientador: Manoel Nelito Matheus Nascimento.(Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos-SP. (2017). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5164878](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5164878) .Acessado em novembro de 2023.

SOUZA, Izaque Pereira de. Do Movimento Negro às cotas raciais na Educação superior: a (re) construção da identidade negra na perspectiva Educativa e Inclusiva. Orientadora: Tereza Kazuko Teruya. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Maringá. (2020). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=10415708](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10415708) .Acessado em novembro de 2023.

Souza, Maria Adélia A; Silveira, Maria Laura. (org.). **Território: Globalização e fragmentação**. Editora. HUCITEC. ANPUR. 4<sup>o</sup> edição: 1998.

STROHER, Carlos Eduardo. Privilégio e Sortilégio da cor: marcas da branquitude e do racismo nas relações étnico-raciais de jovens estudantes do vale do rio caí. Orientadora: Carla Beatriz Meinerz. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Rio Grande do sul. Porto Alegre. (2022). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=12253987](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12253987) . Acessado em novembro de 2023.

VAZ, Danielle de Deus França Gomes Galvão. Redes de Etnoeducadores/as no trânsito Brasil – Colômbia um estudo a partir das pedagogias decoloniais e da interculturalidade crítica. Orientadora: Claudia Miranda. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. (2017). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=6062949](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6062949) .Acessado em novembro de 2023.

VENTURA, Joilson Gonçalo. “De ‘conto de fadas’ a ‘ruptura dos guetos’”: análise da educação das relações étnico-raciais no curso de Geografia da UFMT-2013 a 2019. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. (2020). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=9344077](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9344077) .Acessado em novembro de 2023.

VIEIRA, Carlos Eduardo; CORREA, Fabiola Maciel. Abdias Nascimento: a trajetória de intelectual negro engajado na disseminação de saberes emancipatórios entre as décadas de 1920 e 1940. **Revista Brasileira de História da Educação** (v.22.2022) Dossiê. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/fzf3Fdxs9kwfy7VhH5yRMbL/>. Acessado em: 20 de Abril de 2023.

VIEIRA, Carlos Eduardo; CORREA, Fabiola Maciel. Addias nascimento: a trajetória de um intelectual negro engajado na disseminação de saberes emancipatórios entre as décadas de 1920 e 1940. *Revista Brasileira de História da Educação* (v. 22. 2022). Dossiê.

VIEIRA, Enilton Ferreira. Lei N. 12.711/2012: Trajetória Histórica, limites da ação afirmativa e aplicabilidade na Universidade Federal do Amapá – UNIFAP (2013 a 2020). Orientadora: Piedade Lino Videira. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá. Macapá. (2022). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11380094](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11380094). Acessado em Novembro de 2023.

WASILEWSKI, Lara. O movimento negro na educação brasileira e a lei 10.639/03: o contexto governamental de 1995 a 2003. Orientadora: Josélia Schwanka Salomé. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba. (2015). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=2369083](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2369083) . Acessado em novembro de 2023.

## ANEXOS

**Título da dissertação:** CEDENPA COMO MOVIMENTO NEGRO POLÍTICO-EDUCATIVO: CONTRIBUIÇÕES PARA A TESSITURA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DEMOCRÁTICA NA AMAZÔNIA.

Perguntas iniciais da entrevista

- 1- Em que ano você começa a participar do CEDENPA e por quê?
- 2- Quando você começou no CEDENPA em que vocês trabalhavam exatamente?
- 3- O que você precisou mudar ao longo dos anos de vivência no CEDENPA?
- 4- Como começou essa parceria com a SEDUC e por quê?
- 5- Como que você chegou até a SEDUC?
- 6- Como que você se enxerga sendo militante do Movimento Negro e trabalhando na SEDUC?

**Título da dissertação:** CEDENPA COMO MOVIMENTO NEGRO POLÍTICO-EDUCATIVO: CONTRIBUIÇÕES PARA A TESSITURA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DEMOCRÁTICA NA AMAZÔNIA.

Perguntas iniciais da entrevista

- 1- Em que ano a senhora começa a participar do CEDENPA e por quê?
- 2- Quando a senhora começou aqui em vocês trabalhavam exatamente?
- 3- O que a senhora precisou mudar ao longo dos anos de vivência no CEDENPA?

## APÊNDICE

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**Título da dissertação:** CEDENPA COMO MOVIMENTO NEGRO POLÍTICO-EDUCATIVO: CONTRIBUIÇÕES PARA A TESSITURA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DEMOCRÁTICA NA AMAZÔNIA.

**Orientador:** Dr. Sérgio Roberto Moraes Corrêa, e-mail: sergio.correa@uepa.

**Pesquisadora responsável:** Luciene Barbosa Teixeira, e-mail: jsluciene@gmail.com, telefone celular: (91) 98530-9599.

Prezado (a) participante,

Este é um convite para participar voluntariamente, ou seja, sem remuneração, da pesquisa: “CEDENPA como movimento negro político-educativo: contribuições para a tessitura de uma educação antirracista e democrática na Amazônia”. Este estudo está ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGED, nível mestrado, da Universidade do Estado do Pará-UEPA.

Este trabalho tem como objetivo identificar e analisar as contribuições e desafios do CEDENPA, como movimento político-educativo, para construção de uma educação antirracista e democrática na sociedade brasileira, em particular no contexto Amazônico.

Caso decida participar, sua contribuição ocorrerá por meio de procedimentos como entrevistas narrativas, realizadas prioritariamente presencialmente, assim como chamadas de vídeo, via *google meet* e ou *Whatsapp*, empregando para registro anotações e gravações de voz e câmera para capturar imagens e/ou filmagens.

É permitido o direito de retirar seu consentimento em qualquer etapa da pesquisa, sem ocasionar penalização alguma, a fim de proporcionar bem-estar físico, psicológico e social aos interlocutores envolvidos na pesquisa. Caso haja despesas decorrentes da realização das entrevistas pelos participantes, estas serão ressarcidas. Assim como, a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Estarão disponíveis a qualquer fase da pesquisa o acesso irrestrito aos materiais investigados e as possíveis análises. Tais materiais examinados serão destinados exclusivamente para a realização deste trabalho, seus dados, identidade e nomes serão reservados, conforme preferir. Durante todo o período da pesquisa,

você poderá sanar dúvidas, trocar ideias ou conversar entrando em contato com os endereços eletrônicos acima.

Esta pesquisa e seus dados serão posteriormente divulgados em uma dissertação de mestrado, em congressos, encontros virtuais, publicações e eventos relacionados à pesquisa para a democratização das produções e do conhecimento científico e social.

Por ter conhecimento de que toda pesquisa que envolve seres humanos oferece riscos e que estes devem tornar-se mínimos, serão avaliadas as questões éticas e será garantido que os pesquisadores envolvidos de seguir os procedimentos metodológicos que foram assegurados e esclarecidos aos participantes desta pesquisa.

---

Assinatura da Pesquisadora Responsável

---

Assinatura do Orientador

A interlocutora deve informar, marcando uma opção dentro do parêntese abaixo:

(  ) Permito minha identificação nos resultados compartilhados desta pesquisa.

(  ) Não permito minha identificação nos resultados compartilhados desta pesquisa.

---

Assinatura do(a) Interlocutor(a)

Belém, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.